

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO:**  
**O Discurso Oficial Brasileiro**

Monografia apresentada à

*Escola Brasileira de Administração Pública*  
*para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública*

***Paulo Emílio Matos Martins***

Rio de Janeiro, 1987

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO:

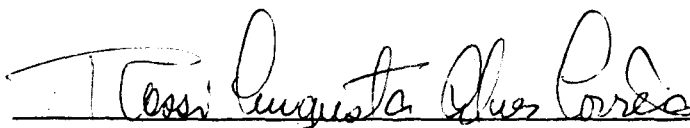
o discurso oficial brasileiro

MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA POR

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

E APROVADA EM 23 DE ABRIL DE 1987

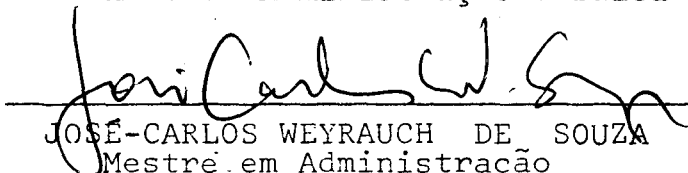
PELA COMISSÃO JULGADORA



ROSSI AUGUSTA ALVES CORREA  
Ph.D. em Administração Pública



PAULO ROBERTO DE MENDONÇA MOTTA  
Ph.D. em Administração Pública



JOSÉ-CARLOS WEYRAUCH DE SOUZA  
Mestre em Administração

## RESUMO

As ainda muito raras e incipientes experiências brasileiras de democratização da gestão, bem como, quiçá, a nossa tendência para uma retórica progressista sem, entretanto, o compromisso de sua efetiva concretização, são as motivações que determinaram o enfoque deste ensaio.

A pesquisa (documental) realizada abrange as formas clássicas do discurso oficial, isto é: a política, a jurídica e a econômico-social. Assim, a amostra estudada compreende os seis textos constitucionais pátrios, a Emenda Nº 1 à Carta de 1967 (atualmente em vigor) e o Anteprojeto da Constituição proposto pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (1986) — como peças representativas da retórica jurídica, num recorte que cobre toda a História de nosso País como estado politicamente independente —; os Programas e Manifestos dos partidos políticos regularmente inscritos (5) à época da pesquisa — como manifestações do discurso político-partidário — e, finalmente, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (1984-1987) — como documento representativo da palavra econômico-social oficial.

Na fundamentação da investigação o texto situa nas teorias da igualdade das pessoas, no Contrato Social e nas diversas concepções do socialismo o referencial teórico dos dois modelos mais difundidos de democratização do trabalho (a autogestão iugoslava e a co-gestão da República Federal da Alemanha) à luz dos quais é analisado o discurso brasileiro.

Em conclusão, o estudo sugere que a tese de um discurso oficial progressista e de uma retórica falaciosa — quando cotejada com a prática de nossa vida organizacional — parece ser um traço cultural da história de nossa gente.

*para:*

Maria Domingas (Minguê),  
*que faz infinita a dimensão de minha  
saudades.*

*para:*

Emílio Martins,  
*homem público exemplar.*

*para:*

Enide Martins,  
*...sobretudo Mãe.*

*para:*

Carmen,  
*companheira de já tantas lutas.*

*para:*

Patricia, Bruna e Carolina,  
*que hão de conhecer um mundo melhor.*

## A MINHA GRATIDÃO:

- .ã Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, *pela oportunidade deste trabalho;*
- .ã Universidade Federal Fluminense, *pelo seu parcial patrocínio;*
- .ã Professora Rossi Augusta Alves Correa, *pela paciência e sempre prestiosa orientação;*
- .ao Professor José-Carlos Weyrauch de Souza, *pelos tantos momentos em que discutimos esta idéia;*
- .ao Professor Gustavo Sênêchal de Goffredo, *pelo estímulo e orientação jurídica;*
- .ã Solange de Fátima Pereira Barros, *pela coragem e eficiência com que trocou tantos tipos datilográficos.*
- .aos colegas: Suelita, Sheila, Valério, Thelma, Isabel e Guilherme *que, com entusiasmo e verdadeiro espírito de participação, tanto colaboraram na organização da Bibliografia e na revisão do texto deste ensaio;*
- .aos mestres, colegas e funcionários do Curso de Mestrado da EBAP, *por dois anos tão fecundos de experiência de vida;*
- .ã Carmem, Patrícia, Bruna e Carolina, *por tanta ausência e pelas não-tardes de domingo.*

PARA SEMPRE OBRIGADO!

## QUADROS E FIGURAS

### 1 - Quadros:

- . QUADRO 1 - O Ordenamento Econômico e Social no Constitucionalismo Brasileiro
- . QUADRO 2 - A questão da Participação do Trabalho nos Programas dos Partidos Políticos Brasileiros
- . QUADRO 3 - Modelos de Organizações Participativas

### 2 - Figuras:

- . FIGURA 1 - O Pensamento de Proudhon
- . FIGURA 2 - A Sociedade Econômica, Mutualista e Federativa de Proudhon
- . FIGURA 3 - O Pensamento, as Doutrinas e os Modelos de Organização
- . FIGURA 4 - Organização Compôsita do Trabalho Associado (OC)
- . FIGURA 5 - Estrutura Organizacional Típica de uma OBTA
- . FIGURA 6 - Estrutura Típica de uma OT
- . FIGURA 7 - Estrutura do Sistema de Assembléias na Iugoslâvia

. FIGURA 8 - Cronologia da Co-gestão Alemã

. FIGURA 9 - Estrutura da Organização Co-gestionária da R.F.A.

## PLANO DO ENSAIO/ÍNDICE GERAL

## PÁGINAS

|   |       |
|---|-------|
| CAPÍTULO I - Introdução                               | 1     |
| Notas do Capítulo I                                   | 6     |
| <br>CAPÍTULO II - O discurso oficial brasileiro       | <br>7 |
| 1 - Ordenamento econômico e social nas Constitui      |       |
| ções Brasileiras                                      | 8     |
| .1 - Prólogo  | 8     |
| .2 - A Carta imperial de 1824                         | 8     |
| .3 - A primeira Constituição republicana              | 10    |
| .4 - A Constituição revolucionária                    | 13    |
| .5 - A Carta da ditadura civil                        | 19    |
| .6 - A Constituição da redemocratização               | 23    |
| .7 - A primeira Carta da ditadura militar             | 27    |
| .8 - A Emenda Nº 1 de 1969 ou a segunda Carta da      |       |
| ditadura militar                                      | 34    |
| .9 - O Anteprojeto da Comissão Provisória de Estu     |       |
| dos Constitucionais                                   | 38    |
| .10 - Análise comparada da ordem econômica e social   |       |
| na História Constitucional do Brasil                  | 46    |
| <br>2 - A participação do trabalho na gestão, nos pro |       |
| gramas dos partidos políticos brasileiros             | 49    |
| .1 - Prólogo  | 49    |
| .2 - Participação no programa do PDS                  | 49    |

|  |        |
|--|--------|
| .3 - Participação no programa do PDT   | 52     |
| .4 - Participação no programa do PMDB  | 56     |
| .5 - Participação no programa do PT  | 59     |
| .6 - Participação no programa do PTB   | 61     |
| <br>3 - A questão da participação no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (1984-1987) | <br>65 |
| .1 - Prólogo   | 65     |
| .2 - Participação como modelo de ação  | 65     |
| Notas do Capítulo II   | 68     |
| <br>CAPÍTULO III - Fundamentos do pensamento participacionista   | <br>73 |
| 1 - Prólogo  | 74     |
| 2 - As teorias da igualdade das pessoas  | 74     |
| 3 - O contrato social  | 79     |
| 4 - O pensamento socialista  | 84     |
| .1 - As diversas concepções do socialismo  | 88     |
| .2 - A sócio-economia de Proudhon  | 93     |
| 5 - A outra face da moeda  | 113    |
| .1 - O trabalhismo   | 117    |
| .2 - A social-democracia   | 123    |
| .3 - A doutrina social da Igreja   | 127    |
| 6 - Síntese do Capítulo III  | 146    |
| Notas do Capítulo III  | 149    |

|  |         |
|--|---------|
| CAPÍTULO IV - Modelos de participação  | 153     |
| 1 - Prólogo                            | 154     |
| 2 - A autogestão                       | 155     |
| 3 - A co-gestão                        | 178     |
| 4 - Síntese do Capítulo IV             | 199     |
| Notas do Capítulo IV                   | 201     |
| <br>CAPÍTULO V - Conclusão             | <br>203 |
| <br>BIBLIOGRAFIA                       | <br>210 |
| .1 - Prólogo                           | 211     |
| .2 - Livros, folhetos, separatas, etc. | 212     |
| .3 - Artigos em periódicos             | 216     |

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

A idéia de estudarmos o tema deste ensaio com base no discurso oficial brasileiro, secundarizando assim a experiência prática, assume para nós duas fortes motivações:

1ª as ainda incipientes e muito raras tentativas de democratização da gestão verificada na história das organizações nacionais, fato este que configura um quadro muito pobre para estudos conclusivos de qualquer natureza.

2ª quicã uma tendência nacional histórica para um discurso modernista sem, todavia, maiores compromissos de efetivação.

Se, por um lado, a primeira razão exposta parece de correr de nossa condição econômica — antes colonial, hoje dependente —, por outro, a segunda talvez seja a nossa mais marcante característica como povo em formação — uma certa "malandragem" que nos evidencia integrados e solidários com a dominação, enquanto preservamos as nossas próprias identidade e independência.

De fato, como economia dependente (ou na categorização que recentemente propusemos — "impedida de se desenvolver"<sup>1</sup>) o Estado brasileiro tem experimentado modelos muito débeis de democracia, coroados (no sentido lato) por governos mais ou menos autoritários a conformar uma sociedade historicamente também autoritária.

Como membro integrante do triste coro de nações que emanciparam-se politicamente sem, todavia, terem conquistado suas independências econômicas, o Brasil adentra o terceiro

---

1. Notas e referências ao final de cada capítulo.

milênio como líder dos países de terceira categoria ou, como preferem os cientistas das economias dominantes: "do terceiro mundo". Nesta condição, seria pouco provável, senão impossível, que nas paragens orientais do continente sul-americano tivessem se desenvolvido experiências de vida social verdadeiramente democráticas e, conseqüentemente, determinantes de formas de organização igualitárias, livres, conscientes, soberanas e independentes.

Já o segundo ângulo de nossa análise remete às origens etnológicas pátrias, à íbero-latínidade que nos teria legado uma propensão ao individualismo, sincretizada na figura brejeira do malandro, também amálgama das duas outras mais fortes contribuições étnicas de nossa raça: a que nos emprestaria a magia dos povos negros d'África e a autóctone que temperaria o nosso caráter com um paradoxal estoicismo, ao mesmo tempo moral, hedonista e telúrico<sup>2</sup>.

Ainda nesta mesma linha de análise, a cultura popular brasileira parece riquíssima no conteúdo das expressões coloquiais que engendra e secularmente utiliza. Entre as adjetivações cunhadas por nosso povo, certamente é de amplo emprego a expressão "pra inglês ver". Segundo alguns estudiosos, a origem dessa figura de linguagem popular se encontraria nos sucessivos tratados diplomáticos e acordos comerciais que o Brasil teria firmado, conjuntamente com a Inglaterra (especialmente os do século XIX sobre o tráfico de escravos), aparentemente sem nenhuma intenção de cumpri-los<sup>3</sup>.

De tempos mais recentes é a categorização de constituição inoperante ou irrelevante, proposta por Afonso Arinos de Melo Franco para a Carta do Golpe de Estado de 10 de no

vembro de 1937, tendo em vista que o seu texto não chegou a ser aplicado, a não ser de modo muito vago e imperfeito<sup>4</sup>.

Sem dúvida, um estudo histórico sobre a retórica oficial brasileira e o seu descompromisso de real efetivação seria peça muito bem-vinda nos meios acadêmico e político nacionais, pelo tanto que haveria de esclarecer sobre nossa brasilidade. Todavia, este não é o escopo desta monografia.

Nos capítulos que seguem procuraremos verificar, tão-somente, como tem evoluido o pensamento sobre a questão da participação do trabalho na gestão das organizações, ao longo de nossa História, através do discurso oficial, movidos, principalmente, pelo interesse de detectar futuras tendências quanto ao desenho que poderão assumir nossas empresas e entidades públicas, face às pressões sociais, sempre mais fortes, no sentido de definição de novas formas de convivência e relações entre o trabalho e o capital.

O plano da pesquisa documental que traçamos procurou analisar o discurso brasileiro com base nas seguintes premissas:

1 - o caráter oficial do mesmo; 2 - sua transformação ao longo do tempo e das influências externas; 3 - sua manifestação no texto jurídico; 4 - a forma que assume na retórica política e, finalmente; 5 - sua expressão em programas de governo.

Com as premissas acima, pensamos ter dado a este ensaio a abrangência das três formas básicas de enunciação do discurso oficial, no que concerne a questão da participação na gestão, quais sejam: a política, a jurídica e a econômico-social.

Assim, definido o nosso universo de trabalho, partimos para a seleção da amostra que de modo mais fidedigno o representasse.

Escolhemos os textos das seis Constituições nacionais, bem como o da Emenda Nº 1 à Constituição de 1967 - atualmente vigente e por muitos considerada uma nova Carta Magna - e ainda, o Anteprojeto da Constituição proposto pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais; como peças do discurso jurídico brasileiro, quer pelo seu caráter de Lei maior a regular a vida do País, como também pelo fato de que analisando toda a série de Diplomas constitucionais de nossa História como Estado independente, podemos observar a evolução do seu discurso oficial ao longo do tempo e em função das influências externas.

Como peças representativas da retórica política oficial elegemos os Programas e Manifestos dos cinco Partidos Políticos regularmente inscritos à época do estudo, a saber: o PDS, o PDT, o PMDB, o PT e o PTB.

Finalmente, a seleção de um plano de administração pública, representativo da fala oficial de nossa gente, foi orientada pelas seguintes hipóteses, sem a intenção de crê-las mais importantes do que quaisquer outras: 1 - um governo atual, portanto um plano em fase de implementação; 2 - um plano de governo de tendências progressistas e, desse modo, não tão comprometido com a continuação.

Das premissas formuladas resultou a escolha do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (período 1984 - 1987) proposto pelo Governo de orientação socialista de Leonel Brizola.

O elenco de textos oficiais integrantes da amostra assim formada compõe-se, portanto, de 14 peças, cobrindo a totalidade dos quase 165 anos da História do Estado nacional e, acreditamos, pode ser um recorte a retratar a influência das diversas vertentes ideológicas que têm construído a retórica oficial do nosso povo. Se assim for, teremos realizado o intento desta pesquisa.

Nosso projeto de investigação levou à divisão deste ensaio em cinco partes principais:

CAPÍTULO I - Introdução, onde discorreremos sobre a idéia do trabalho;

CAPÍTULO II - O discurso oficial brasileiro, no qual pesquisamos as 14 peças documentais anteriormente referidas;

CAPÍTULO III - Fundamentos do pensamento participacionista, que apresenta o referencial teórico da pesquisa;

CAPÍTULO IV - Modelo de participação, que discorre sobre os principais tipos de organizações participativas; e,

CAPÍTULO V - Conclusão.

Passemos pois ao estudo do modo como tem se expressado oficialmente a relação trabalho-capital em nossa sociedade ou, mais corretamente, à retórica das elites sociais que a conformam.

## NOTAS DO CAPÍTULO I

- 1 Para aprofundamento nesta categorização ver: MARTINS, Paulo Emílio Matos. Economias desenvolvidas e economias impedidas de se desenvolver: uma reflexão sobre a questão do desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1986, 28p. (monografia apresentada ao curso: "30 Years of Bandung: A commemorative Course - World Economy Reordering and its Implications to the Third World" promovido pelas United Nations University - UNU e Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro - FESP RJ).
- 2 Os clássicos: Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freire, Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda e, o trabalho mais recente de Roberto da Matta -- Carnavais, Malandros e Heróis, nas diversas leituras que fazem do modo de ser do brasileiro, constituem leitura básica indispensável a qualquer análise institucional de nossa sociedade.
- 3 Sobre o assunto ver: História do Brasil de Bloch Editores, Vol. II, p. 499 e seguintes.
- 4 Ver: SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, 1977. Referência completa na Bibliografia, p. 87 e seguintes.

## **CAPÍTULO II**

### **O DISCURSO OFICIAL BRASILEIRO**

# 1 - O ordenamento econômico e social nas Constituições Brasileiras

## .1 - Prólogo

O tema, objeto da análise que ora nos propomos, como todo fenômeno social, resulta de um contexto muito mais amplo do que os limites do seu próprio espaço organizacional.

Entre os fatores externos fortemente influenciadores do comportamento das organizações, por certo, incluem-se os traços culturais, os costumes, a ideologia dominante e, conseqüentemente, o ordenamento jurídico que rege a vida social. Por assim ser, iniciaremos este trabalho analisando — ainda que brevemente — a evolução do discurso sobre a questão do trabalho na história das Constituições brasileiras.

## .2 - A Carta imperial de 1824

Para o professor Floriano C. Vaz da Silva, em seu trabalho Direito constitucional do trabalho,<sup>1</sup> as constituições do século XVIII, como produto do ideário dos revolucionários de 1789, classificar-se-iam entre as constituições revolucionárias, enquanto que as Leis Magnas do século XIX — tendo como doutrina o Estado Liberal —, em geral, integram o grupo das Constituições também assim denominados (liberais).

Já as Constituições mais importantes que aparecem no século XX, pelas idéias sociais que incorporam, seriam grupadas no elenco das constituições sociais, conforme a mesma classificação.

O Estado brasileiro, inaugurado nos albores do século passado com o Grito de setembro de 1822, não escaparia à influência do pensamento constitucional europeu da época e consagraria na sua primeira Carta (Constituição Política do Império do Brasil, jurada a 25 de março de 1824) os princípios doutrinários do Liberalismo - decorrente do individualismo filosófico e político dos pensadores do século XVIII e da Revolução Francesa - e do constitucionalismo europeu do século XIX.

Por outro lado, de acordo com a classificação proposta por Despontin<sup>2</sup> as Constituições se dividem em três tipos, de acordo com suas finalidades ou conteúdo: a) as políticas, de orientação individualista; b) as sociais e c) as corporativas, dos Estados totalitários. Segundo essa classificação, a nossa Carta imperial incluir-se-ia entre as Constituições políticas, tendo em vista a sua doutrina inspiradora.

Qualquer que seja, entretanto, a classificação adotada, o certo é que a nossa primeira Constituição (baseada no projeto de Antonio Carlos apelidado pelo povo, ironicamente, de Constituição da Mandioca)<sup>3</sup>, definitivamente, não traria nos seus oito títulos e cento e setenta e nove artigos preceitos sobre o trabalho, a não ser genericamente nos parágrafos XXIV e XXV do seu artigo derradeiro, quando preconiza:

"Art. 179(...)

"XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, indústria, ou commercio pôde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, à segurança, e saude dos Cidadãos.

"XXV. Ficam abolidas as corporações de Officios, seus Juizes, Escrivães, e Mestres." (sic)<sup>4</sup>.

Segundo o comentário do professor Vaz da Silva:

"A nossa Constituição monárquica compreensivelmente não poderia ter ido mais adiante nem poderia ter cogitado de determinados problemas que eram então alheios aos próprios textos constitucionais das nações que então se industrializavam. Compreende-se facilmente que nossa primeira Constituição se limitasse a abolir as corporações de ofícios — tal como fizera a Lei Le Chapelier, no bojo da Revolução Francesa — e garantir o direito de propriedade em toda sua plenitude, bem como a liberdade de trabalho, de cultura, de indústria e de comércio."<sup>5</sup>.

### .3 - A primeira Constituição republicana

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 implantar-se-ia em nosso País o regime que já se sonhara desde as Conjurações Mineira (1789) e Bahiana (1798).

Findo o período monárquico e iniciado o republicanismo federativo, o Brasil iria conhecer a sua segunda Constituição e a primeira da República.

Em 24 de fevereiro de 1891, quinze meses após a Proclamação do Governo Provisório, o Congresso Constituinte (composto por 234 representantes eleitos por sufrágio universal), promulgaria a Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil.

O nosso primeiro Estatuto republicano tivera três anteprojetos diferentes dos quais resultaria, após o minucioso exame de Rui Barbosa, o segundo Diploma Constitucional Nacional e o primeiro promulgado por uma Assembléia Constituinte eleita pelo voto popular.

A doutrina inspiradora da Constituição de 1891 seria o mesmo liberalismo da Carta de 1824, com forte influência positivista.

É ainda Vaz da Silva quem assinala:

*"É verdade que o positivismo deu — ou tentou dar — uma importante contribuição, ao preconizar, muito antes dos nossos primeiros socialistas, dos nossos primeiros trabalhistas e dos nossos primeiros adeptos da doutrina social da Igreja, uma legislação trabalhista para o Brasil. Embora essa tentativa não tenha tido êxito, naquele momento<sup>6</sup>, é de grande importância histórica e merece ser recordada.*

*"Já Augusto Comte proclamava que 'sendo o capital social em sua origem, também deva sê-lo em seu destino', 'insurgindo-se contra o princípio da escola liberal — laissez faire, laissez passer' e preconizando 'a intervenção estatal, hoje pacífica, na produção e distribuição dos bens de consumo'. 'Contrapondo-se ao 'laissez faire' (...) considerava Comte a propriedade como uma função pública e não como um direito individual de usar e abusar. Daí propugnar por uma legislação do trabalho que protegesse o operário até então entregue a si mesmo no torvelinho dos negócios e largado, em todas as desumanas lutas da concorrência, à mercê do desemprego e da fome'".<sup>7</sup>*

E, mais adiante:

*"Os positivistas brasileiros não ficaram apenas no terreno doutrinário e propagandístico. Tentaram influir — e realmente influir*

ram, até certo ponto — na elaboração da Constituição republicana. Bastaria lembrar que o Apostolado Positivista do Brasil apresentou um documento intitulado 'Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira, no qual propunha, entre várias sugestões, um artigo com a seguinte redação:

'XIX - É garantido o livre exercício de todas as profissões, quer morais, quer intelectuais, quer industriais'.

"Foi este dispositivo que originou o § 24 do art. 72 da Constituição de 1891, que garante 'o livre exercício de qualquer profissão, moral, intelectual e industrial'.

"O positivista Teixeira Mendes é apontado acertadamente por Ivan Lins como 'precursor da nossa legislação trabalhista', pois apresentou, em 25 de dezembro de 1889, ao Governo Provisório, por intermédio de Benjamin Constant, um projeto que, se fosse reapresentado agora, seria considerado extremamente ousado, avançado, e até mesmo utópico. Com efeito, em dezembro de 1889, dias depois da proclamação da República, um ano e sete meses após a abolição da escravatura e dois anos antes da Encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII, Teixeira Mendes, depois de consultar 'cerca de quatrocentos operários de oficinas do Estado', propunha, entre várias outras medidas, a jornada de 7 horas e a estabilidade aos 7 anos de serviço:

" '79 - Nenhum operário será obrigado a trabalhar mais de sete horas efetivas por dia, e terá, para descanso, o domingo e os dias de festa nacional, além de 15 dias em cada ano (...)

" '139 - Nenhum operário poderá ser demitido depois de sete anos de serviço, sem processo que demonstre infração prevista no regulamento, e para a qual se comine tal pena'." <sup>8</sup>

Se, por um lado, os seguidores de Comte viriam a

influenciar significativamente o pensamento dos nossos republicanos de 89 -- como parece ficar patente nas citações feitas --, por outro, a primeira Constituição da Republica consagraria em seus cinco Títulos e 91 artigos -- além dos oito artigos das Disposições Transitórias --, mais uma vez, a tradição das Constituições Liberais do século XIX e, portanto, a não contemplação dos direitos sociais e trabalhistas, considerados à época atentatórios à liberdade de contratação defendida pelo Estado Liberal.

#### 4. A Constituição revolucionária

Enquanto a Carta imperial de 1824 -- a mais duradoura de nossa História -- vigorou por mais de 65 anos, a Constituição de 1891 vigeria cerca de 43 anos (até 1934) quando então, e após as turbulências dos movimentos revolucionários dos anos 20 e 30, o Brasil iria conhecer a sua segunda Constituição republicana, também a segunda promulgada por uma Assembleia Constituinte; a terceira de sua história, e a primeira Constituição brasileira a incluir no seu Título IV (artigos 115 a 143) a rubrica Da Ordem Econômica e Social.

A Lei Magna promulgada a 16 de julho de 1934, contendo 187 artigos mais 26 nas Disposições Transitórias, foi votada por uma Assembleia Constituinte composta de 214 representantes partidários e 40 representantes classistas (grande novidade dessa Constituinte) que discutiram longamente sobre a redação de seu preâmbulo: "Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, (...)".

Para Skidmore: "A Constituição de 1934 era um produto hí

brido. Como documento jurídico, concretizava em grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico. Os constitucionalistas liberais podiam ficar satisfeitos com o fato de que, mesmo a estrutura federal sendo ainda muito parecida com a da República Velha, havia agora garantia de eleições livres e asseguradas pelo Código Eleitoral de 1932 e pelo novo Tribunal Eleitoral, entidade federal com poderes para fiscalizar as eleições e efetuar a apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos. Havia também novo e mais complexo dispositivo de garantias de um judiciário imparcial. Por outro lado, os tenentes<sup>9</sup> podiam se apoiar na asserção constitucional de uma nova responsabilidade do governo nas áreas do dirigismo econômico e da previdência social, principalmente como estava formulada nos dispositivos da Ordem Econômica e Social. Foi estabelecido, por exemplo, um novo sistema de justiça de trabalho e era dado ao governo federal o poder de fixar salários mínimos.<sup>10</sup>

Como está claramente enunciado no pensamento de Skidmore, ainda que o Diploma legal de 1934 conservasse as influências liberais das Constituições precedentes, simultaneamente incorporava a doutrina weimariana do intervencionismo do Estado nos domínios econômico e social.

O panorama político que se desenha no Ocidente já nos primeiros anos do século XX — em grande parte como consequência das idéias socialistas e da crítica à teoria econômica do liberalismo, que florescem a partir do século anterior — definiria o contexto dentro do qual se desenvolveriam duas grandes guerras, as Revoluções russas de fevereiro

e outubro de 1917 e a Revolução mexicana de 1910.

Como resultado dessas novas ideologias e das transformações econômicas, sociais e políticas delas consequentes, se amalgamaria uma também nova doutrina, inspiradora das Leis Fundamentais — classificadas como Constituições Sociais, como vimos anteriormente — que surgiriam a partir do Diploma mexicano de 1917. Com efeito, para Trueba Urbina e outros importantes juristas, a Constituição mexicana de 17 seria a primeira Constituição político-social do mundo <sup>11</sup>.

Argumentando essa tese o jurista mexicano esclarece:

*"Assim como a Constituição norte-americana de 1776, o Bill of Rights e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 iniciam a etapa das Constituições políticas e por conseguinte o reconhecimento dos direitos individuais, a Constituição Mexicana de 1917 marca indelevelmente a era das Constituições político-sociais, iluminando o universo com seus textos rutilantes de conteúdo social; nela não apenas se formulam princípios políticos, como também normas sociais em matéria de educação, economia, trabalho, etc., vale dizer, regras para a solução de problemas humano-sociais. Esta é a origem do constitucionalismo político-social em nosso País e no estrangeiro.*

*"A prioridade da Constituição Mexicana de 1917 no estabelecimento sistemático de direitos fundamentais de integração econômica e social é reconhecida por ilustres tratadistas estrangeiros, americanos e europeus.*

*"... Georges Burdeau (...) diz:*

*'As disposições sociais foram a novidade característica das Constituições democráticas adotadas entre as duas guerras. Já em 1917, a*

*Constituição Mexicana afirma uma tendência nitidamente socializante; de pois veio a Constituição de Weimar de 11 de agosto de 1919, cujos artigos relativos aos direitos sociais foram retomados por algumas Constituições dos Estados-membros do Reich...'*

*"Georges Gurvitch (...) enumera os textos constitucionais que contêm declarações de direitos sociais, na seguinte ordem cronológica: a Constituição Mexicana de 5 de fevereiro de 1917, a Constituição Alemã de 11 de agosto de 1919 (Weimar), a Constituição da República Espanhola de 5 de dezembro de 1931 e a Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas de 1936" <sup>12</sup>.*

Embora seja a Constituição Mexicana de 1917 a primeira a incluir nos seus artigos o ordenamento econômico e social, parece haver um certo consenso entre os constitucionalistas de que a Constituição promulgada em 1919 na cidade de Weimar (Alemanha) seria aquela que consagrar-se-ia como paradigmática e que, portanto, maior influência iria exercer sobre as Constituições Sociais do Século XX; inclusive sobre a nossa Lei Magna de 1934.

É interessante ressaltar que no seu "artigo 165 (a Constituição de Weimar) previa a existência de conselhos operários de empresas e de distritos, bem como um conselho operário do Reich. Previa também um conselho econômico do Reich que opinaria sobre todos os projetos de leis concorrentes à política social e econômica."<sup>13</sup> É muito provável que esses conselhos sejam o embrião da experiência co-gestionária que a Alemanha viveria décadas mais tarde.

Os mais eminentes juristas brasileiros concordam com a idéia de que os constituintes de 34 inspiraram-se na

doutrina das Cartas Mexicana e de Weimar. Todavia, conforme lembra o professor Afonso Arinos de Melo Franco, à nossa Lei Magna de 1934, "*serviram (...) de modelo as principais Constituições de pós-guerra, especialmente a alemã de 1919 e a espanhola de 1931*"<sup>14</sup>. Com efeito, a Carta Magna espanhola de 1931 — que em seu artigo 1º declarava: "*A Espanha é uma República Democrática de trabalhadores de todas as classes*"<sup>15</sup> — juntamente com a Constituição da República Italiana de 1947; as Constituições Soviéticas de 1918, 1923, 1925 e 1936 e a Constituição Francesa de 1946; são freqüentemente citadas como sendo as Cartas que atribuem maior relevância aos direitos dos trabalhadores.

Além de serem fontes de inspiração doutrinária da Lei Magna que introduziria na história constitucional brasileira o Título referente à Ordem Econômica e Social e, conseqüentemente, à relação capital-trabalho; as Cartas citadas são também os Diplomas norteadores dos modelos de participação dos trabalhadores na gestão das organizações que se vão engendrar especialmente a partir da Segunda Grande Guerra. De fato, a Constituição de Weimar preconiza os conselhos operários, a Constituição espanhola de 31, em seu artigo 46 estatuí: "*... A República assegurará a todos os trabalhadores as condições necessárias de uma existência digna. Sua legislação social regulará: (...) a participação dos operários na direção, administração e lucros das empresas, ...*"<sup>16</sup> e a Constituição francesa de 1946 proclama no seu preâmbulo: "*... Todo trabalhador participa por intermédio de seus delegados, da determinação coletiva das condições de trabalho, assim como da gestão das empresas*"<sup>17</sup>. Cumpre assinalar que esse mesmo Preâmbulo foi mantido na Carta francesa de 4 de ou

tubro de 1958.

Embora a nossa primeira Constituição social — tam  
bém a Lei Magna (promulgada) de vida mais efêmera — tenha-se  
revelado bastante avançada para a época, entre os seus 29 ar  
tigos dedicados ao ordenamento econômico e social (Art. 115 ao  
143) nenhum proclama o direito de participação (sob qualquer  
forma) do trabalho na vida, e no resultado das organizações  
produtivas; ainda que esse Diploma tenha sido promulgado qua  
se quinze anos após a Constituição de Weimar e três anos pas  
sados da Carta Magna espanhola.

É importante ressaltar, entretanto, as principais  
conquistas do trabalho no Estatuto de 34:

*"Art. 120. Os sindicatos e as associações profissionais se  
rão reconhecidas de conformidade com a lei.*

*"Parapho unico. A lei assegurará a pluralidade sindical e  
a completa autonomia dos sindicatos.*

*"Art. 121. A lei promoverá o amparo da produção e estabelecera  
rá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a  
protecção social do trabalhador e os interesses economicos do país.*

*"§ 1º A legislação do trabalho observará os seguintes precei  
tos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:...*

*"b) salario minimo, capaz de satisfazer, conforme as condi  
ções de cada região, às necessidades normaes do trabalho;...*

*"j) reconhecimento das convenções collectivas de trabalho.*

*"Art. 122. Para dirimir questões entre empregadores e empre  
gados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Tra  
balho, á qual não se applica o disposto no Capitulo IV, do Título I ..."*

(sic) <sup>18</sup>

Assim, como assinala o mestre Afonso Arinos:

*"a Constituição de 1934 incorpora plenamente aquilo que os autores costumam chamar o sentido social do Direito"* <sup>19</sup>.

#### .5 - A Carta da ditadura civil

O cenário político que se instaura no País após a promulgação da Lei Magna de 34 e que perduraria até praticamente o final da Era de Vargas (1945), teria como pano de fundo o crescimento de duas correntes ideológicas antagônicas: a posição de esquerda da Aliança Nacional Libertadora (ANL) — organizada em março de 1935 e que, mais tarde, contaria com a adesão e a presidência de honra do líder comunista Luiz Carlos Prestes — e o Movimento Integralista de tendência reacionária nazi-fascista — surgido em 1932 e liderado por Plínio Salgado.

No plano externo a ascensão do III Reich, subjugando várias Nações européias do Sul dos mares Báltico e do Norte, além de Luxemburgo e França, a um governo nacionalista-totalitário (sistematizado no livro *Mein Kampf* <sup>20</sup> de Adolf Hitler), influenciaria marcadamente o Movimento Integralista Brasileiro. Por outro lado, no plano interno, a fracassada revolução comunista de novembro de 1935 também muito contribuiria para a formação do clima que viria a culminar com o golpe getulista de 1937.

Decretada a 10 de novembro de 1937 a Constituição dos Estados Unidos do Brasil reunia 187 artigos (inclusive o das Disposições Transitórias e Finais, desta feita numerados seqüencialmente a partir dos demais).

O professor Afonso Arinos de Melo Franco denominou a Carta de 1937 de Constituição inoperante ou irrelevante, *"pois o seu texto nunca chegou, propriamente, a ser aplicado, a não ser muito imperfeitamente e na medida em que servia aos objetivos políticos e pessoais de Vargas e do seu grupo."* <sup>21</sup>

Analisada quanto à sua doutrina, a Carta de 37 revela forte influência do Estado autoritário e corporativista da Constituição polonesa de 1934.

O jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, parafraseado por Vaz da Silva, assinala: *"No Brasil, somente a Carta de 1937 ousou prever sua própria suspensão, num acesso violento de ditatorialismo. (...) a Carta de 1937 marca insofismável retrocesso. Enquanto o Constituinte de 1934 procurava vedar abusos, o de 1937 só cuidou de instalar o arbítrio."* <sup>22</sup>

Quanto à sua formatação, a Constituição decretada em novembro de 1937 com a inauguração do Estado Novo, trazia a novidade de não ter seus Títulos numerados, como as anteriores. Todavia, entre esses Títulos elucidativos dos assuntos tratados, aparece, na vigésima posição a rubrica: Da Ordem Econômica (não mais econômica e social, como na Lei Magna anterior), contendo 21 artigos (do Art. 135 ao Art.155).

A principal característica, entretanto, da Carta do Estado Novo seria o agigantamento do Poder Executivo e a atrofia dos demais Poderes da República. Como assinala o Professor Hélio Avellar:

*"Pela Carta de 1937, resultante do arbítrio dos donos do poder e não da vontade popular, expressa através de representantes, especificamente ou não, investidos de mandato, implantava-se o Estado Nacio*

nal, caracterizado pela supremacia do Poder Executivo sobre os demais e pela hipertrofia das atribuições do chefe do governo." <sup>23</sup>

A Carta da ditadura civil do Estado Novo, quarta Constituição brasileira, terceira do período republicano e segunda outorgada, iria vigir por um período de quase nove anos (até o final da Segunda Grande Guerra - 1945) com a de posição de seu patrono - Getúlio Vargas - do cargo de primeiro mandatário nacional.

É muito oportuna, todavia, a advertência do eminente professor e jurista Dr. Orlando Bitar:

"... a carta de 37, com o seu direitismo, continuou a subir a curva da socialização, embora represente aquele documento, em determinados aspectos, uma obstrução a essa tendência. Para compreender tal eclipse, é oportuno reler, pelo que significam de autêntica revelação, as entrevistas concedidas pelo senhor Francisco Campos <sup>24</sup> à imprensa, no calor ainda de 10 de novembro e que se acham apenas ao seu 'Direito Constitucional', edição da Revista Forense. Ouvi: 'A revolução de 30 só se operou efetivamente em 10 de novembro de 37' (p.290). Censura a heterogeneidade das correntes que produziram a Constituição de 34 (p.306), quando é conceptual que o regime democrático é o compromisso que advém da variedade dialética de opiniões; assegura que a nova constituição é profundamente democrática (p.307)... E afirma que a política democrática, por exprimir uma atitude geral diante da vida, não tem conteúdo definido e não conta valores eternos. Preconizando a excelência do regime corporativo, que, iniludivelmente, foi a espinha dorsal do Estado fascista, esforçasse em provar que ela não exclui a liberdade; não nega que, mesmo democrático o Estado brasileiro é autoritário (p.334) e confessa: 'O Presidente da República é o centro da nova organização estatal' (p.349)." <sup>25</sup>

Como parece ficar claro no discurso do mestre Bitar, o aparente paradoxo de uma Carta direitista e socialista se revelaria presente na Constituição de 37. Vejamos pois como esse Documento dispõe sobre a questão do trabalho:

São mantidos os seguintes preceitos do Diploma de 34:

1 - salário mínimo: Art. 121, § 1º b) de 34 e

Art. 137, h) de 37;

2 - reconhecimento dos sindicatos e associações profissionais: Art. 120, parágrafo único de 34 e

Art. 138 de 37;

- embora este último preceito tenha sido mantido, a sua redação foi substancialmente modificada. Vejamos: "*A lei assegurará a pluralidade syndical e a completa autonomia dos sindicatos*". (Art. 120, parágrafo único da Constituição de 34) (sic). "*A associação profissional ou sindical é livre. Sômente porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal ...*" (Art. 138 da Carta de 37) (sic)<sup>26</sup>;

3 - instituição (pela segunda vez) da Justiça do

Trabalho: Art. 122 de 34 e Art. 139 de 37. Sobre este preceito, é muito oportuna a advertência do professor Orlando Bitar: "*Seria injusto e parcial (...) negar aos anos de vigência do regime ditatorial a freqüente decretação de medidas de alcance social, entre as quais é imperativo citarem-se a instalação real da Justiça do Trabalho em 41 e a outorga, em 43, da Consolidação das Leis do Trabalho, escala preliminar de uma codificação definitiva*"<sup>27</sup>.

Neste breve estudo comparado do ordenamento de questões relacionadas ao trabalho, nas duas primeiras Constitui

ções brasileiras que as contemplam, é muito relevante comentar o tratamento dado à greve. Vejamos:

1 - a Constituição de 34 não dispõe sobre o tema;

2 - a Carta de 37, assim estabelece:

"A greve e o 'lock-out' são declarados recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional." (Art. 139)<sup>28</sup>.

Só muito mais tarde — quando da promulgação da Constituição de 46 — é que o direito de greve ganharia o status de preceito constitucional, conforme veremos adiante.

#### .6 - A Constituição da redemocratização

O ano de 1945 traz o fim da Segunda Grande Guerra, a deposição de Vargas, a morte do Estado Novo e a convocação de nova Assembléia Constituinte.

Terminada a Segunda Grande Conflagração Mundial em maio de 1945 — da qual o Brasil havia também participado, lutando ao lado das tropas aliadas — reacendem-se, principalmente no meio militar, os ideais de democracia. Para os brasileiros que haviam lutado em território italiano contra o totalitarismo nazi-fascista, não resultava simpática a manutenção em nosso País de um governo ditatorial que já se alongava por quase oito anos.

Em 29 de outubro de 1945 o Presidente Getúlio Vargas é deposto pelos generais Góis Monteiro, Cordeiro de Farias e Alcio Souto. José Linhares, presidente do Suprémo Tribunal Federal assume a direção nacional e realiza as eleições

de dezembro, que elegem o General Dutra para a Presidência da República (sem Vice-Presidente, já que a Carta de 1937 havia abolido o cargo). Junto com a eleição presidencial elege-se a terceira Assembléia Constituinte do período republicano e aquela que promulgaria à 18 de setembro de 1946 o nosso quinto Estatuto Magno e quarto da República (excetuados os transitórios dos governos provisórios dos primeiros dias da República e da Revolução de 30).

Conforme assinala o professor Vaz da Silva: *"Tomou-se por base dos trabalhos de elaboração da nova Lei Magna o texto constitucional de 1934.*

*"Existe efetivamente um nítido parentesco entre alguns dos traços fundamentais das Constituições de 1934 e 1946.*

*"Percebe-se na Constituição de 1946 influência da Constituição de Weimar, em grande parte exercida através da Constituição de 1934.*

*"Assinala Pinto Ferreira que a nossa Lei Fundamental de 1946 repetiu de um modo geral 'os pontos de vista essenciais existentes na Constituição de 1934. Não aderiu ao socialismo nem tampouco se manteve na linha rígida do individualismo. Inspirou-se na técnica da democracia social weimariana'" 29.*

Por outro lado, analisando as tendências de nossa lei Fundamental de 46, o professor Orlando Bitar assim se expressa, num paralelo com o momento constituinte universal que caracterizou os anos 40, especialmente o pós-guerra<sup>30</sup>:

*"É pacífico, dentro da pressão socialista de nossos tempos, o reconhecimento de um imperativo irremovível das conquistas de fundo social. Dizemos ambiente socialista. E salvo recalcitrâncias extremas, explicáveis por fatores complexos e variados, a admissão de uma coercibili*

dade profunda dos processos sociais baseados na reestruturação do Estado contemporâneo é imposta pelo simples exame de Estatutos constitucionais. De certo, mantêm-se nas Constituições modernas os capítulos líricos oriundos revolucionariamente da Declaração de Direitos de 89. E é salutar que assim se faça, porque aquelas proposições, na sua nobreza de inspiração e na sua linguagem conscientemente individualista, representam uma etapa final de sucessivas reivindicações. Falamos em lirismo, mas não em prestamos ao termo sentido depreciativo. Líricos foram os Revolucionários na sua fé em que os postulados meramente dispositivos e abstratos por si sô assegurassem magicamente a felicidade social do homem. Líricos na crença rousseauiana de homens bons no estado de natureza e que por um código político escrito, impresso, palpável, elaborado, por uma assembléia representativa, acreditavam estarem renovando deliberadamente um pretenso pacto originário. Nenhuma irreverência pode levar o pesquisador político do século XX a negar o fulgor patético do momento de 89. Enfim, se é inelutável a premência social do nosso clima, ela se traduz não em repúdio à dignificação humana de 89, mas em complementação necessária, em uma preocupação normativa que visa a reconhecer a fragilidade e indigência do cidadão, diante das garantias ou franquias a que seja estranha a autoridade eficiente do Estado"<sup>31</sup>.

De outro modo, analisando a doutrina da Constituição de 46, Venâncio Filho, sugere: "O próprio sistema federativo sofre transformações evoluindo-se de um 'federalismo dual' para um 'federalismo cooperativo', caracterizado este último pela ampliação da competência legislativa federal, pela discriminação de rendas fortemente favorável à União e por subsídios federais aos governos locais"<sup>32</sup>

Portanto, trazendo a proposta de um federalismo cooperativo e com forte influência da Lei Magna de 34, o que significa dizer, da Carta Alemã de Weimar e das demais Constituições

tituições Sociais, o Estatuto de 46 assim introduzia o seu Título V (Da Ordem Econômica e Social):

*"Art. 145. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.*

*Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social."* <sup>33</sup>

E segue:

*"Art. 146. A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição."* <sup>34</sup>

No Art. 157 a nossa Lei Magna de 1946 preceituava, em dezessete itens, os principais direitos do trabalhador. Entre esses direitos mantinham-se a instituição do salário mínimo das Cartas de 34 e 37 e o reconhecimento das convenções coletivas de trabalho da Constituição de 34, não preceituado na Carta de 37 e, como novidades, o Diploma de 46 trazia a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa; a estabilidade ao trabalhador e indenização por rescisão de contrato de trabalho, conforme transcrevemos abaixo:

*"Art. 157. A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:*

*I - salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;*

(...)

IV - participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar. (sic).

(...)

XII - estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;

XIII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;"<sup>35</sup>

Em complemento, os constituintes de 46, enfim, reconhecem o direito de greve<sup>36</sup>, nos termos a seguir:

"Art. 158. É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará." <sup>37</sup>

No total, o Estatuto constitucional do período de redemocratização do pós-guerra reserva dezoito artigos à Ordem Econômica e Social (do Art. 145 ao Art. 162), mantendo a tendência de redução numérica, já verificada na Carta anterior (21 artigos) em relação à sua predecessora (29 artigos). Todavia, mesmo aliviado de artigos no seu Título V, o Diploma constitucional de 46 traria, sem dúvida, considerável avanço nas conquistas trabalhistas ainda que, promulgado 27 anos após a Lei Magna de Weimar - que instituiu os Conselhos operários de empresa -, e 15 anos depois da Constituição espanhola - que preceituava a participação dos operários na direção das empresas -, nada preconizasse sobre a participação do trabalho na gestão das organizações.

#### .7 - A primeira Carta da ditadura militar

Assim como a nossa primeira Constituição - a imperial de 1924 - vigeria por cerca de 65 anos (a mais duradou

ra até hoje); a primeira Carta republicana (1891) vigeria por mais de 43 anos (a segunda mais duradoura até a atualidade); a Lei Magna que inaugura o Título Da Ordem Econômica e Social na história do Direito Constitucional Brasileiro (1934) vige pouco mais de 3 anos (a menos duradoura entre as promulgadas até os nossos dias); a Carta ditatorial de Vargas (1937) iria vigir por um período de quase nove anos e a Constituição do pós-guerra — 1946 — (a terceira mais duradoura até o presente), vigeria por cerca de 20 anos, cedendo o seu lugar à Carta de 1967 editada pela ditadura militar que, progressivamente, se implantaria no Brasil a partir do golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Os fatos políticos que se desenrolam em nosso País a partir de março de 64 — principalmente com a "guerra" e posterior liquidação da então proclamada "subversão" e dos grupos (de inspiração marxista) de resistência ao Golpe que obrigara o Presidente João Goulart ao abandono do seu posto — culminam com a "promulgação" de uma nova Carta constitucional — a sexta nacional, quinta republicana e terceira outorgada<sup>38</sup> — à 24 de janeiro de 1967, a vigorar a partir de 15 de março do mesmo ano, com a posse do segundo governo militar do Movimento de 64.

Conforme assinala a História do Brasil de Bloch E ditores:

*"A primeira novidade introduzida vinha no título — Constituição do Brasil — substituindo a tradicional expressão, usada desde 1891, de República dos Estados Unidos do Brasil."* <sup>39</sup> E, mais adiante: *"No Título III, relativo à Ordem Econômica e Social, mantinham-se, de modo*

geral, os direitos assegurados aos trabalhadores a partir, em sua maio  
ria, da Revolução de 1930." <sup>40</sup> O que equivale dizer, da Constitui  
ção de 34 e da Carta de 37.

A mais recente Lei Magna brasileira reúne 189 artigos (neles incluídos os Das Disposições Gerais e Transitô  
rias — Art. 173 em diante) e inaugura na história das Cons  
tituições brasileiras a inspiração na Doutrina de Segurança  
Nacional e Desenvolvimento, formulada e difundida pela  
Escola Superior de Guerra (ESG), em colaboração com o IPES e  
o IBAD, e que, Maria Helena Moreira Alves assim conceitua:  
*"Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideolôgi*  
*cos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento*  
*político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimen*  
*to e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos*  
*para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periôdi*  
*cos."* <sup>41</sup>

Em dez artigos (do Art. 157 ao Art. 166), a  
Carta editada no Governo do Marechal Castelo Branco regula  
o ordenamento econômico e social. Eis o caput do primeiro  
dispositivo a ele consagrado:

*"Art. 157. A ordem econômica tem por fim realizar a justiça*  
*social, com base nos seguintes princípios:*

- I - liberdade de iniciativa;*
- II - valorização do trabalho como condição da dignidade hu*  
*mana;*
- III - função social da propriedade;*
- IV - harmonia e solidariedade entre os fatores de produção;*
- V - desenvolvimento econômico;*

VI - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros." <sup>42</sup>

Assim, pelo menos no texto, a Constituição de 67 dá um considerável avanço no sentido da justiça social, inclusive ao preceituar a função social da propriedade.

Por outro lado, no artigo seguinte, a Lei Maior de 67 discrimina os direitos dos trabalhadores; vejamos como:

"Art. 158. A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria de sua condição social:

I - salário-mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II - salário-família aos dependentes do trabalhador;

III - proibição de diferença de salários e de critério de admissões por motivo de sexo, cor e estado civil;

IV - salário de trabalho noturno superior ao diurno;

V - integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos;

VI - duração diária do trabalho não excedente de oito horas, com intervalo para descanso, salvo casos especialmente previstos;

VII - repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VIII - férias anuais remuneradas;

IX - higiene e segurança do trabalho;

X - proibição de trabalho a menores de doze anos e de tra

balho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a es  
tes e às mulheres;

XI - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo e do salário;

XII - fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos comerciais e industriais;

XIII - estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;

XIV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XV - assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva;

XVI - previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de doença, velhice, invalidez e morte;

XVII - seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho;

XVIII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, ou entre os profissionais respectivos;

XIX - colônias de férias e clínicas de repouso, recuperação e convalescença, mantidas pela União, conforme dispuser a lei;

XX - aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral;

XXI - greve, salvo o disposto no art. 157. § 7º" <sup>43</sup>

Por sua vez o Art. 157, § 7º assim preceitua:

"§ 7º Não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei." <sup>44</sup>

Dessa forma, a Carta de 67 mantinha as principais conquistas trabalhistas das Constituições anteriores, tais coo

mo: salário-mínimo, duração da jornada de trabalho, estabili  
dade na empresa, reconhecimento das convenções coletivas de  
trabalho, etc. Porém, como grande novidade, o Estatuto da Di  
tadura Militar introduzia, enfim, o direito à participação  
do trabalhador, ainda que excepcionalmente, na gestão da em  
presa (vide Art. 158, V).

Convém salientar que o direito do trabalhador par  
ticipar nos lucros da empresa — já preconizado pela Carta de  
46 — foi mantido no Diploma de 67.

Sobre estes preceitos (participação) é importante  
ressaltar que, ainda que só venham a ser introduzidos no Di  
reito Constitucional Brasileiro 48 anos após à Carta de Wey  
mar e 36 anos depois de terem sido previstos pela Constitui  
ção espanhola de 1931; o Congresso Nacional ainda não elabo  
rou lei ordinária regulamentando-os, salvo a legislação refe  
rente ao PIS/PASEP.

Comentando tal fato, assim se expressa o Professor  
Florianio Vaz da Silva:

*"Quanto à co-gestão, foi ela saudada em 1967 por Evaristo de  
Moraes Filho: 'Merece elogios o texto recente, pois segue a diretiva de  
todas as legislações e da política social, quer das democracias popula  
res, quer das democracias ocidentais. Resta ver e esperar a sua regula  
mentação por lei ordinária.'*

*"Trata-se realmente de uma inovação da Constituição de  
1967 a participação do trabalhador na gestão da empresa. Manoel Gonçal  
ves Ferreira Filho assinala e adverte: 'É outro dos instrumentos para a  
integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa. Cau  
telosamente, todavia, a Constituição a imagina apenas para casos excep*

cionais, tudo dependendo de regulamentação legal'.

"Embora se trate de regime completamente diverso do brasilei  
ro, é interessante assinalar que a recente Constituição da Iugoslávia ins  
creve, no artigo I de seu preâmbulo, como sendo seu primeiro princípio  
fundamental o seguinte: 'As relações sociais socialistas fundadas na au  
togestão dos trabalhadores e a proteção do sistema socialista autoges  
tor".<sup>45</sup>

Outra alteração que a Carta de 67 faz, em relação ao Texto de 46 é no que diz respeito ao preceito do direito de greve (vide: Art. 158 do Diploma de 46 e Arts. 157, § 7º e 158, XXI da Carta de 67). Enquanto que no Texto Constitucio  
nal do pós-guerra esse direito é reconhecido amplamente, na Carta da ditadura militar (1967) o mesmo não se aplica aos "ser  
viços públicos" e "atividades essenciais".

Interessante é também comentar a presença, pela pri  
meira vez em nossas Constituições, do direito ao seguro-de  
semprego, só muito recentemente decretado através do Decreto-Lei nº 2283 de 27 de fevereiro de 1986.

Ainda que pareça paradoxal, somente no final do pri  
meiro governo do período autoritário pós-64, o Brasil veria incluir-se em sua Carta Magna alguns preceitos das mais anti  
gas Constituições Sociais da História Universal. E, assim mes  
mo, quase todos estes preceitos continuam ainda sem regula  
mentação e, portanto, na categorização de inoperantes, pla  
giando Afonso Arinos.

A História do Brasil de Bloch Editores assim narra os eventos que determinariam a vida da mais breve Carta cons  
titucional brasileira:

"Os caminhos constitucionais abertos em 1967, entretanto, se  
riam interrompidos no ano seguinte quando o fermento da agitação políti  
ca começou a causar graves dissensões entre o governo federal e algumas  
 forças da opinião pública, principalmente entre intelectuais e estudan  
tes. O descontentamento destes grupos com algumas medidas tomadas pelo  
 Comando Revolucionário acirrou-se, projetando-se no Congresso onde ele  
mentos mais exaltados passavam a assumir atitudes nitidamente anti-revo  
lucionárias, atitudes essas que o governo considerava incompatíveis com  
 a nova ordem vigente no País. Assim, a 13 de dezembro de 1968 assinava  
 -se o Ato Institucional nº 5 e neste mesmo dia, através de um Ato Comple  
 mentar (de nº 38), decretava-se o recesso do Congresso Nacional, e o go  
 verno voltava a lesgilar sobre todos os assuntos." <sup>46</sup>

Assim o Brasil iniciava o segundo governo militar  
 do Golpe de 64.

#### .8 - A Emenda nº 1 de 1969 ou a segunda Carta da ditadura mi litar

Ainda no início de 1969 o presidente Artur da Cos  
 ta e Silva encarregou o seu vice (Pedro Aleixo) de coordenar  
 os trabalhos de reforma da Carta de janeiro de 1967.

A 17 de outubro de 1969, os ministros militares (Au  
 gusto Hammann Rademaker Grünewald, da Marinha; Aurélio de Li  
 ra Tavares, do Exército e Márcio de Sousa Melo, da Aeronáuti  
 ca; integrantes da Junta Militar que se investiu de poderes  
 para substituir o presidente Costa e Silva, impedido de go  
 vernar em virtude da trombose que o acometera entre os últi  
 mos dias de agosto e os primeiros de setembro de 1969; outor  
 gavam a nossa mais recente e ainda vigente Carta constitucio  
 nal, editando a Emenda Constitucional nº 1 que, por alterar

profundamente o texto de 1967 é, na verdade, considerada por muitos juristas como uma nova Constituição.

Findava, assim, o segundo e breve ciclo do Movimento de 64 e inciava-se o terceiro que, a exemplo do anterior, também iria começar com uma nova Carta outorgada.

Para o professor Afonso Arinos de Melo Franco:

*"Tal como a de 1967, a Constituição de 1969 é de tipo instru*  
*mental. Visa somente a dar fisionomia jurídica a um regime de poder de*  
*fato.*

*"Há, dentro dela, uma parte, por assim dizer, tradicional*  
*que reconhece as realidades históricas e políticas da formação nacional,*  
*e, por isto mesmo, é a sua parte duradoura. Afora isto o texto é de es*  
*cassa, ou, mesmo, nenhuma importância. Não poderá ser aplicado em um sis*  
*tema de Estado de direito, nem foi criado para tal.*

*"Muito provavelmente, para não dizer inevitavelmente, toda*  
*essa estrutura jurídica imposta vai ser substituída, quando as condições*  
*do próprio processo revolucionário permitirem a reinstalação no Brasil,*  
*do regime democrático."* <sup>47</sup>

Analisemos, comparativamente aos anteriores, o Texto de 1969, no que preceitua sobre o tão propalado binômio de interesses capital-trabalho:

A exemplo da Carta de 1967, a Emenda nº 1 de 1969, reserva o seu Título III à Ordem Econômicc e Social.

Enquanto que o Diploma do governo do Marechal Cas  
telo Branco destinava dez artigos (do Art. 157 ao Art. 166) a esse Título, a Emenda da Junta Militar reserva cinco artigos a mais (do Art. 160 ao Art. 174).

Já no caput do seu primeiro artigo do Título III a

nova Carta introduz o preceito do "desenvolvimento nacional" como um dos "fins" da ordem econômica e social. Mantém-se en tretanto, o preceito da "justiça social" presente nas Consti tuições de 67 (Art. 157); 46 (Art. 145) e de 34 (Art. 115 — — também, como uma segunda<sup>48</sup> finalidade desse ordenamento.

Por outro lado, a Carta vigente, enumera seis prin cípios básicos para a Ordem Econômica e Social, mantendo, as sim, a maioria dos princípios constantes do Texto de 1967, substituindo, entretanto, o V princípio daquela Constituição ("desenvolvimento econômico") — que deixa de ser princípio e passa a ser fim em 69 — pelo VI da Emenda nº 1 ("expansão das oportunidades de emprego produtivo"). Ademais a expressão "fa tores" (sic) de produção do Diploma de 67 (Art. 157, IV) é substituído por "categorias sociais" na Emenda de 69 (Art. 160, IV).

A seguir transcrevemos o texto completo do artigo introdutório do Título III da Emenda constitucional da dita dura militar:

*"Art. 160. A ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos seguintes prin cípios:*

*I - liberdade de iniciativa;*

*II - valorização do trabalho como condição da dignidade hu*  
*mana;*

*III - função social da propriedade;*

*IV - harmonia e solidariedade entre as caterorias*      *sociais*  
*de produção;*

*V - repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado*

*pelo domínio dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros; e*

*VI - expansão das oportunidades de emprego produtivo." 49*

Se, por um lado, o princípio regido pelo inciso VI acima, parece em perfeita sintonia com os dois fins preconizados para a ordem econômica e social na sociedade liberal, por outro, a alteração da expressão "fatores de produção" para "categorias sociais de produção" parece inspirar-se no pensamento socialista de que o trabalho (visto como uma atividade humana e, portanto, como uma possibilidade de participação e integração do ser humano com o seu meio social), só de modo simplório pode ser reduzido à condição de fator produtivo como estabelece a economia clássica.

O Artigo 165 da Emenda Constitucional da Junta Militar, transcreve os direitos dos trabalhadores, já preceituados no Diploma anterior, com pequenas e irrelevantes alterações de redação, inclusive no Inciso V que, na Carta atual, assume a seguinte forma:

*"V - integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, segundo for estabelecido em lei" 50*

Por outro lado, introduz-se no texto de 69 o preceito do direito de aposentadoria para o magistério, após 30 e 25 anos de trabalho, respectivamente para homens e mulheres.

Finalmente, a greve e o direito à associação profissional ou sindical reproduzem em 69 os preceitos do Diploma de 67.

## .9 - O Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Consti tucionais

No momento que concluimos esta análise comparada do ordenamento econômico e social na história do Direito Consti  
tucional Brasileiro, a Comissão Provisória, de Estudos Cons  
titucionais - formada por 50 notáveis entre juristas, soció  
logos, empresários, jornalistas e professores, instalada a  
3 de setembro de 1985 e presidida pelo jurista Afonso Arinos  
de Melo Franco -, concluía e divulgava (em caráter prelimi  
nar) a versão ainda não examinada pelo Comitê de Redação, do  
Anteprojeto da Constituição que será submetido à nova Consti  
tuinte, a ser eleita no próximo dia 15 de novembro (1986).

Ainda que não seja prudente afirmar quais serão as  
tendências doutrinárias da Assembléia que irá votar a nossa  
futura Lei Magna, muito provavelmente, e considerando as for  
ças que se articulam e se equilibram no grande cenário poli  
tico nacional deste final de século, e ainda, o longo perío  
do de sufocação dos nossos movimentos sociais mais importan  
tes; de desarticulação das lutas reivindicatórias pelos  
direitos trabalhistas e do próprio movimento sindical brasi  
leiro, bem como a concentração de renda e riquezas e hegemo  
nização do poder nas mãos de uma classe cada vez mais podero  
sa e minoritária; parece que seria bastante razoável alimen  
tar, quando muito, uma expectativa progressista para mais  
uma Constituição liberal. E é precisamente assim que visua  
lizamos a proposta formulada pela Comissão Afonso Arinos<sup>51</sup>.  
Isto é, uma Carta de inspiração doutrinária liberal incorpo

rando as principais conquistas sociais das democracias mais avançadas do Ocidente. Com efeito, já no seu Preâmbulo, o Anteprojeto da Comissão Provisória proclama:

*"Na ordem interna, o Brasil pratica o estado social de direito, por via de um regime democrático avançado e pluralista, representativo e participativo, conducente a um sistema de governo econômico e socialmente justo, um governo de todo o povo, no qual seja dever do estado propiciar existência digna para todos os brasileiros e estrangeiros radicados no país."<sup>52</sup>*

Por outro lado, nos seus Títulos IV e V, respectivamente, Da Ordem Econômica e Da Ordem Social, os princípios liberais-progressistas norteadores da Carta Constitucional proposta são detalhadamente explicitados. Vejamos como:

*"Título IV - DA ORDEM ECONÔMICA"*

*"Art. 1º - A ordem econômica terá como fundamentos a justiça social e o desenvolvimento, devendo assegurar a todos uma existência digna."*

*"Parágrafo único - A ordenação da atividade econômica terá como princípios:*

*I - a valorização do trabalho;*

*II - a liberdade de iniciativa;*

*III - a função social da propriedade e da empresa;*

*IV - a harmonia entre as categorias sociais de produção;*

*V - assegurar o pleno emprego;*

*VI - a redução das desigualdades sociais e regionais;*

*VII - o fortalecimento da empresa nacional;*

*VIII - o estímulo às tecnologias inovadoras e adequadas ao de*

*envolvimento nacional".<sup>53</sup>*

À exceção dos princípios VII e VIII acima, todos os demais, bem como o caput do Artigo, estão presentes na Constituição vigente, sendo apresentados no documento ora proposto com pequenas modificações de redação ou na ordem de apresentação (vide seção 1.8 do Capítulo I desta monografia).

Já o Artigo 9º do mesmo Título IV do Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos é inovador e progressista ao preceituar um planejamento econômico participativo. Observemos:

*"- O Estado deverá, mediante lei especial, estabelecer normas para o planejamento da atividade econômica do País, com o planejamento imperativo para o setor público, e o planejamento indicativo para o setor privado, de forma a atender às necessidades coletivas, equilibrar as diferenças regionais e setoriais, estimular o crescimento da riqueza e da renda e sua justa distribuição.*

*" § 1º A formulação dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento contará com a participação, na forma da lei, de pessoas juridicas de direito público, comissões especiais, organizações profissionais e entidades de classe."<sup>54</sup>*

Além de avançado, o Texto da Comissão Provisória é também excessivamente analítico. Com um total de 462 artigos - 60 dedicados à ordem econômica e social -, caso venha a ser promulgado integralmente pela futura Assembléia Constituinte, passará à História como o mais longo e minucioso Diploma Magno brasileiro, duas vezes maior do que o de 1946 (222 artigos), até então o mais extenso.

Separando - pela primeira vez em nossa História Constitucional -, em dois títulos, os ordenamentos social e econômico, o Anteprojeto da Constituição dedica sete capítulos e 34 artigos ao primeiro (Da Ordem Social), e no capítulo I deste, 4 artigos são consagrados aos direitos dos trabalhadores. Vejamos, a seguir, os princípios norteadores desse Título:

*"Título V - Da Ordem Social"*

*"Art. 1º - A ordem social tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios:*

- "I - direito ao trabalho, mediante uma política de pleno emprego;*
- II - o trabalho como dever social, salvo razões de idade, doença ou invalidez;*
- III - direito a uma fonte de renda que possibilite existência digna;*
- IV - igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou gênero de trabalho;*
- V - participação efetiva na cidadania e no gozo do bem-estar social;*
- VI - direito a moradia de dimensões adequadas, em condições de higiene e conforto;*
- VII - desenvolvimento de política de seguridade social;*
- VIII - função social da maternidade e da família como valor fundamental;*
- IX - proteção eficaz à infância, à adolescência e à velhice;*
- X - respeito e proteção social às minorias;*

XI - direito à saúde e à educação."<sup>55</sup>

Já o Capítulo I do Título V (Direito dos Trabalha  
dores) inicia discriminando os preceitos que o iluminam:

"Art. 2º - As normas de proteção aos trabalhadores obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria dos seus benefícios:

- I - salário real e justo capaz de satisfazer as necessida  
des normais do trabalhador e as de suas famílias;
- II - salário-família aos seus dependentes;
- III - proibição de diferença de salário e de critério de ad  
missão, promoção e dispensa, por motivos discriminatõ  
rios de raça, cor, sexo, religião, opinião política,  
nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiên  
cia física ou condição social;
- IV - salário de trabalho noturno superior ao diurno;
- V - duração de trabalho não superior a quarenta horas se  
manais, com duração diária não excedente de oito ho  
ras, com intervalo para descanso, salvo casos espe  
ciais previstos em lei;
- VI - repouso semanal remunerado, de preferência aos domin  
gos, e nos feriados civis e religiosos, de acordo com  
a tradição local;
- VII - férias anuais remuneradas;
- VII - higiene e segurança do trabalho;
- IX - uso obrigatório de medidas tecnológicas visando a eli  
minar ou a reduzir ao mínimo a insalubridade dos lo  
cais de trabalho;

- X - proibição de trabalho em indústrias insalubres e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho a menores de catorze anos;
- XI - descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto; com garantia de estabilidade no emprego, desde o início da gravidez, até 60 dias após o parto;
- XII - garantia de manutenção, pelas empresas, de creche para os filhos de seus empregados até um ano de idade, e de escola maternal até quatro anos, instaladas de preferência próximas ao local de trabalho;
- XIII - fixação mínima de dois terços de empregados brasileiros em todos os estabelecimentos, salvo nas microempresas e nas de cunho estritamente familiar;
- XIV - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual, quanto à condição de trabalhador, ou entre os profissionais respectivos;
- XV - integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros ou no faturamento, segundo critérios objetivos fixados em lei, com representação dos trabalhadores na direção e constituição de comissões internas, mediante voto livre e secreto, com assistência do respectivo sindicato;
- XVI - estabilidade no emprego e <sup>56</sup> fundo de garantia do tempo de serviço;
- XVII - vedação de prescrição no curso da relação de emprego;
- XVIII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e incentivo à prática da negociação coletiva.

Art. 3º - A associação profissional ou sindical é livre. Nin

guém será obrigado, por lei, a ingressar em sindicato, nem nele permanecer ou para ele contribuir.

§ 1º - A assembléia geral é o órgão deliberativo supremo da entidade sindical, sendo de sua competência exclusiva aprovar os seus estatutos, deliberar sobre a sua constituição, organização, contribuição financeira e eleições para seus órgãos diretivos e de representação.

§ 2º - Compete às entidades sindicais defender os direitos e os interesses da categoria que representam, com participação junto às empresas e aos organismos públicos que diretamente se relacionem com o exercício daqueles interesses.

§ 3º - Em quaisquer questões judiciais ou administrativas poderá intervir o sindicato como terceiro interessado ou substituto processual, desde que comprovada a implicação, que das mesmas possa advir, de prejuízo, direto ou indireto, para a atividade ou profissão.

§ 4º - Nenhuma entidade sindical poderá sofrer intervenção, ser suspensa nem dissolvida pela autoridade pública, senão por decisão judicial, garantido amplo direito de defesa.

*Art. 4º - É reconhecido o direito de greve.* <sup>57</sup>

§ 1º - Para o seu pleno exercício, serão estabelecidas providências e garantias necessárias para assegurar a manutenção dos serviços essenciais da comunidade.

§ 2º - As categorias de serviços essenciais, que deixarem de recorrer ao direito de greve, farão jus aos benefícios já obtidos pelas categorias análogas ou correlatas.

*Art. 5º - O Ministério Público do Trabalho será parte legítima, na forma da lei, para a tutela dos direitos previstos neste Capítulo.* <sup>58</sup>

Analisando, comparativamente, o Texto constitucional ora proposto com os sete outros que vigiram em nosso País, o seu caráter progressista ressalta evidente. Observemos como:

a) no seu III preceito normativo de proteção aos trabalhadores a já clássica proibição de diferença de salário e de critério de admissão, promoção e dispensa, por motivos discriminatórios de cor, sexo e estado civil é agora ampliado para, além desses critérios, incluir também: religião, opinião política, nacionalidade, idade, origem, deficiência física, condição social e raça;

b) o preceito IV, enfim, e após já haver sido adotado inclusive por muitos países do terceiro mundo, reduz a jornada de trabalho semanal para 40 horas, mantendo a diária regular de 8 horas, com intervalo para descanso;

c) com o preceito IX surge a novidade da obrigatoriidade de medidas tecnológicas para eliminação ou redução ao mínimo da insalubridade do local de trabalho;

d) o descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto com garantia de estabilidade no emprego (preceito XI), no Anteprojeto da Comissão Provisória é estendido para todo o período de gestação e mais 60 dias após o parto.

Assim como esses preceitos outros se seguem (grifamos na transcrição do Texto constitucional proposto as modificações feitas em relação à Constituição vigente) sempre na linha de uma maior dignificação do trabalho e de proteção de

seus direitos, até que, no preceito XV do capítulo I do Tí  
tulo V, ao preconizar a integração do trabalho na vida e no  
desenvolvimento da empresa (introduzida na Carta de 1967 ou  
torgada pelo regime militar e mantido na Emenda nº 1 de  
1969), a participação nos lucros é acrescentado "*ou no fatu*  
*ramento*" e, como grande novidade do texto constitucional, no  
que concerne ao ordenamento econômico e social, surge a idéia  
da co-gestão, não mais em caráter de excepcionalidade (como  
nas cartas de 67 e 69), mas com a institucionalização da re  
presentação dos trabalhadores na direção e comissões inter  
nas, representação esta eleita através "*voto livre e secreto,*  
*com assistência do respectivo sindicato*".

É, portanto, com base nesses preceitos que sustentamos o caráter progressista de mais essa Constituição liberal que apenas se anuncia para nós brasileiros ainda que decorridos mais de meio século das primeiras Leis Fundamentais classificadas como de inspiração social.

#### .10 - Análise comparada da Ordem Econômica e Social na História Constitucional do Brasil

A seguir apresentamos - sob a forma de quadro-resumo (Quadro 1) - os principais pontos desenvolvidos ao longo desta seção que pretendeu, de modo singelo e apenas ilustrativo, fazer uma análise comparada da questão do trabalho e, em particular, de sua participação na gestão empresarial, no Direito Constitucional brasileiro.

| DATA            | LEI MAGNA   | PERÍODO HISTÓRICO          | INTERVALO (3)      | DOCTRINA  | NÚMERO DE ARTIGOS |            | ORDENAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL |             | CLASSIFICAÇÃO                       | COMENTÁRIOS   |
|-----------------|---|----------------------------|--------------------|---|-------------------|------------|--------------------------------|-------------|-------------------------------------|---|
|                 |   |                            |                    |   | O.E.S. (9)        | TOTAL (10) | TÍTULO Nº                      | ARTIGOS NºS |                                     |   |
| 25 MAR 1824     | CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL                                    | IMPÉRIO (2)                | 66 anos e 11 meses | O estado liberal/Constitucionalismo do século XIX | 0                 | 179        | Não consta                     | -           | OUTORGADA                           | Contém apenas dois preceitos sobre o trabalho:<br>Art. 179<br>XXIV - Liberdade de exercício de qualquer trabalho;<br>XXV - Extinção das corporações de ofício.  |
| 24 FEV 1891     | CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL                        | PRIMEIRA REPÚBLICA         | 43 anos e 5 meses  | O Positivismo (5)                                 | 0                 | 99 (12)    | Não consta                     | -           | PROMULGADA                          | Mantém o preceito de garantia do "Livre Exercício de qualquer profissão (22) moral, intelectual e industrial" (sic) - Art. 72, § 24.  |
| 16 JUL 1934     | CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL                        | REVOLUÇÃO DE 30            | 3 anos e 4 meses   | A ordem econômica e social (6)                    | 29                | 213 (13)   | IV                             | 115 ao 143  | PROMULGADA                          | Inaugura a preocupação com a ordem econômica e social na constituição brasileira.<br>Principais preceitos:<br>• Reconhecimento dos sindicatos; salário-mínimo; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; instituição da justiça do trabalho.       |
| 10 NOV 1937     | CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL                                     | ESTADO NOVO                | 8 anos e 10 meses  | O Estado Autoritário e corporativista (7)         | 21                | 187 (14)   | 20ª rubrica (19)               | 135 ao 155  | OUTORGADA                           | Mantém os preceitos inovadores do Diploma de 1934. Restringe, entretanto, o dispositivo sobre a representação dos sindicatos para somente aqueles reconhecidos pelo Estado. A greve e o "Lock-out" são declarados recursos Antiestadais, nocivos ao trabalho. |
| 18 SET 1946     | CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL                                     | REDEMOCRATIZAÇÃO/POPULISMO | 20 anos e 4 meses  | Federalismo Cooperativo                           | 18                | 222 (15)   | V                              | 145 ao 162  | PROMULGADA                          | Preceitos inovadores:<br>• Participação nos lucros; estabilidade na empresa e indenização do trabalhador despedido. Recupera a Carta de 1934:<br>• Reconhecimento das convenções coletivas; reconhecimento do direito de greve.                               |
| 24 JAN 1967     | CONSTITUIÇÃO DO BRASIL  | DITADURA MILITAR           | 2 anos e 9 meses   | Segurança Nacional e Desenvolvimento              | 10                | 189 (16)   | III                            | 157 ao 166  | OUTORGADA                           | Grande novidade:<br>• Participação do trabalhador, excepcionalmente, na gestão da empresa.<br>Mantém as principais conquistas trabalhistas. Limita o direito de greve.  |
| 17 OUT 1969     | CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1)                            | DITADURA MILITAR           | 18 anos            | Segurança Nacional e Desenvolvimento              | 15                | 218 (17)   | III                            | 160 ao 174  | OUTORGADA                           | Basicamente os mesmos preceitos da carta de 1967.   |
| SET 85 A SET 86 | ANTEPROJETO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS | "NOVA REPÚBLICA"           | ?                  | Liberalismo Progressista (8)                      | 60 (11)           | 462 (18)   | IV/V (22)                      | (21)        | A ser submetido à nova Constituição | Preceitos inovadores:<br>• Jornada de trabalho de 40h semanais;<br>• Representação dos trabalhadores na direção das empresas.<br>• Instituição das comissões internas.  |

O.E.S. = Ordenamento Econômico e Social.

QUADRO 1

Vide notas na página seguinte.

## NOTAS DO QUADRO 1

- (1) Emenda nº 1/1969.
- (2) 1º Reinado, Regência e 2º Reinado.
- (3) Aproximado para mês.
- (4) Supondo a promulgação da nova Constituição no segundo semestre de 1987.
- (5) Forte influência das Cartas Norte-Americana, Argentina e Suíça (estas duas últimas em menor grau).
- (6) Influência das Constituições de Weimar (Alemã), Mexicana de 1917 e Espanhola de 1931.
- (7) Influência da Carta Polonesa de 1934.
- (8) Linha da Social-Democracia européia.
- (9) Título(s): "Ordem Econômica e Social".
- (10) Inclusive as "Disposições Gerais e Transitórias".
- (11) 26 artigos no Título "Da Ordem Econômica" (IV) e 34 artigos no Título "Da Ordem Social" (V).
- (12) 8 artigos nas "Disposições Transitórias".
- (13) 26 artigos nas "Disposições Transitórias".
- (14) 13 artigos nas "Disposições Transitórias e Finais".
- (15) A Constituinte de 1946 promulgou à parte o "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" com 36 artigos. Assim, o total dos dois Diplomas compreende 258 artigos.
- (16) Inclusive os 17 artigos das "Disposições Gerais e Transitórias".
- (17) Inclusive os 38 artigos das "Disposições Gerais e Transitórias".
- (18) 436 artigos no Texto Constitucional e 26 artigos nas "Disposições Gerais".
- (19) Esta Carta não foi ordenada em Títulos. A rubrica "Da Ordem Econômica" aparece na 20ª posição e inclui os preceitos relativos ao ordenamento social.
- (20) O Anteprojeto propõe dois Títulos: IV - "Da Ordem Econômica" e V - "Da Ordem Social".
- (21) O Texto proposto ordena os artigos dentro de cada Título em separado (a partir de 1).
- (22) Livre exercício de qualquer trabalho da Carta de 1824.

## 2 - A participação do trabalho na gestão, nos programas dos partidos políticos brasileiros

### .1 - Prólogo

Após um longo período ditatorial em que, com a imposição do Ato Institucional Nº 2 de 27 de outubro de 1965 e a conseqüente extinção de todos os partidos políticos de então, fomos levados a um bipartidarismo no qual uma legenda de situação (Aliança Renovadora Nacional - ARENA) dividia com outra agremiação política organizada para representar o papel de oposição ao regime (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), o espaço político-ideológico oficial; retomamos recentemente ao sistema democrático pluripartidário, preconizado, inclusive, pelos textos constitucionais das Cartas redigidas pela Ditadura Militar.

Contando hoje com algumas dezenas de legendas político-partidárias regularmente registradas, certamente seria por demais exaustiva, senão irrelevante, a análise do discurso oficial de todas as tendências políticas autorizadas a atuar no cenário da democracia nacional. Destarte, estudaremos nesta seção os programas e manifestos das cinco legendas partidárias existentes até meados de 1985.

### .2 - Participação no programa do PDS

O Partido Democrático Social (PDS), veio substituir a extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da ditadura militar que por mais de vinte anos governou o nosso País.

Como partido de elite, sucessor da União Democrática

ca Nacional (UDN) das décadas de 40 a 60, o PDS reúne em seus quadros os segmentos mais à direita do cenário político nacional.

Malgrado nas suas origens o PDS tenha incorporado em suas fileiras os principais líderes políticos dos governos conservadores e autoritários pós-64, essa linha partidária, que se auto-proclamava a maior do Ocidente, apresenta em seu Programa preceitos afinados com o pensamento de vanguarda e, até certo ponto, progressista.

No segundo parágrafo do Preâmbulo de seu Programa, ao referir-se aos direitos sociais, assim se expressa o pensamento do Partido:

*"Segue o PDS a linha de tradição dos grandes partidos democráticos, que produziram as maiores conquistas da humanidade e construíram e sustentaram, não só os direitos civis e políticos, mas também aqueles de ordem econômica e social. Como tal, considera o PDS direitos inalienáveis da pessoa humana, além da liberdade de não ter medo, de praticar o culto religioso de sua escolha e a garantia da inviolabilidade da privacidade do cidadão, o direito ao trabalho digno, ao salário justo, à moradia, à educação, à saúde, à alimentação, à segurança individual e coletiva, ao exercício de uma imprensa livre e responsável e à preservação do meio ambiente."*<sup>60</sup>

Por outro lado, na declaração de seus Princípios, assim se refere o Programa do Partido Democrático Social, no que concerne à questão trabalhista:

## "II - NO CAMPO SOCIAL

No que tange à força de trabalho e às condições de vida do povo:

34. *garantir aos trabalhadores o poder aquisitivo dos salários, a liberdade sindical e de associação, salário justo, seguro-desemprego, participação nos lucros das empresas e igualmente em sua gestão, desde que livremente negociada entre patrões e empregados, justificando-se, com isso, a concessão de estímulos fiscais às empresas;*

35. *implantar uma política de fundos sociais que assegure a participação do trabalhador em sua gestão, assim como prioridade ao acesso acionário das empresas;"<sup>61</sup>*

Mais adiante, ao definir os "meios de alcançar o bem-estar", em sua seção III (No Campo Econômico) o referido Programa, mais uma vez reforça a idéia de participação do trabalho, desta feita, no resultado da produção. Vejamos como:

"98. *eleger por meios que acarretem melhor nível de bem-estar : a prioridade conferida à agropecuária, particularmente para a produção de alimentos; a destinação ao trabalho dos subsídios e privilégios hoje reservados às empresas absorvedoras de capital; uma política salarial que amplie a participação dos trabalhadores na renda nacional; uma política fiscal insuscetível de taxar de modo regressivo e punitivo os rendimentos do trabalho; a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; a ampliação dos investimentos sociais; a adoção de salários indiretos para os segmentos da população que vive na faixa da pobreza absoluta; e uma política de geração de empregos voltada para os setores mais*

*dinâmicos da agropecuária, da indústria e dos serviços;"* <sup>62</sup>

Portanto, a questão da participação do trabalho na gestão e, até mesmo nos lucros, está presente, ainda que bastante condicionada, no Programa partidário de uma das mais fortes agremiações políticas de toda a nossa História e aquela que abrigaria nos seus quadros os governantes do mais longo interregno democrático que experimentamos. <sup>63</sup>

### .3 Participação no Programa do PDT

Já na sua Carta de Lisboa (17 de junho de 1979) a agremiação política embrionária, sob a liderança de Leonel Brizola, que, após disputar e perder na Justiça Eleitoral Brasileira a sigla-herança do trabalhismo-getulista (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) teve que optar pela legenda Partido Democrático Trabalhista - PDT, assim preceituava sobre o trabalho:

*"Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalhismo para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais da luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração de renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.*

*"Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores."* <sup>64</sup>

Assim, enquanto o "primeiro compromisso" do partido que

então se organizava era o de "*reconduzir o Brasil à(...)institucionalidade democrática*" <sup>65</sup>, logo em segundo lugar o futuro Partido Democrático Trabalhista consagrava também como seu compromisso básico a bandeira do trabalhismo.

Por outro lado, na seção VII - Trabalhismo Democrático, Propriedade Social e Propriedade Privada - de seu Manifesto, o PDT assim discursa:

"1. O Trabalhismo Democrático considera que a propriedade, o capital, todos os meios de produção, têm, acima de tudo, uma função social e seu uso, aproveitamento e exploração estão condicionados aos interesses da coletividade e ao conjunto da Nação. É por isso mesmo, da essência do Trabalhismo Democrático promover a diversificação e democratização das relações produtivas na direção do socialismo, de modo que diversas formas de gestão e propriedade social dos meios de produção - de natureza mais justa e humana, com base na cooperação e na solidariedade - possam ser incorporados, crescentemente, à vida econômica brasileira, independentes do Estado, mas enraizados nos interesses reais dos trabalhadores e de toda a população. Nessa perspectiva é que se insere o acesso crescente dos trabalhadores às decisões econômicas em geral, particularmente nas grandes empresas públicas e privadas, a co-gestão, a autogestão e o cooperativismo nos campos da produção, consumo e distribuição; especialmente nos ramos que mais afetam as necessidades populares e os problemas fundamentais dos pequenos e médios produtores. Só a prática da democracia decidirá a conveniência e a característica de cada uma dessas formas e a relação adequada entre elas."<sup>66</sup>

Portanto, enquanto o partido da ditadura militar prevê em seu Programa a participação nos lucros e na gestão

das empresas, *"livremente negociadas entre patrões e empregados"* e em troca de *"benefícios fiscais"*, o item 1 da seção VII do Manifesto do Partido de Brizola (acima transcrito), vai bem mais longe ao defender a co-gestão e até mesmo a autogestão, sendo que, naquele discurso, conveniência de adoção de qualquer uma dessas formas de participação, ou de uma *"relação adequada entre elas"*, seria objeto de decisão pela *"prática da democracia"*.

Reiterando a mesma linha de pensamento, o Programa partidário da agremiação que sairia vitoriosa das urnas nas eleições para o Governo do Estado e da Cidade do Rio de Janeiro (1982 e 1985, respectivamente), em sua parte 3, preconiza:

*"3.2 Aumento substancial do salário mínimo de forma a assegurar que o poder de compra do trabalhador lhe garanta, e à sua família, condições dignas de vida. Redução das desigualdades salariais; reajustamento dos salários, segundo o aumento real do custo de vida calculado através de critérios elaborados com a participação das entidades de classe ou representantes dos trabalhadores e os ganhos de produtividade; efetiva extensão do salário mínimo profissional aos trabalhadores rurais; salário mínimo profissional; piso salarial e escala móvel de salário"*<sup>67</sup>

E, finalmente, no item c do parágrafo 3.12 da mesma parte (3):

*"3.12 Organização da economia nacional com base na coordenação e planejamento dos setores público, privado, cooperativista e sob novas formas de propriedade social:*

(...)

c - As cooperativas verdadeiramente associativas e as novas formas de empresa social, tais como a de autogestão e as familiares, serão estimuladas e apoiadas de forma prioritária com financiamento e assistência técnica"<sup>68</sup>

Mais uma vez, o trabalho é visto como partícipe na gestão das empresas, ou mesmo como seu gestor.

Óbvio é que, herdeiro de um passado de lutas políticas e trabalhistas e arauto de uma nova ordem econômica e social, o PDT conservaria em seu Programa todas as grandes conquistas dos trabalhadores, tais como:

- "- Liberdade, autonomia e unidades sindicais, com a criação de uma central única dos trabalhadores.
- Direito de greve.
- Livre negociação coletiva de trabalho entre empregadores e empregados.
- Eliminação gradual do Imposto Sindical."<sup>69</sup>,

além de outras mais avançadas, como, por exemplo:

- "- Remuneração, vantagens e direitos idênticos para iguais empregos ou funções, exercidos em igualdade de condições. Esta forma deverá aplicar-se tanto na esfera Federal, como na Estadual e Municipal, a empregados de empresas privadas ou servidores públicos.
- Rigorosa legislação para a prevenção de acidentes e segurança do trabalho que assegure melhores condições do mesmo.
- Representação sindical dentro da empresa, através de delegados ou comissões de empresa.

- 13º Salário para o funcionalismo público e outras catego  
rias que não o recebem.
- Compatibilização do sistema de FGTS com o instituto da Está  
bilidade para eliminar a rotatividade da mão-de-obra e a  
discriminação etária.
- Jornada de trabalho de 40 horas semanais a fim de combater  
o desemprego e aumentar o tempo livre do trabalhador.
- Proteção especial ao menor e à mulher que trabalham.
- Seguro desemprego."<sup>70</sup>

#### .4 - Participação no programa do PMDB

Sucessor do Movimento Democrático Brasileiro - MDB (partido político criado após o Ato Institucional nº 2 de 1965 - que extinguiu todos os partidos políticos de então<sup>71</sup> - para "legitimar" a "democracia" dos anos posteriores ao golpe de 64, que se autodefinia "relativa"), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), abrigara em suas fileiras todas as correntes de oposição ao sistema autoritário governante; da extrema direita à esquerda mais radical, sendo por esta razão considerado por muitos uma frente partidária e não propriamente um partido político. De fato, assim como a campanha política para a sucessão do último governo da ditadura militar - coroada com a eleição pelo Colégio Eleitoral, arquitetado pelos legisladores do período de exceção democrática, do candidato das oposições: Tancredo de Almeida Neves, após a frustração nacional pela não aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que propunha o reestabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República -, havia propo

vocado uma grande cisão no partido oficial (PDS), daí originando-se uma nova agremiação (PFL) e, praticamente, a morte política do todo-poderoso partido da Ditadura; o PMDB, com a liberalização do regime, também viria a ceder parte de seus quadros, principalmente a dos políticos mais à esquerda, para os novos pequenos partidos que, a partir de então, vieram a pontilhar o firmamento político-partidário nacional como novas constelações, oriundas das duas grandes massas estelares do período ditatorial.

Como herdeiro do papel de "oposição oficial" ao regime de exceção pós-64, o PMDB traz nos seus Manifesto e Programa Básico traços bastante evidentes de uma ideologia preocupada com o Social e, assim, com a questão da participação do trabalho na gestão das empresas. Vejamos como:

Praticamente todos os "dez mandamentos" do "decálogo pemedebista" invocam a idéia de participação ainda que, na maioria das vezes, referindo-se à participação política. Todavia, no décimo e último "mandamento" o discurso partidário é taxativo ao afirmar:

*"Buscamos, na fidelidade a esses compromissos, uma sociedade que, através de sua batalha contra o Estado autocrático, seja capaz de organizar-se para praticar a democracia não apenas no governo, mas em todas as instituições onde os homens exercem poder uns sobre os outros. (...) Uma sociedade, portanto, em que a justa redistribuição do consumo se faça simultaneamente com o fortalecimento da auto-organização coletiva e com a multiplicação das formas de participação popular no poder. (...) uma sociedade em que se promovam o poder decisório dos operários*

sobre a organização e a hierarquia do trabalho...<sup>72</sup>

Por outro lado a Fundamentação de seu Programa as  
sim conclui:

*"O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro."* <sup>73</sup>

Mais adiante, na sua declaração de Princípios Bási  
cos, temos:

*"7. O PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva. Os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital e im  
põem justiça na repartição da renda e da riqueza.*

*"8. Para o Partido, tanto as empresas de propriedade estatal, quanto às de propriedade privada deverão pautar suas decisões de produção e gestão segundo o interesse público. Isto supõe responsabilidade so  
cial da empresa e controle democrático de suas atividades e decisões por parte da sociedade.(...)*

*"9. Além do controle sobre os fluxos de investimento, a ser exercido pelas instituições públicas, o PMDB considera que a democratização  
do sistema de produção requer a democratização interna das grandes empresas, públicas ou privadas, com a participação dos trabalhadores e dos acionistas e quotistas minoritários, em seus processos decisórios. Da mesma forma tem como necessária a participação dos usuários nas decições  
das empresas prestadoras de serviços coletivos públicos."*<sup>74</sup>

Finalmente, no Título: O PMDB e a organização da so  
ciedade de seu Programa, vemos:

*"5. Uma exigência natural de uma estrutura sindical autônoma,*

*livre e democrática será, ao nível das empresas, a instituição do delegado sindical ou comissão de empresa. E, a exemplo dos empresários, que se congregam livremente, aos trabalhadores também se deve assegurar o direito de criarem suas organizações sindicais, inclusive de âmbito nacional."* <sup>75</sup>

Assim, mais uma vez, o discurso político-partidário brasileiro está eivado de preceitos sobre a participação do trabalho na gestão das empresas, além, obviamente, do já clássico direito à participação do cidadão na construção do seu próprio destino e na formatação de sua sociedade.

#### .5 - Participação no programa do PT

O Partido dos Trabalhadores - PT é, sem dúvida, um capítulo singular da história dos partidos políticos brasileiros. Oriundo das lutas operárias e em especial da dos metalúrgicos da região do ABC paulista, o PT parece ser o único partido nacional cujas origens se localizam nas camadas mais exploradas do nosso modelo de sociedade. O seu grande líder e principal organizador, Luis Inácio Lula da Silva, ele mesmo, um operário perseguido, preso, processado e condenado pelo Sistema capitalista-reacionário-conservador que iria dominar o País por mais de 20 anos após 64.

Com peso político ainda bastante pequeno para pretender a conquista de cargos públicos de maior relevo em eleições majoritárias, o Partido do ABC paulista deve ser incluído no elenco de agremiações políticas brasileiras em processo de amadurecimento e consolidação e, portanto, com possibi

lidades de ocupação de um espaço significativo no cenário político nacional do futuro.

Sem dúvida, dos cinco partidos aqui estudados o PT é aquele que apresenta o Programa de caráter mais genérico; como, aliás, assim se proclama ao referir-se aos seus "direitos do povo":

*"O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais."* <sup>76</sup>

E mais adiante:

*"Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores; é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares."* <sup>77</sup>

Portanto, ainda que sintéticos, os Manifesto e Programa partidários do PT — como não poderia deixar de ocorrer em se tratando de uma agremiação política de base e origem popular e trabalhista —, trazem como filosofia norteadora de seus princípios a idéia da participação.

Ainda que genericamente colocado, talvez seja, entre os discursos aqui analisados o do PT o mais genuinamente participativo, já que não se preocupa em definir a priori a(s) forma(s) como essa participação se realizará.

Por outro lado, ao definir as linhas mestras do seu

Plano de Ação, encontramos mais um reforço do pensamento par  
tidário sobre a participação do trabalho no processo decisó  
rio das organizações:

*"I - Liberdade de organização (...)*

*- Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e  
no campo."*<sup>78</sup>

Vejamos a seguir o ideário do partido que, no rol  
dos aqui estudados, emerge como a única sigla existente no pe  
ríodo pré-64.

#### .6 - Participação no programa do PTB

Do mesmo modo que o Programa do PT, o do Partido Tra  
balhista Brasileiro - PTB, é do tipo sintético, ainda que me  
nos genérico que o anteriormente estudado.

Entre os seus vinte objetivos, grupados em duas ru  
bricas: Políticos (1º ao 5º) e Econômicos Sociais (6º ao 20º),  
o Programa do PTB preceitua:

*"4º - Lutar pelo direito à representação política dos traba  
lhadores por meio de legítimos trabalhadores."*<sup>79</sup>

Por outro lado, no Manifesto do Partido reorganizado  
por Cândida Ivete Vargas Martins, Gilberto Mestrinho de Medei  
ros Raposo e Jonas Bahiense de Lyra, sob a bandeira, o ideá  
rio e a herança histórica que Getúlio Vargas gravaria indele  
velmente com seu sangue, em sua Carta-Testamento, na fatídi  
ca noite de 24 de agosto de 1954:

... "Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. (...)

"Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...) Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vida. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

"Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."<sup>80</sup>

está claramente registrado o legado de Vargas:

... "se a memória é a nossa garantia, ela constitui sobretudo um compromisso, o compromisso de continuar fiel ao trinômio: Democracia, Trabalhismo e Nacionalismo"<sup>81</sup> E, mais adiante, definindo Trabalhismo:

"Trabalhismo é a reivindicação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores, com a justa remuneração salarial e a estabilidade no emprego, do direito de greve, de livre associação, de liberdade e

*autonomia sindical, de co-gestão no administrar os Fundos Sociais que lhes pertencem e as Empresas a que servem."* <sup>82</sup>

O Quadro 2, a seguir, resume, comparativamente, o "pensamento" dos cinco Partidos políticos brasileiros que compõe a amostra desta pesquisa.

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DO  
TRABALHO NOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS

| PARTIDO                                     | SIGLA | FORMA DE PARTICIPAÇÃO  |
|---|-------|--|
| PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL                  | PDS   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Nos lucros das empresas;</li> <li>. Na gestão das empresas ("<i>desde que livremente negociada entre patrões e empregados</i>").</li> </ul> |
| PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA             | PDT   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Co-Gestão;</li> <li>. Autogestão;</li> <li>. Cooperativismo;</li> <li>. Formas mistas.</li> </ul>   |
| PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO | PMDB  | <ul style="list-style-type: none"> <li>. "<i>Dos trabalhadores nos processos decisórios das grandes empresas</i>"</li> <li>. Comissão de empresas ou delegado sindical</li> </ul>    |
| PARTIDO DOS TRABALHADORES                   | PT    | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Preconiza, de modo genérico a participação e a</li> <li>. Liberdade de organização</li> </ul>   |
| PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO              | PTB   | <ul style="list-style-type: none"> <li>. Co-Gestão</li> </ul>  |

Fonte: Manifestos e Programas dos partidos. Vide referência completa na Bibliografia.

### 3 - A questão da participação no Plano de Desenvolvimento E conômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (1984-1987)

#### .1 - Prólogo

Em 21 de dezembro de 1983 o Governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola sancionava a Lei Nº 705 decretada pela Assembléia Legislativa e dispondo sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, para o período de 1984 a 1987, que analisaremos a seguir.

#### .2 - Participação como modelo de ação

Já na Introdução do seu Plano de governo as idéias de participação popular e dos trabalhadores, emergem com relevo no Governo de orientação socialista do Estado do Rio de Janeiro. Vejamos de que modo:

*... "se insiste em que os diversos órgãos da administração não apenas estejam abertos à participação popular como, também, façam o possível para propiciar em sua atividade autônoma, a mobilização comunitária que solidifique o processo de mudanças sociais inadiáveis." <sup>83</sup>*

E segue:

*"Cumpre destacar, ainda, que, quando se considera a participação popular e comunitária no dia-a-dia da administração, essa participação não pode estar limitada aos foros como Conselhos de alto nível, ligados diretamente ao Governador, ao Prefeito, ou aos Secretários, ainda que estes possam desempenhar um papel muito importante. Tais Conselhos, por eles mesmos, não garantem uma efetiva integração entre administração e movimento comunitário, principalmente pelo fato de que a maioria das questões enfrentadas pela comunidade são localizadas e específicas." <sup>84</sup>*

No item 6 (A estratégia de um desenvolvimento eco

nômico e social equilibrado) da mesma Introdução, a participação preceituada como compromisso partidário do Governo eleito (vide seção 2.3 do Capítulo II), vai pouco a pouco se definindo em relação ao trabalho no processo decisório das organizações:

*"Esta proposta de desenvolvimento tem uma projeção nacional e estadual, simultaneamente. Pretende resumir um modelo de ação que, tendo como norte uma proposta democrática e o socialismo, acena com um conjunto de instrumentos para a intervenção do povo trabalhador na construção de seu futuro. (...)*

*... "o conceito de desenvolvimento equilibrado contempla a convivência de formas produtivas diversificadas, na medida em que sejam capazes de se adequar à melhoria dos padrões de vida, à defesa do nível de emprego e à participação social organizada. O apoio preferencial às forças do trabalho não é um mecanismo de exclusão social de qualquer segmento, mas sim uma tentativa de combiná-las numa estrutura fundamentalmente pluralista e democrática. Dentro do princípio constitucional da função social da propriedade, é importante o reconhecimento de todas as formas de organização produtiva, desde a grande empresa em ramos estratégicos, até a pequena e média empresas, o cooperativismo, a propriedade familiar, o empreendimento produtivo do Estado. Trata-se então de estabelecer, caso a caso, a contribuição de cada segmento para avançar no sentido de uma distribuição mais justa da riqueza."*<sup>85</sup>

Mais adiante, no seu Primeiro Capítulo (Diretrizes na área social: Prioridade aos interesses e aspirações da maioria), ratifica-se o compromisso trabalhista do Governo:

*"A competência constitucional de zelar pelo cumprimento da le*

*gislação trabalhista bem como acompanhar as relações de trabalho e a organização sindical é do Governo federal, que para tanto conta com extensa rede institucional e administrativa.*

*"Mesmo sem ter atribuição administrativa sobre a matéria, um governo de orientação trabalhista e socialista não deve se eximir de sua responsabilidade política relativa às relações de trabalho, procurando traçar uma linha de colaboração com os órgãos federais competentes, na defesa dos interesses e da promoção do povo trabalhador." <sup>86</sup>*

Finalizando, o documento norteador da ação do Governo Brizola, assim se expressa, reforçando mais uma vez "a idéia de participação".

*"Estas são, portanto, as diretrizes da ação governamental para o período de 1984 a 1987, reafirmando os compromissos durante a campanha eleitoral com a democracia, a melhoria das condições de vida da população trabalhadora e a perspectiva de construção de uma sociedade socialista.*

*"Não encaramos o Plano como uma descrição rígida — e quase sempre meramente discursiva — de metas quantitativas, numa linguagem tecnocrática e recheada de fatos diagnósticos com pretensões acadêmicas que, na maioria das vezes, só fazem ocultar a indefinição das políticas públicas.*

*"Ao contrário, procuramos definir a orientação estratégica da ação dos órgãos e as escalas de prioridade, numa concepção mais flexível de planejamento que privilegie a descentralização e a participação das comunidades envolvidas na definição dos objetivos específicos. A atividade de planejamento assume assim um caráter permanente, realimentada pelo acompanhamento da execução e da avaliação de cada passo e pela sensibilidade em relação às justas reivindicações da população, numa postura de coerência com os compromissos assumidos." <sup>87</sup>*

## NOTAS DO CAPÍTULO II

- <sup>1</sup> SILVA, Floriano C. Vaz da, 1977, p. 27 (vide referência completa na Bibliografia).
- <sup>2</sup> DESPOTIN, Luis A., 1957, p. 239.
- <sup>3</sup> De acordo com aquele projeto a capacidade eleitoral e a elegibilidade dos cidadãos eram definidas pelas suas rendas anuais referidas com base no preço da farinha de mandioca — alimento muito popular no Brasil da época. Assim, o curioso preceito declarava que para ser eleitor de paróquia ou de província, deputado ou senador, o cidadão deveria auferir renda líquida anual correspondente ao valor de 150, 250, 500 ou 1000 alqueires de farinha de mandioca, respectivamente (vide BLOCH EDITORES, 1972, p. 316-8, V. II).
- <sup>4</sup> BRASIL, Ap. CAMPANHOLE, 1985, p. 651-2.
- <sup>5</sup> SILVA, Op. cit., p. 70.
- <sup>6</sup> Alvorecer do período republicano: 1889 — (nota deste ensaísta).
- <sup>7</sup> Id. p. 73-4, parafraseando LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964, p. 562-3, (Coleção Brasileira, v. 322). (Grifos do autor)
- <sup>8</sup> Id. p. 74-5.
- <sup>9</sup> O autor se refere aos jovens oficiais revolucionários das rebeliões da República Velha e que integraram o tenentismo.
- <sup>10</sup> SKIDMORE, Thomas E., 1979, p. 39-40.
- <sup>11</sup> Ap. SILVA, Op. cit., p. 45.
- <sup>12</sup> Ap. SILVA, Id., 48-9.
- <sup>13</sup> SILVA, Op. cit., p. 56.
- <sup>14</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, 1960, p. 179.
- <sup>15</sup> SILVA, Op. cit., p. 60.

- 16 Id. p. 60(grifos deste ensaísta).
- 17 Id. p. 62(grifos deste ensaísta).
- 18 BRASIL, Op.cit., p. 540-1.
- 19 FRANCO, Op.cit., p. 197.
- 20 Minha Luta.
- 21 FRANCO, Op.cit., p. 208-9.
- 22 SILVA, Op.cit., p. 87-8.
- 23 AVELLAR, Hélio Alcântara, 1976, p. 288.
- 24 Redator do Diploma de 37(observação deste ensaísta).
- 25 BITAR, Orlando Chicre Miguel. A tendência socialista na Constituição.  
in: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1978, p. 106-7, v.3º(conferência proferida em julho de 1949 para a Faculdade de Direito do Pará.
- 26 BRASIL, Op. cit., p. 540 e 445, respectivamente (grifos deste ensaísta).
- 27 BITAR, Op. cit., p. 107.
- 28 BRASIL, Op. cit., p.445 (grifos deste ensaísta).
- 29 SILVA, Op. cit., p. 95.
- 30 Sobre o assunto (momento constituinte pós-Guerra) ver ainda: SILVA,  
Op.cit., p. 39 e FRANCO, Op. cit., p.223.
- 31 BITAR, Op. cit., p. 99.
- 32 VENÂNCIO FILHO, Alberto, 1968, p. 34.
- 33 BRASIL, Op. cit., p. 252.
- 34 Id.p. 252.
- 35 Id.p. 254.
- 36 Para aprofundar o assunto ver: SILVA, Op.cit.p. 97-101.
- 37 BRASIL, Op. cit., p. 255.
- 38 Ainda que esta Carta tenha sido submetida ao Congresso para "aprovação" e "promulgação" não a consideramos promulgada mas, pelo contrário, outorgada, já que o Congresso Nacional de então, convocado às car

reiras após suspensão de suas atividades, não estava investido de po  
deres constituintes.

<sup>39</sup> BLOCH EDITORES, 1972, p. 742, v. III. Na realidade a expressão Repú  
blica dos Estados Unidos do Brasil foi usada nas Cartas de 1891 e  
1934, tendo sido suprimida a palavra República nas demais até 1969  
(Emenda Nº 1). (Esclarecimento deste ensaísta).

<sup>40</sup> Id. p. 746.

<sup>41</sup> ALVES, Maria Helena Moreira, 1984, p. 35.

<sup>42</sup> BRASIL, Op. cit., p. 175.

<sup>43</sup> Id. p. 176-7. (Grifos deste ensaísta)

<sup>44</sup> Id. p. 176.

<sup>45</sup> SILVA, Op. cit., p. 135-8. (Grifos do autor)

<sup>46</sup> BLOCH EDITORES, Op. cit., p. 748.

<sup>47</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, 1976, p. 179.

<sup>48</sup> Na ordem de enumeração.

<sup>49</sup> BRASIL, Op. cit., p. 71.

<sup>50</sup> Id. p. 72.

<sup>51</sup> designação comum na imprensa à Comissão Provisória de Estudos Consti  
tucionais.

<sup>52</sup> BLOCH EDITORES, 1986, p. 6.

<sup>53</sup> Id. p. 29.

<sup>54</sup> Id. p. 30 (grifos deste ensaísta).

<sup>55</sup> Id. p. 31 (grifos deste ensaísta).

<sup>56</sup> Na Carta vigente ou e não e.

<sup>57</sup> No texto deste Anteprojeto, sem restrições (esclarecimento deste ensaís  
ta).

<sup>58</sup> Id. p. 31-2 (grifos deste ensaísta).

<sup>59</sup> sem efeito

- 60 PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL, 1980, p. 11.
- 61 Id. p. 15 (grifos deste ensaísta).
- 62 Id. p. 21 (grifos deste ensaísta).
- 63 O comentário refere-se também à agremiação política que, mais tarde, viria a dar origem ao PDS.
- 64 PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, s.d., p. 7.
- 65 Id. p. 7.
- 66 Id. p. 17-8 (grifos deste ensaísta).
- 67 Id. p. 26.
- 68 Id. p. 28 (grifos deste ensaísta).
- 69 Id. p. 29.
- 70 Id. p. 30 (grifos deste ensaísta).
- 71 Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e Partido da Boa Vontade (PBV). Para aprofundamento sobre o tema: Ver CHACON, 1981.
- 72 PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 1984, p. 13-4 (grifos deste ensaísta).
- 73 Id. p. 21 (grifos deste ensaísta).
- 74 Id. p. 24 (grifos deste ensaísta).
- 75 Id. p. 29 (grifos deste ensaísta).
- 76 PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1986, p. 8 (grifos deste ensaísta).
- 77 Id. p. 10 (grifos deste ensaísta).
- 78 Id. p. 11.

79 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, s.d., p. 6 (grifos deste ensaísta).

80 VARGAS, Getúlio. Carta-Testamento. in PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO.

Op. cit., p.2.

81 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, Op. cit., p. 4-5.

82 Id. p. 5 (grifo deste ensaísta).

83 ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1983, p. 4.

84 Id. p. 4.

85 Id. p. 10-1 (grifos deste ensaísta).

86 Id. p. 24 (grifos deste ensaísta).

87 Id. p. 47 (grifos deste ensaísta).

### **CAPÍTULO III**

#### **FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO PARTICIPACIONISTA**

## 1 - Prólogo

Neste terceiro Capítulo discorreremos sobre o referencial teórico e os modelos à luz dos quais se desenham as organizações participativas atuais.

Os estudiosos da participação encontram os fundamentos desse modo de pensar as organizações humanas em três "postulados" básicos, a saber:

- a) as teorias da igualdade das pessoas;
- b) o contrato social;
- c) o pensamento socialista.

## 2 - As teorias da igualdade das pessoas

Para Guillerm e Bourdet: *"O axioma fundamental e, para falar mais adequadamente, constitutivo da autogestão é, meridianamente, o da igualdade das pessoas. Se os homens fossem desiguais de fato e de direito, não haveria dificuldade em admitir que uns comandassem outros. Essa dominação de uma 'elite' não enuncia problema ou, mais exatamente, não se torna, no plano teórico, uma incoerência, a não ser que se argúa, em princípio, a igualdade das pessoas."*<sup>1</sup>

Ainda de acordo com os mesmos autores: *"...a primeira idéia da igualdade dos homens parece contemporânea da argüição da preeminência dos deuses. Anteriormente, a dominação do Destino se diversificava em toda uma 'procissão' hierárquica de semideuses, de sacerdotes investidos da autoridade do Todo-Poderoso. Quando (...) o filósofo percebeu que 'o homem é a medida de todas as coisas' e, por conseguinte, suspeitou que as divindades nada mais são que projeções do homem, ele compreendeu ao mesmo tempo que cada homem traz em si mesmo a humanidade in*

teira, e que a sorte da humanidade está nas mãos de todos os homens. *Acaba a prece e começa a 'praxis'".<sup>2</sup>*

Por outro lado, o discurso de Cristo "*ama o teu próximo como a ti mesmo*" – fundamento de todo um pensamento religioso que viria a dividir a história –, no seu superior apelo à fraternidade se embasa, sem dúvida, na idéia da igualdade das pessoas.

Convertido ao credo cristão, o apóstolo Paulo reafirmaria a mesma tese da igualdade dos homens, ao ratificar o argumento da universal pequenez da criatura diante do Criador e da infinidade igualitária do amor deste àquela. Assim, nessa igualdade de todos perante um Deus-amor está o fundamento do pensamento cristão.

Em Descartes "*as diferenças físicas, intelectuais e morais não passam de 'acidentes' de uma essência comum.*"<sup>3</sup>

A análise que Guillerme e Bourdet fazem do argumento cartesiano conclui que essa essência repousa na qualidade de todo humano de querer sem medida; de uma "*vontade infinita*" revelada pelo filósofo na sua Quatrième Méditation: "*Quando experimentamos freqüentemente os limites de nossa força, de nossa memória ou de nossa inteligência, 'não resta senão a vontade única que sinto, em mim tão grande, a tal ponto que não admito a idéia de haver outra maior e mais extensa'*".<sup>4</sup> E concluindo acrescentam:

"Esse infinito, (a vontade do homem) não certamente na ação, mas no pensamento, é característica de todo homem; é a razão profunda da igualdade das pessoas, pois nenhum infinito pode ser maior que outro. (...) A tese de Descartes é, portanto, verdadeira teoricamente, ou, como se diz em Matemática, 'no limite', e bastou essa prova para tornar insuu

portável — em nível especulativo — a dominação de qualquer homem sobre qualquer outro homem. A única organização social aceitável só pode resultar de uma adesão voluntária de cada membro do corpo social; não pode ser imposta de fora por uma autoridade qualquer, 'sequer de Deus', afirmará mais tarde Kant. O próprio Descartes insiste claramente no caráter inadmissível do famoso 'argumento da autoridade', do *Magister dixit*. A primeira regra que ele dá, com efeito, no *Discours de la méthode* é exatamente a 'de não receber como verdadeira coisa alguma que eu não tenha conhecido evidentemente como tal', ficando entendido que, quando aderimos ao verdadeiro, 'sentimos perfeitamente que nenhuma força externa subsiste (constrange)' "5.

Ainda argumentando sobre os fundamentos da igualdade entre os homens, Rousseau assim enuncia:

"Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.

"Não se pode perguntar qual a fonte da desigualdade natural, porque a resposta estaria enunciada na simples definição da palavra. Pode-se, ainda menos, procurar a existência de qualquer ligação essencial entre essas duas desigualdades, em outras palavras, seria perguntar se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem e se a força do corpo ou do espírito, a sabedoria e a virtude sempre se encontram, nos mesmos indivíduos, na proporção do poder ou da riqueza: tal

seria uma boa questão para discutir entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que procuram a verdade." <sup>6</sup>

O Discurso rousseauiano sobre a desigualdade prossegue analisando o processo histórico de sua evolução (da desigualdade):

*"Se seguirmos o processo da desigualdade (...) verificaremos ter constituido seu primeiro termo o estabelecimento da lei e do direito de propriedade; a instituição da magistratura, o segundo; sendo o terceiro e último a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. Assim, o estado de rico e de pobre foi autorizado pela primeira época; o de poderoso e de fraco pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e escravo, que é o último grau da desigualdade e o termo em que todos os outros se resolvem..."* <sup>7</sup>

Sem a pretensão de complementar o pensamento de Rousseau mas, tão-somente, com a de atualizá-lo, acrescentaríamos que com as idéias do Iluminismo (que o próprio Rousseau ajudou a postular) e as do Liberalismo, esse terceiro termo rousseauiano (transformação do poder legítimo em poder arbitrário) assumiria a forma contemporânea de exploração do trabalho pelo capital, institucionalizando-se a nível dos Estados nacionais e buscando a sua internacionalização.

Finalizando o seu Discurso o filósofo-enciclopedista enuncia:

*"Esforcei-me por expor a origem e o progresso da desigualdade, o estabelecimento e o abuso das sociedades políticas, quanto possam essas coisas deduzir-se da natureza do homem unicamente pelas luzes da razão e independentemente dos dogmas sagrados, que dão à autoridade sobe*

rana a sansão do direito divino. Conclui-se dessa exposição que, sendo quase nula a desigualdade no estado de natureza, deve sua força e seu de se envolvimento a nossas faculdades e aos progressos do espírito humano, tornando-se, afinal, estável e legítima graças ao estabelecimento da propriedade e das leis. Conclui-se, ainda, que a desigualdade moral, auto rizada unicamente pelo direito positivo, é contrária ao direito natural sempre que não ocorre, juntamente e na mesma proporção, com a desigualda de física — distinção que determina suficientemente o que se deve pen sar, a esse respeito, sobre a espécie de desigualdade que reina entre to dos os povos policiados, pois é manifestamente contra a lei da natureza, seja qual for a maneira por que a definamos, uma criança mandar num ve lho, um imbecil conduzir um sábio, ou um punhado de pessoas regurgitar superfluidades enquanto à multidão faminta falta o necessário." <sup>8</sup>

Contemporaneamente, enfocando o mesmo tema, assim afirma Sartre: "... é visível que (a vontade infinita) <sup>9</sup>pertence igualmente a todos os homens. Ou melhor — pois a liberdade não é uma qualida de entre outras —, é visível que todo homem é livre. (...) Um homem não pode ser mais homem que os outros, porque a liberdade é provavelmente in finita em cada um." <sup>10</sup>

É, todavia, na visão poético-filosófica que de si tem que Sartre culmina o seu pensamento sobre a igualdade entre as pessoas:

"Um homem completo, feito de todos os homens, e que vale por todos, e que é representado por qualquer um." <sup>11</sup>

Vimos assim que, em Cristo e Paulo a igualdade en tre os homens se fundamenta no princípio do amor divino infi nito e dirigido igualitariamente a todas as criaturas, bem como na também igualitária pequenez da criatura diante da oni

potência do Criador.

Por outro lado, para o fundador da Filosofia Moderna (René Descarte), a igualdade dos mortais se evidencia através de uma universal "*vontade infinita*".

Já para Rousseau as "*desigualdades naturais*" (idade, sexo, saúde, etc.) não legitimam as "*desigualdades morais*" ou "*políticas*" uma vez que estas decorrem, em última análise, do estabelecimento da lei e do direito de propriedade.

Finalmente, do discurso de Sartre aprendemos que a igualdade decorre, "*provavelmente*", da infinidade de liberdade intrínseca à condição de todos os humanos.

Ora, com base nos argumentos expostos, principalmente nos de Rousseau, podemos concluir que:

- a) os homens são essencialmente iguais entre si;
- b) a desigualdade política não é natural;
- c) a autogestão é a forma de organização espontânea (natural) das relações das sociedades primitivas;
- d) a heterogestão decorre do processo de dominação que se estabelece a partir do instituto da propriedade.

### 3 - O contrato social

Já no seu Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1758) Rousseau assim introduz a Segunda Parte desse importante tratado:

*"O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro*

que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: 'Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!' " 12

Grande representante do iluminismo francês do século XVIII, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) legaria à Filosofia Política duas obras clássicas: o Discurso sobre a desigualdade... (anteriormente citado) e Do Contrato social ou princípios do direito político (1762). Considerado o fundador da democracia e pai do romantismo, Rousseau, contrariamente a Locke (1632-1704), veria no "estado natural" que o homem conheceu nos primórdios, um verdadeiro paraíso: "O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravo, do que eles." 13

É muito interessante, a propósito desse pensamento com o qual Rousseau inicia o Capítulo I do Livro I do Contrato Social, a observação de Lourival Gomes Machado:

"Por causa dessa expressão ('O homem nasce livre'), graves e quívocos têm prejudicado a interpretação do pensamento de Rousseau e, em particular, do Contrato Social. De fato, aqui não se trata apenas da liberdade (melhor diríamos: da irrestrição) individual, da qual já se cuidou no Discurso sobre a Desigualdade, com claro e preciso sentido. O objetivo primordial do Contrato Social está em assentar as bases sobre as quais legitimamente se possa efetuar a passagem da liberdade natural à liberdade convencional (...). Não obstante, essa expressão genérica, posta à entrada do texto e antes de estabelecer-se o sentido dos termos

que a compõem, leva a pensar numa defesa do individualismo, quando em verdade se inicia uma exposição acerca da organização social." <sup>14</sup>

Com efeito, no Capítulo VI do mesmo Livro Primeiro (do Contrato Social), ao tratar Do pacto social, assim proclama o filósofo inspirador da segunda etapa da Revolução Francesa e, particularmente, de Robespierre:

*"Suponhamos os homens chegando àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepujam, pela sua resistência, as forças de que cada indivíduo dispõe para manter-se nesse estado. Então, esse estado primitivo já não pode subsistir, e o gênero humano, se não mudasse de modo de vida, pereceria."* <sup>15</sup>

Em seguida a essa introdução o autor, na linha do método evolutivo-conjetural, propõe a sua solução para a passagem do estado de natureza para o estado civil. Vejamos como:

*"Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas somente unir e orientar as já existentes, não têm eles outro meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças, que possa sobrepujar a resistência, impelindo-as para um só móvel, levando-as a operar em concerto."*

*"Essa soma de forças só pode nascer do concurso de muitos; sendo, porém, a força e a liberdade de cada indivíduo os instrumentos primordiais de sua conservação, como poderia ele empenhá-los sem prejudicar e sem negligenciar os cuidados que a si mesmo deve? Essa dificuldade, reconduzindo ao meu assunto, poderá ser enunciada como segue."* <sup>16</sup>

Neste ponto, Rousseau apresenta, então, a tese do contrato social:

*"Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a*

*pe<sup>so</sup>oa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece."*<sup>17</sup>

Passando à parte explicativa do seu Contrato, o filósofo da democracia direta (que afirmava que os ingleses só eram livres um dia em cada sete anos – dia das eleições), elucida melhor sobre os fundamentos desse Pacto Social:

*"As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito, de modo que, embora talvez jamais enunciadas de maneira formal, são as mesmas em toda parte, e tacitamente mantidas e reconhecidas em todos os lugares, até quando, violando-se o pacto social, cada um volta a seus primeiros direitos e retoma sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciara àquela.*

*"Essas cláusulas, quando bem compreendidas, reduzem-se todas a uma só: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque, em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por torná-la onerosa para os demais."*<sup>18</sup>

E, mais adiante, reforçando o princípio da igualdade das pessoas (cidadãos) diante da pessoa pública (Estado):

*"Enfim, cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde, e maior força para conservar o que se tem."*<sup>19</sup>

Resumindo a idéia do Pacto o autor que iria influenciar fortemente a Declaração dos Direitos dos Homens e do Ci

dadão de 1789, assim discursa sobre a sua essência:

"Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, *enquanto corpo*, cada membro como parte indivisível do todo."<sup>20</sup>

Na derradeira idéia do Capítulo VI (Do Pacto Social) o filósofo do pensamento inspirador do Prefácio da Constituição Política de 1791, esclarece sobre a natureza das categorias, que propõe:

"Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, é potência quando comparado a seus semelhantes. Quanto aos associados, recebem eles, coletivamente, o nome do povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto participes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado."<sup>21</sup>

Para Guillerm e Bourdet: "uma 'leitura autogestionária' de Rousseau (é) possível e útil. Com efeito, no Contrato Social, Rousseau levanta o problema capital do fundamento de uma organização social que instaure uma ordem sem, no entanto, criar uma fissura de classe entre uma minoria dirigente e a 'massa' dos dirigidos; pois, na sua teoria do contrato, 'cada um dando-se a todos não se dá a ninguém, e como não há um associado sobre o qual não se possa adquirir o mesmo direito que se cede a si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde, e mais força para conservar o que se tem' ".<sup>22</sup>

Se, por um lado, as teorias da igualdade das pessoas poderiam ser o "primeiro postulado" da "geometria" autogestionária, por outro, o contrato social seria o seu "segundo axioma". De fato, aceito o princípio da igualdade entre

os humanos e a imperiosidade histórica da passagem das comunidades primitivas para outras formas mais complexas de organização social, e, conseqüentemente, o surgimento do Estado, da Lei e da propriedade; parece razoável afirmar — como Rousseau — que só através de um pacto social (como o concebido pelo filósofo-político), o homem poderia preservar a sua igualdade entre os demais representantes da espécie, reequilibrando, assim, o sistema social potencialmente ameaçado pela dominação de uns sobre outros que decorre do instituto da propriedade e do Estado.

Dito de outro modo, o contrato social rousseaunia no viria a restabelecer a factibilidade da autogestão das comunidades primitivas nas sociedades mais complexas posteriores.

#### 4. O pensamento socialista

Parece não haver dúvida, entre os estudiosos da participação, que um dos pilares básicos desse modo de organização da produção é o pensamento socialista, aqui referido como aquele que aparece a partir da segunda metade do século XVIII e, principalmente, no século XIX, como decorrência da grande transformação social que a Revolução Industrial (1760 em diante) iria provocar, e ainda, em continuação as idéias dos filósofos do Liberalismo, do Iluminismo, e do pensamento de Hegel (1770 - 1831). Com efeito, a "lógica" do modo de produção capitalista supõe a propriedade dos meios de produção por parte de particulares (capitalismo privado) e/ou do Estado (capitalismo estatal). Ora, em um sistema produtivo

societariado em que a realização da atividade econômica im  
plica na cessão dos instrumentos de trabalho pelos que detêm  
a sua propriedade àqueles que, mediante a venda de sua força  
de trabalho, o operam; implicitamente já se caracteriza como  
um modelo de organização heterogerida. De fato, o proprietá  
rio dos meios materiais de produção torna-se juridicamente  
também proprietário do produto; organizador do trabalho cole  
tivo; determinador da escala e ritmo de produção; definidor  
do fim ou destino do resultado do trabalho coletivo; dono do  
valor de troca a ele associado e do excedente econômico as  
sim gerado e, o que é ainda mais arbitrário, da liberdade de  
criação do trabalhador.

Provavelmente toda a literatura socialista e, prin  
cipalmente, a marxista está pontuada pela denúncia da aliena  
ção (no sentido sócio-econômico) como resultante das relações  
sociais inerente à organização capitalista: "*O operário, quanto*  
*mais riquezas produz, mais pobre se torna. (...) O trabalhador não pro*  
*duz apenas mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como mer*  
*cadoria.*" <sup>23</sup> Destarte, resulta conseqüente que os teóricos do  
socialismo incluíam a autogestão no seu ideário (ou, pelo me  
nos, outras formas de participação menos radicais).

Ainda que as formas mais antigas de gestão partici  
pativa ocorram nos primeiros momentos da pré-História (hor  
das, comunidades primitivas - sociedades sem classes); como vi  
mos, só com a institucionalização do Estado e da propriedade  
é que os modelos de organização caminharão celeremente da au  
to para a heterogestão. Ou, como propõe Engels - a família,  
a propriedade privada e o Estado são instituições repressi

vas; profundamente ligadas entre si; não existentes nas origens da humanidade e jamais verificadas entre os povos que continuaram "selvagens". <sup>24</sup>

Discorrendo sobre o tema, parece muito ilustrativo o comentário de Alain Guillerme e Yvon Bourdet: "... a penúria jamais foi a lei das sociedades selvagens (ou primitivas); bem ao contrário, elas foram as únicas sociedades de abundância que a humanidade realmente conheceu. Com efeito, trabalhos recente revelam que as sociedades selvagens produziram grosso modo, anualmente, o dobro do que tinham de consumir; o excedente era estocado na previsão de catástrofes naturais (raras para as pequenas tribos) ou, mais simplesmente, para ser dilapidado no curso de festas coletivas. Parece claro que essa enorme superprodução, obtida sem gerar a exploração de ninguém, foi adquirida por um trabalho mínimo, três a quatro horas por dia nos períodos de máxima intensidade; quinze dias de trabalho por ano, em média. Em um sistema ecologicamente equilibrado, a natureza dava generosamente seus frutos, e a técnica, adaptada as 'necessidades', era muito desenvolvida." <sup>25</sup>

Por outro lado, ainda analisando essa "renúncia compulsória" à sua identidade (alienação?) que, tudo indica, as organizações na sua história "evolutiva" da auto para a heterogestão (no caso particular, já na etapa da sociedade centrada no mercado) acabam por condenar os homens; o professor Alberto Guerreiro Ramos, ao enunciar a sua Lei dos Requisitos Adequados, assim conclui o capítulo 8 de seu livro derradeiro:

"No passado, as pessoas tinham numerosas oportunidades de se entregar a formas genuínas de convivência e à busca de esforços pessoais, completamente livres de qualquer relação com o mercado.

"Ao proporcionar a seus membros essas oportunidades, as sociedades antigas interpretavam-se como rélicas do cosmos, e assim se conformavam a prescrições de caráter sagrado, ou quase-sagrado. Em tais sociedades, as pessoas dispunham de muito tempo não relacionado à sua condição de trabalhadoras, no qual se poderiam engajar em objetivos auto-gratificantes. Em seu calendário, o caráter das horas, dos dias, dos meses e dos anos refletia o interesse que tinham pelas múltiplas implicações da dimensão sagrada da vida. Na Idade Média, 167 dias em cada ano eram dias de não trabalhar, incluindo 52 domingos. Os dias destinados a festividades e a feriados excediam os dias de trabalho, na Grécia do fim do primeiro século antes de Cristo. Em Roma, mais ou menos no mesmo período, 65 dias eram reservados para os jogos. Na Roma da segunda metade do segundo século da era cristã, os jogos ocupavam 135 dias e, mais tarde, no quarto século, 175 dias. Agora, mal se pode captar o sentimento de festividade e de celebração que animava aquelas datas calendárias. Ao contrário, é fundamental nas sociedades contemporâneas o fato de que não há dia, no calendário, livre de penetração das prescrições temporais inerentes ao mercado, que se apoderou das funções das agências sagradas e se transformou no árbitro da temporalidade como um todo."<sup>26</sup>

Enfeixando a sua crítica às organizações contemporâneas e à maneira como elas vêm determinando os sistemas sociais vigentes, o eminente cientista brasileiro assim proclamava:

"Semelhante sincronização (da vida humana às exigências do sistema de mercado) deveria ser ao reverso, ajustando o mercado para funcionar em consonância com a exigência dos sistemas sociais que elevam a qualidade da vida comunitária em geral, da convivência e da atualização pessoal dos indivíduos." <sup>27</sup>

Tanto o discurso de Guillerme e Bourdet como o de Guerreiro Ramos culminam congruentemente com o pensamento de que a humanidade, ao longo de sua história, tem perdido (em essência), de forma crescente e inexorável, muito mais do que tem ganho, nessa passagem da horda autogerida para as sociedades sucessivamente mais complexas quanto mais determinadas de modo a elas alheios ou distante.

### .1 - As diversas concepções do socialismo

Em seu trabalho *O que é socialismo*, hoje, Paul Singer apresenta três possíveis concepções para o pensamento socialista. Segundo o autor: *"... um regime cujas características não satisfazem (os) anseios (e demandas das classes assalariadas), ou seja, que proporciona aos seus trabalhadores condições econômicas, sociais e políticas de existência, que não são superiores às oferecidas pelo capitalismo em seu estágio mais adiantado, não superou o capitalismo e portanto não pode ser considerado socialista."* <sup>28</sup>

Mais adiante, fixando melhor essa sua primeira possibilidade de conceber essa linha de pensamento, assim se refere Singer:

*"O socialismo não pode ser identificado, do mesmo modo que o capitalismo, pelas suas relações formais de produção. Onde os meios de produção são propriedade privada e os trabalhadores assalariados — eis o capitalismo. Mas onde os meios de produção são juridicamente do Estado podemos ter qualquer coisa -- capitalismo de estado, economia centralmente planejada ou até socialismo".* E conclui: *"A abolição da propriedade privada dos meios de produção é, certamente, uma condição necessária à superação do capitalismo e portanto à construção do socialismo, mas não é condição suficiente."* <sup>29</sup>

Argumentando sua tese Singer adverte que as trans formações experimentadas pelas formas mais avançadas do capitalismo, como, por exemplo, as hoje verificadas na América do Norte e na Europa Ocidental, tendo já em grande parte su perado as condições de miséria, das longas jornadas de trabalho, dos baixíssimos salários e da completa exclusão da classe operária do processo de decisão política — características da sociedade do século XIX, alvo principal da crítica dos autores do Manifesto Comunista (1848) — não significam que estas sociedades já alcançaram a etapa histórica do socialismo.

Ainda no mesmo trabalho, e de forma mais explícita, o autor coloca essa primeira interpretação do que o socialismo deve significar:

*"O socialismo em nossa época tende a ser mais exigente, dando menos ênfase à ampliação do consumo material do que a democratização dos processos de decisão no plano econômico e social e, de uma forma geral, à redução do autoritarismo em todos os aspectos da vida, desde a família, a escola e a empresa até as grandes instituições nacionais (...). Problemas cuja solução se espera alcançar apenas num 'comunismo' a ser atingido a longo prazo, como a desalienação do trabalho e a reabsorção do Estado pela Sociedade, são hoje cada vez mais objetos de reivindica ções, sobretudo de certos setores das classes trabalhadoras..."<sup>30</sup>*

Parece ser possível cotejar os argumentos de Singer sobre o socialismo com os dois outros "postulados" fundamentais das organizações participativas (anteriormente estudados). Com o efeito, tanto a proposta de democratização dos processos decisórios, como a redução do autoritarismo em todas as relações sociais e a desalienação do trabalho, parecem

decorrer diretamente do princípio da igualdade entre as pes  
soas, assim como a reabsorção do Estado pela sociedade tal  
vez possa ser vista como a proposta de um novo Contrato so  
cial. Se assim for, o pensamento socialista, citado como o  
 terceiro pilar de fundamentação dos modelos de participação,  
 na primeira concepção proposta por Singer, na verdade, seria  
 mais uma decorrência dos "postulados" da igualdade e do pac  
to social. Vejamos, a seguir, as outras possibilidades de  
 leitura do pensamento socialista, ainda no discurso de Paul  
 Singer:

*"De acordo com célebre formação de Marx, a revolução socia*  
*lista deverá resultar de uma contradição insuperável entre o desenvolvi*  
*mento ulterior das forças produtivas e as relações capitalistas de pro*  
*dução. Pode-se deduzir daí que o socialismo seria o modo de produção que*  
*permite um maior desenvolvimento das forças produtivas que o capitalis*  
*mo."* <sup>31</sup>

Finalmente, para o autor, a terceira concepção de  
 socialismo evoca uma das postulações do Manifesto Comunista:  
*"a sociedade sem classes, a primeira a ser construída depois do comunis*  
*mo primitivo."* <sup>32</sup>

Se, por um lado, a sociedade sem classes — meta fi  
 nal do comunismo — não parece carecer de maiores explicações,  
 por outro, a idéia da "contradição insuperável" entre o de  
 senvolvimento de forças produtivas e as relações capitalis  
 tas de produção, preconizado pelo autor de O Capital, mere  
 ce um maior desenvolvimento.

Vejamos o pensamento de Marx sobre esta questão:

*"O modo capitalista de apropriar-se dos bens, decorrente do*

modo capitalista de produção, ou seja a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual baseada no trabalho próprio. Mas, a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamento a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho." <sup>33</sup>

Por outro lado, para Singer, essa segunda concepção do socialismo merece ser reinterpretada ou melhor, atualizada:

"Ao contrário do que supunha Marx, a contradição que hoje se delinea entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção não consiste na paralização do primeiro pelas últimas, mas antes de mais nada pela sua aceleração danosa, que tende a uma hipertrofia da produção pela produção, suscitando irremediavelmente uma expansão hipertrofiada do consumo pelo consumo. A contradição consiste basicamente no fato de que as relações de produção capitalistas tendem a introduzir uma degeneração qualitativa das forças produtivas, à medida em que problemas que afetam indivíduos e sociedades são escamoteados mediante formas sempre renovadas de consumo que requerem novas forças productivas cada vez mais alienadas do que se poderia considerar como necessidades 'legítimas'." <sup>34</sup>

Complementando o seu raciocínio, adverte o autor:

"Por isso mesmo, o socialismo teria hoje como tarefa não desenvolver ainda mais, em termos quantitativos, as forças produtivas, mas antes reorientar o seu crescimento, o que coloca a complexa questão de como evitar a atomização das demandas por bens e serviços sem uniformizar demais nem

*nivelar os padrões de consumo por baixo. Fazer com que os indivíduos se enriqueçam culturalmente pela diversificação de seus consumos sem que estes se tornem meios de mascaramento de anseios frustrados exigirá a construção de novas estruturas sociais, que certamente não cabem no capitalismo."* <sup>34</sup>

Com relação à terceira idéia que o socialismo evoca para Singer (sociedade sem classes), ainda que bastante pessimista, parece interessante no contexto deste trabalho, a sua advertência sobre a possibilidade de eliminação das "classes" no âmbito das organizações burocráticas capitalistas. Vejamos o que preconiza o economista professor da USP:

*"A tentativa de superar a divisão em classes na produção mediante a gestão operária fracassa sempre. Os trabalhadores elegem o seu conselho de representantes, mas este tem que se subordinar aos administradores profissionais e aos técnicos, pois eles detêm o monopólio do conhecimento, indispensável ao exercício da autoridade. No fundo a gestão operária é apenas simbólica e disfarça o domínio de classe real. Em momentos de crise (que em qualquer corpo social são inevitáveis e empresas estatizadas não são exceções) o confronto de classes não deixa de eclodir, como a experiência da Iugoslávia, a mais completa neste sentido, tem mostrado."* <sup>35</sup>

Por certo não caberia nos limites deste trabalho — ainda que fosse muito interessante — reconstituir toda a história do pensamento socialista, suas diversas correntes, seus dramas e a esperança que o anima. Parece ser imprescindível, todavia, que façamos um vol d'oiseau sobre os princípios teóricos que suportam os modelos que estudaremos no próximo capítulo.

## .2 - A sócio-economia de Proudhon

Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865), juntamente com o inglês Robert Owen (1771 - 1858), e os também franceses Henri de Saint-Simon (1760 - 1825), Charles Marie Fourier (1772 - 1835) e Auguste Comte (1798 - 1857), são freqüentemente incluídos como as expressões máximas do socialismo pré-marxista, também denominado socialismo utópico que, para Burns, integra *"um grupo de teóricos que se interessam mais pela justiça social do que em descobrir leis econômicas ou em lançar as bases da prosperidade nacional (?)".*<sup>36</sup>

É claro que se poderia questionar quais seriam essas "bases da prosperidade nacional"? Sigamos, todavia, com o pensamento de Burns:

*"... os socialistas utópicos, assim chamados por terem apresentados programas idealistas de sociedades cooperativistas em que todos trabalhariam em tarefas apropriadas e compartilhariam os resultados dos seus esforços comuns (...) eram, em grande parte, herdeiros do Iluminismo."*<sup>37</sup>

Assim como esses primeiros socialistas iriam dar origem a diferentes correntes de pensamento (positivismo, socialismo científico, anarquismo, etc.), sem dúvida, no fundamento da igualdade entre os humanos - pedra basilar do seu discurso, ainda que diversamente manifesto - parece repousar o "axioma" primeiro da "nova geometria" autogestionária.

Em sua tese de doutoramento, Fernando Prestes Mot<sub>ta</sub>, assim registrou:

"Proudhon é, com justa razão, considerado o pai da autogestão e o inspirador das experiências históricas de criação de um regime autogestionário.(...) Ao criticar a apropriação que ocorre em vários níveis e, portanto, a alienação capitalista estatal ou mística, Proudhon revela-se um crítico da burocracia e todas as suas construções teóricas visam estabelecer, sem qualquer autoridade superior a autonomia da sociedade entendida como poder latente e possibilidade real que a sociedade possui de governar e organizar a si mesma. Proudhon nunca empregou o termo autogestão, que é um termo recente; todavia, ele empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se autoadministrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização." <sup>38</sup>

Por outro lado, confrontando-se com a tese de Prestes Motta, Guillerme e Bourdet (conterrâneos do filósofo libertário), proclamam:

"Numerosos comentadores, freqüentemente por ódio ao marxismo, vêem em Proudhon o 'pai' da autogestão. Devemos (...) recusar vigorosamente semelhante idéia feita. Limitemo-nos (...) a assinalar que Proudhon, como 'filósofo', levantou-se sempre com a maior violência contra aqueles em quem acreditamos haver encontrado os fundamentos teóricos da autogestão. É assim que ele deixa luzir seu ódio contra o cristianismo, contra Descartes e principalmente contra Rôsseau (...). E, para concluir, quanto à sua atitude para com os 'pais' da autogestão, lembremos que Proudhon considerava Fourier 'un bêbado e pornocrata', para repetir sua amável

fórmula." <sup>39</sup>

Embora não creiamos ser importante a definição precisa da paternidade do modelo autogestionário, ao contrário, julgamos ser muito importante aclarar o que nos parece um deslize metodológico no qual, acidentalmente, Guillerme e Bourdet incorrem. Vejamos de que modo:

Conforme vimos nas seções 1, 2 e 3 deste Capítulo, tanto os fundadores do cristianismo como Descartes e Rousseau, ao tecerem as teorias sobre a igualdade das pessoas e do contrato social, por certo, lançaram os fundamentos básicos (corpo teórico) sobre os quais todas as propostas de participação na gestão iriam se apoiar. Entretanto, somente com os filósofos do anarquismo, e principalmente com Proudhon (como bem assinala Prestes Motta), haveria o questionamento da autoridade hierárquica, característica da burocracia, e, portanto, da necessária sujeição de uma "classe" (obreira) à outra (dirigente) ou, como já analisamos, do que vende a sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção.

Na mesma linha parece estar o pensamento fecundo do também francês Jean Bancal que, entretanto, não busca conhecer a paternidade da autogestão, mas apenas a enorme contribuição teórica que Proudhon lhe legaria:

*"A doutrina proudhoniana é autogestionária por ser pluralista, e pluralista por ser autogestionária.*

*"É porque Proudhon compreende a realidade física, social, psicológica e moral como uma pluralidade de elementos antagonistas e solidários, autônomos e interdependentes, que ele é anarquista (no sentido etimológico do termo) e federalista, autogestionário e pluralista.*

"Para ele, a vida, o movimento, a liberdade, nascem da unidade pluralista; a morte, a paralisia, a tirania — de um, que impondo-se a todos, absolutiza-se (imperialismo), — de um todo que, confundindo cada um, massifica-se (totalitarismo).

"Sua sócio-economia se fundamentará sobre o Trabalho, múltiplo e uno. Suas críticas visarão o absolutismo de um Capital, unidade monopolística, e o arbítrio de um Estado, soma totalitária.

"Seu método e suas construções autogestionárias se esforçarão em se opor para compor, distinguir para unir, multiplicar para reunir e federar para tornar autônomo.

"As concepções de sua filosofia pluralista tenderão também a acoplar, numa dialética de conflito e de solidariedade, realismo plural e ideoforça unificadora, antiteísmo desabsolutisante e pluralismo relacional, liberdade multiplicadora e compromisso adicionador". E, numa conclusão poética:

"Na realidade, 'este pensamento farol' (Célestin Bouglé) não é construído à imagem de uma estátua, mas de um móvel. Mas esta complexidade faz sua riqueza. Esta doutrina não é, não pode ser jamais um sistema. Ela é um método sociológico de pensamento e de ação, que tende a organizar e a disciplinar o pluralismo social inicial sem, entretanto, enfraquece-lo ou esterelizá-lo. Visando fazer dos indivíduos, pessoas; dos organismos sociais, seres coletivos; da sociedade real, uma sociedade institucional; de uma justiça natural, uma justiça mutual, sua função permanente é a de transmutar a força em esforço, os contatos em relações, o culto em cultura, a potência em capacidade, seu objetivo essencial é persistir uma passagem contínua do orgânico à organização, da existência à consciência, da espontaneidade à vontade". <sup>40</sup>

Nessa síntese-poema do pensamento de Proudhon — tão

bem captado por Bancal — resume-se a sua sócio-economia, a qual trataremos a seguir.

O trabalho múltiplo e uno é o fundamento da tese sócio-econômica de Proudhon. Trabalho múltiplo porque reúne os esforços de vários homens e uno porque resulta singular.

Segundo Proudhon, o modo de produção capitalista encerra, na sua "lógica", um erro fundamental: "um erro nas contas da sociedade".

Analizando o fenômeno da força coletiva, o filósofo francês afirma: "... (quando) se diz que o capitalista pagou as jornadas dos operários, para ser exato, deve-se dizer que pagou tantas vezes uma jornada quantos operários empregou cada dia, o que não é de modo algum a mesma coisa, pois, essa imensa força que resulta da união e da harmonia dos trabalhadores, da convergência e simultaneidade de seus esforços, não foi paga. Duzentos trabalhadores, em poucas horas, colocam o obelisco de Luxor sobre sua base, pode-se supor que um só homem, em duzentos dias, o fizesse? Entretanto, nas contas de um capitalista, a soma dos salários teria sido a mesma." <sup>41</sup>

A reflexão proudhoniana aponta que esse erro de conta resulta da conjunção de três fatos geradores, a saber:

"- um fato contábil: nas contas da sociedade, um erro de atribuição de um excedente coletivo dificilmente imputável e avaliável;

"- um fato sociológico: a existência de um esforço coletivo gerando um excedente produtivo; e

"- um fato jurídico: a apropriação do excedente coletivo pelo proprietário dos instrumentos de trabalho e dos meios de troca." <sup>42</sup>

Para Jean Bancal a análise de Proudhon revela "a triplíce ótica sob a qual deve aparecer uma ciência econômica (economia

*social ou sócio-economia) verdadeiramente objetiva."* <sup>43</sup>

Ainda de acordo com o mesmo autor, essa ciência de  
veria abranger:

"1º uma contabilidade econômica própria a descrever as 'equa  
ções' e as relações econômicas de base, permitindo a avaliação exata das  
operações econômicas e sua justa imputação entre os agentes econômicos;

"2º uma sociologia econômica própria a descobrir as leis do  
trabalho social, permitindo uma organização sociológica das funções des  
ta sociedade econômica;

"3º um direito econômico enfim, próprio a instaurar, a par  
tir dos dados contábeis e sociológicos, as instituições evolutivas que  
permitem a repartição equitativa dos produtos, das funções e dos instru  
mentos do trabalho." <sup>44</sup>

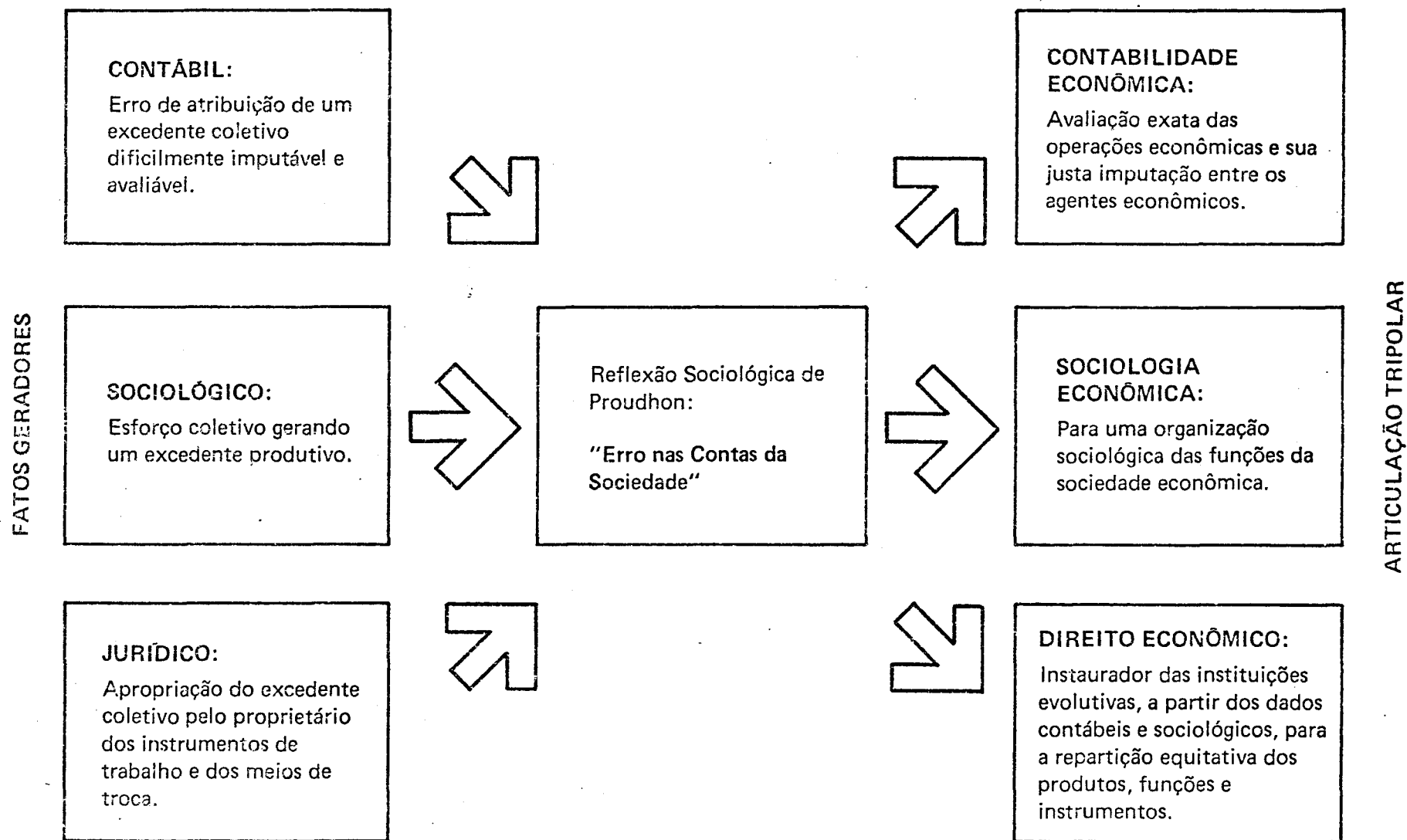
Quer a "sociologia econômica" como, principiante, o  
"direito econômico" proudhonianos revelam claramente a idéia  
central da autogestão - isto é, a não-alienação do trabalhador  
em oposição à fatalidade alienante das sociedades hierarqu  
quizadas.

A figura 1 (na página seguinte) é uma tentativa de  
resumo-didático do pensamento sócio-econômico do filósofo do  
anarquismo.

Comentando a influência que as idéias de Proudhon  
iriam exercer sobre o pensamento socialista científico, inclusive,  
sobre Marx, assim se expressa Prestes Motta:

*"O valor da argumentação (proudhoniana) não escapou a Marx.*

O PENSAMENTO DE PROUDHON  
A Sócio-Economia (\*)



(\*) fundamento: trabalho múltiplo e uno.

FIGURA 1

Não é por acaso que ele salienta o princípio da força coletiva na 'Sagra da Família'. O 'erro de conta' de Proudhon assemelha-se muito à 'mais-valia' de Marx, a 'mais-valia' que Engels considera, ao lado da concepção materialista da história, as duas descobertas fundamentais de Marx. Além disso, há frases de Proudhon que estariam perfeitamente bem no discurso marxista, como as seguintes: 'Todo capital, seja material, seja intelectual, sendo uma obra coletiva, constitui, por conseguinte, uma propriedade coletiva, ou ainda, 'todo trabalho humano resultando necessariamente de uma força coletiva, toda propriedade torna-se, pela mesma razão, coletiva e indivizível: em termos mais precisos, o trabalho destrói a propriedade de''"<sup>45</sup> Ou, como enfaticamente resumiu o filósofo libertário: "la propriété c'est le vol" (a propriedade é o roubo), que, para Schilling<sup>46</sup>, revela as raízes rousseauianas do pensamento de Proudhon.

Embora algumas categorias da teoria proudhoniana tenham encontrado guarida na obra de Marx, é historicamente conhecida a polêmica que se travaria entre os dois grandes pensadores.

Em seu trabalho "Solution du problème social", Proudhon afirmaria: "Entre a propriedade e a comunidade, eu construirei um mundo."<sup>47</sup> E Bancal esclarece: "...para precisar fielmente seu pensamento (de Proudhon), acrescenta-se ao nome propriedade o adjetivo 'capitalista' e à comunidade o adjetivo 'estatal' ou 'autoritária'..."<sup>48</sup>

Se, por um lado, em Marx a interpretação da história parte da análise do modo de produção adotado em um dado momento, e se o seu discurso é marcado pela denúncia das desigualdades sociais e exploração do trabalho, inerentes aos sis

tema capitalista; por outro, Proudhon desenvolve a sua análise econômica "*como ciência da produção humana*"<sup>49</sup>, e fundamenta-se no princípio da liberdade:

*"A liberdade é um direito absoluto, porque é para o homem, como a impenetrabilidade da matéria, uma condição sine qua non de existência."*<sup>50</sup>

Por certo não caberia no contexto desta monografia contrapor toda a vasta contribuição teórica do autor da "*Filosofia da Miséria*"<sup>51</sup> com o fecundo pensamento do autor de "*Miséria da Filosofia*"<sup>52</sup>, sigamos pois com os pontos centrais da idéia do filósofo da autogestão.

Como já vimos nas diversas citações sobre a obra de Proudhon, os princípios filosóficos que suportam a sua análise da sociedade seriam os da liberdade, igualdade e segurança como direitos absolutos do homem. Desses princípios decorre a sua crítica aos organismos econômico e político do capital, já que o primeiro, ao defender a propriedade privada, torna-se inexoravelmente desigual, enquanto que o segundo, baseada na burocracia e, portanto, no reconhecimento da autoridade, é opressor e alienante.

Por outro lado, há ainda no pensamento proudhoniano o princípio de que a constituição política deriva do organismo econômico e o pressuposto de que todo fato social é de natureza dialética ou ainda: "*Cada princípio econômico gera inicialmente, consequências sociais que são opostas.*"<sup>53</sup>

Comentando esse princípio, Fernando Prestes Motta

assim se refere: *"Há um conflito econômico latente que se expressa, por vezes, em agitações do corpo social. A raiz desse conflito está na desigualdade. Em face da instabilidade social não solucionável nos quadros de um sistema baseado na desigualdade, organiza-se a força pública, estabelece-se a autoridade, diante do qual toda a sociedade deve-se submeter."* <sup>54</sup>

Quanto ao pressuposto dialético do fato social, é o próprio Proudhon quem refere:

*"A divisão do trabalho, fora da qual não há progresso, não há riqueza, não há igualdade, subordina o operário, torna a inteligência inútil, a riqueza nociva e a igualdade impossível."* <sup>55</sup> E, mais adiante: *"na sociedade atual o progresso da miséria é paralela e adequado ao progresso da riqueza."* <sup>56</sup>

A análise econômica de Proudhon, por sua vez, pressupõe as suas idéias de divisão do trabalho, lucro e propriedade.

Para Heloisa de Almeida a *"questão 'divisão do trabalho' leva a análise econômica proudhoniana a transformar-se numa análise sócio-econômica, a partir do momento que substitui a problemática econômica por uma sócio-econômica."* <sup>57</sup> Vejamos como.

*"Acreditava Proudhon (como já mencionamos) que a economia deve ser entendida como ciência da produção humana (e não como ciência da produção material, como sugeria a economia clássica). Destarte, o objeto da economia política passa a ser o 'eu' humano manifesto no trabalho. Tendo o trabalho como unidade fundamental, e dada a impossibilidade*

*de de sua análise a nível individual - o trabalho de um ser humano - da da a divisão do trabalho, a economia passa a ter um caráter social, à medida que estuda o grupo produtor."*<sup>57</sup>

Por outro lado, como já referimos, a propriedade é para Proudhon um roubo, à medida que o valor nela produzido não é apropriado por quem o produz. É verdade, como adverte Heloisa de Almeida, que a noção de roubo deve ser aqui vista também dialeticamente, já que, o desenvolvimento da produção é decorrente da acumulação do excedente a ela necessária.

Finalmente, o lucro, segundo o filósofo, é o resultado do efeito da sinergia do trabalho societariado. Daí o erro de conta que referimos anteriormente.

Embora esses três conceitos sejam profundamente relacionados, o trabalho dividido de Proudhon, além de determinar os demais, define a sua sócio-economia, que se fundamenta na possibilidade de criação de uma ciência do trabalho, ciência esta sob a ótica da qual dever-se-ia estudar a História (trabalhismo histórico) e que, quiçá, tenha influenciado o próprio pensamento marxista (materialismo histórico) posterior.

Proudhon faz o levantamento das Leis do Trabalho (societariado) e conclui:

A primeira lei de organização do trabalho conseqüente de sua divisão é a do desdobramento, da especificação das funções. Já a sua segunda lei seria a da composição. Enquanto que, com o trabalho dividido por funções, isto é, com o desdobramento do trabalho - e não apenas com o seu simples fracionamento - surgiria a verdadeira sociedade econômica, de acordo com a

segunda lei (composição), *"a função deve revestir um caráter sintético, quer dizer, corresponder a uma operação que forme em si mesma um todo..."* <sup>58</sup>

Estudando a História sob a ótica do trabalho e com seu método de análise (dialética serial), Proudhon faria a sua visão prospectiva da organização social. De acordo com essa ótica a comunidade desorganizada (tribo ou aglomeração indiferenciada sem série, sem divisão de trabalho), sucederia a tribo organizada (sob a influência de um chefe), à qual, por sua vez, suceder-se-iam o regime monárquico, o feudalismo, a comunidade até, finalmente, alcançarmos a democracia.

Apoiando-se no discurso proudhoniano, Jean Bancal assim desenvolve este raciocínio:

*"A esta tribo desorganizada sucede uma TRIBO ORGANIZADA. Esta tribo desenvolve-se, 'organiza-se sob a influência de seus chefes'. 'Os primeiros traços do ser coletivo aparecem. A vida industrial progride'. E ao mesmo tempo, 'as ordens de funções estabelecem-se, cada uma na sua especialidade'. A sociedade está nesse momento 'no estado embrionário'.*

*"Desde então, a divisão do trabalho se opera pela 'determinação das categorias de funções'. A partir deste instante, 'seguir o movimento evolutivo destas funções, reconhecer seu caráter e suas tendências, formular suas leis, é, como se verá, constituir a sociedade, organizar o trabalho'.*

*"Aplicação da 'DIVISÃO DO TRABALHO' nas funções, emergência da 'FORÇA COLETIVA' na sociedade, tal é a dupla lei do trabalho, testemunhada pela tribo organizada: ela fornece assim, na origem, a lei fundamental da sociedade econômica embrionária.*

*"Compreende-se aí como Proudhon concebe a organização das funções dos trabalhadores individuais como sendo o primeiro estágio da organização da sociedade econômica.*

"Mas desta tribo organizada passa-se rapidamente ao sistema das CASTAS. 'Mal separadas, as funções primigênicas inscrevem-se em certas famílias das quais se tornam o apanágio'. Estas castas, 'elas estão em todos os lugares onde a sociedade dá seus primeiros passos fora da barbárie'.

"Mas em breve, ou estas castas se cristalizam e colocam a sociedade num estado letárgico, ou elas geram um regime em pérpetua mutação, onde, sob a influência do 'trabalho', do 'despotismo' e da 'liberdade', 'elas se absorvem mutuamente e se confundem de novo'. Dessa forma, o processo do antagonismo dialético se desencadeia entre as diversas forças coletivas e a guerra começa entre o movimento e a resistência. Mas como tais, as castas testemunham duas outras leis da organização do trabalho: a 'ESPECIFICAÇÃO das funções' e o 'ANTAGONISMO' da sociedade em trabalho. O regime das castas vai então oscilar entre a monarquia unitária e o feudalismo despótico, a democracia anárquica ou a comunidade autoritária.

"Sob o REGIME MONÁRQUICO, 'o indivíduo forma uma casta para ele próprio e impõe sua lei às outras castas'. Ele assegura dessa forma 'a convergência e a harmonia das funções', antes de proceder 'ao desdobramento das categorias de trabalhadores'. Assim, sob o ângulo econômico, este regime traz 'unidade e centralização'. Tal foi, entre intoleráveis violências, a missão dos reis'. As monarquias testemunham assim dois princípios de organização do trabalho: a 'centralização e a coordenação' da série dos produtores. Mas, esta 'força expansiva' se esgota 'pela transação' que o rei faz com 'as castas mais poderosas', o que gera 'o status quo' econômico e o imobilismo hierárquico. Assim o organismo social aparece inicialmente sob a imagem de uma série piramidal cujo cimo é ocupado pelo príncipe e cuja base se apóia no proletariado'. Este

regime é contraditório no seu desenvolvimento, pois sua concepção conduz a oprimir a base social, esta 'matéria orgânica' que o nutre e que tende a derrubá-lo.

"O 'FEUDALISMO' é uma outra fase deste período oscilatório que sucede àquele de castas organizadas. O que é o feudalismo? É, no início, 'tantos guerreiros, tantos príncipes', 'tantos alódios, tantas soberanias'. É em seguida o poder econômico e o poder político confundidos, controlados por alguns titulares de feudos. A 'soberania' dividida entre os proprietários, a vassalagem política e econômica coordenam entre si estas personalidades antagonistas, e se tornam a mistura de uma 'aristocracia tumultuosa e de um despotismo dividido'. E como tal, este regime de feudalismo apresenta-se como 'uma forma social ambígua'. Ela testemunha, entretanto, o par antinômico que forma na organização sócio-econômica 'a personalidade do trabalhador' e a 'solidariedade gerada na sociedade pela força coletiva'.

" 'Forma social ambígua' parece igualmente para Proudhon uma outra fase instável deste período oscilatório, a 'COMUNIDADE', 'modo artificial', aparentando-se 'ao despotismo oriental' onde, pela confusão do corpo político e do corpo econômico, o Estado se torna 'proprietário dos bens e das pessoas'. 'Quantos elogios irrefletidos prodigalizados ao legislador de Esparta... A gerontocracia indivisa que Licurgo tinha estabelecido sofreu mudanças desde a morte de seu autor... Ela era insuportável a todos os homens de inteligência... E a liberdade individual, incomodada em seus atos, fugia de uma pátria onde ela não podia viver... enquanto que a proibição de agir e de ser por si mesmo empurrava à tirania... e quando Esparta foi despojada de seus costumes factícios, ela se encontrou sem costumes, sem leis, sem instituições, sem idéias'. Assim também 'O Instituto de Pitágoras, que por pouco, em alguns anos, não invadiu to

da a Grécia, desapareceu um dia na tempestade. Diz-se', comenta Proudhon, 'que foi uma conspiração de ricos... eu suspeito que o objetivo altamente e imprudentemente confessado de uma propaganda que em seus desígnios abraçava o mundo, foi a verdadeira causa da catástrofe'. Assim, acabaram também, prossegue ele, os estabelecimentos comunitários que os jesuítas fundaram no Paraguai.

" 'Em todos os lugares' — conclui Proudhon — 'onde se formar uma comunidade poderosa o bastante para se fazer reconhecer politicamente... cedo ou tarde, as violências da liberdade virão dissolvê-la... Parece que para um Estado livre, a vizinhança de uma comunidade é uma vizinhança de morte'. Entretanto, como tal, a comunidade testemunha a 'integração' dos trabalhadores na sociedade e a 'força coletiva' da sociedade trabalhadora.

"A DEMOCRACIA, tal como Atenas conheceu, e depois Roma, com seu princípio de igualdade política, 'suas divisões dos poderes' e seu 'desdobramento do poder soberano', aparece claramente como uma forma social natural. Não aplica ela sobre o terreno político as leis de desdobramento e de especialização, da 'composição' das funções reconhecidas como equivalentes, não testemunham elas a LIBERDADE, a autonomia das coletividades e das pessoas individuais? Não é também a emergência destas leis sociológicas que deve inspirar a organização do trabalho? Na realidade, estas democracias eram desorganizadas. As funções políticas estavam amontoadas, mal circunscritas'. Estas democracias políticas eram economicamente não igualitárias. Elas repousavam sobre a 'escravidão' e sobre o 'desprezo do trabalho'. 'A indústria era reputada iliberal e servil, e de então as 'instituições' falhavam na organização democrática 'do comércio e da indústria'. 'A Grécia democrata pereceu... pelo desprezo que ela dava às funções industriais'; 'a democracia romana e depois o Império

romano' 'pereceram porque 'pararam diante da propriedade quiritária, dos latifúndios, da escravidão e da usura' e não 'souberam republicanizar a agricultura, a indústria e o comércio; o despotismo oriental, ele também, depois de ter ressuscitado cinco ou seis vezes de suas cinzas sucumbiu pela insuficiência da sua divisão'.

"Através desta sucessão dialética das formas sociais empíricas tomadas pelas sociedades históricas sob o efeito das leis econômicas e de sua violação, quais os princípios permanentes de organização que se podem extrair para uma organização da sociedade conforme à sua realidade sócio-econômica? Proudhon pensa resumi-los assim: ao sair do período inorgânico, a 'divisão do trabalho' nas funções, 'a força coletiva e a solidariedade que ela gera' na sociedade aparecem inicialmente na comunidade tribal, na tribo organizada. As 'castas' testemunham, em seguida, a especificação das funções e, em suas instabilidades, o antagonismo da sociedade de trabalho. 'A unidade original' do trabalho e sua lei de 'divisão' se produzem em seguida na monarquia e traduzem a 'centralização' do organismo sócio-econômico e a 'coordenação' das funções. A democracia comprova a 'personalidade' autônoma das pessoas individuais e coletivas e a 'composição' das funções. O 'feudalismo' e a 'comunidade' testemunham no sentido inverso da antinomia liberdade-solidariedade, personalidade-força coletiva. Resta o advento de um regime fundado sobre 'a igualdade e a coordenação', que saberá reunir numa 'série' harmônica as leis sociológicas do trabalho reveladas dialeticamente pela sucessão das formas sociais históricas." <sup>59</sup>

No texto de Bancal parece estar claro o processo proudhoniano de evolução histórica do organismo econômico sob influência do trabalho e como resultado dos pares antinômicos (dialética serial) de cada nova ordem social.

Por outro lado, para Heloisa Maria de Almeida "Prou

*dhon demonstra que o governo pode ser uma etapa a ser ultrapassada, de forma a se chegar a um organização autônoma da sociedade através da seguinte linha de pensamento dialético: 'Em todas as épocas, o reforço do Estado manifesta-se paralelamente ao reforço das contradições sociais. A partir disso, é natural que o poder que assumem os governantes aumente sua distância dos governados. A absorção crescente da sociedade econômica pela sociedade política, isto é, a intervenção e a absorção crescente da economia pelo Estado, seria a pré-condição da negação dialética, de onde surgiria a sociedade autogestionária'.*"<sup>60</sup>

Por outro lado, está também evidente a característica autogestionária do pensamento proudhoniano na declaração de seus princípios de ação: *"Em primeiro lugar, por seu trabalho pessoal, o trabalho individual deve adquirir, além de seu salário, um direito de participação e de administração. Em segundo, pelo trabalho coletivo, os grupos de trabalhadores, permitindo o surgimento de um excedente produtivo (fonte de acumulação de trabalho e origem do capital), devem ter o direito sobre este excedente. Finalmente, a conjunção destes dois direitos sócio-econômicos leva, por um lado, a um direito pessoal e privado do trabalhador sobre os frutos de seu trabalho individual, isto é, a uma posse; e, por outro, a um direito social e coletivo do grupo de trabalhadores sobre os frutos de seu trabalho comum, isto é, a uma propriedade coletiva."*<sup>61</sup>

Enquanto a análise sócio-econômica de Proudhon tem como pressupostos básicos a noção de "propriedade", "lucro" e "divisão do trabalho" (nos sentidos proudhonianos — já estudados), a sua análise política preconiza a supressão do Estado como única possibilidade de se atingir a sociedade autogerida. Com efeito, ao discursar sobre a "natureza da sociedade

de" em contraposição à "natureza do Estado", o filósofo da anarcracia propõe, como já vimos, que a vida social não é determinada pela; mas, ao contrário, é determinante da organização política. De acordo com esse pensamento, *"o ser coletivo é um ser vivo, dotado de inteligência, atividade e força próprias, da mesma forma que as leis econômicas da divisão do trabalho e das trocas baseiam-se na espontaneidade da razão social. Ele (o ser coletivo), possuindo leis e propriedades próprias e respondendo a necessidades de ordem e educação, elabora forças políticas, dando-se instrumentos de disciplina que assegurem sua coesão."* <sup>62</sup>

Em continuação, vejamos como Prestes Motta lê Proudhon: *"Numa sociedade dividida pela desigualdade, a função de autoridade não se limita à coesão: inclui uma ordem imposta que garanta a manutenção das desigualdades, donde se conclui que a tendência à apropriação e centralização é consequência da oposição de classes e do conflito de interesses."* <sup>63</sup>

Coroando o seu pensamento anarquista Proudhon adverte: *"A alienação e a apropriação da força coletiva constituem o caráter essencial do Estado e, exatamente por não possuir uma existência própria, mas sim emprestada da sociedade, para se manter, ele precisa incessantemente apropriar-se da força social, desviando-se de seus agentes verdadeiros. E ainda: o Estado, qualquer que seja a forma que assuma, enquanto não se tornar um órgão submetido a uma sociedade de iguais, será para o povo uma condenação."* <sup>64</sup>

Complementarmente à sua crítica ao Estado, releva-se ainda no ideário proudhoniano a defesa do federalismo. Ou, como afirma o pensador: *"o Estado unitário é o contrário da pluralidade, ele é unitário e procura manter e reforçar sua própria unidade, ao passo que a vida*

*coletiva é caracterizada pela pluralidade, por grupos e subgrupos em formação ou em desaparecimento.*"<sup>65</sup>

Nessa crítica radical que Proudhon faz ao Estado (principalmente ao estado unitário), o professor Fernando P. Motta localiza o fundamento da manifestação autogestionária de sua obra. Com efeito, o autor chama atenção sobre a "*antinomia insuperável*" do pensamento proudhoniano, qual seja: "*espontaneidade da vida social — liberdade — centralização política*",

Assim, na insistência do filósofo libertário na devolução à sociedade do poder atribuído ao Estado, isto é, na desalienação dessa sociedade pela reapropriação de seu poder alienado, estaria a essência da autogestão.

De acordo com Prestes Motta a concepção proudhoniana nos convida a rever o próprio conceito de ciência social. Para aquele autor: "*Conhecer a sociedade significa, através da ciência social, conhecêr as leis de divisão e composição do trabalho. A ciência social é o resultado da prática social experimentada pela sociedade, em confronto com a razão social descoberta através de uma reflexão ativa de sociedade (...). Portanto, as conseqüências das leis da divisão do trabalho permitem descobrir as características sociológicas que governam a organização de funções e, a partir desse ponto, as leis sociológicas que governam a sociedade. Desta forma, podemos considerar que a função é um microcosmo social que compõe duas leis: a especificação, que é o corolário da divisão de trabalho, e a composição, que é o corolário da unidade de de ação, e, portanto, este microcosmo (a função) já apresenta as leis sociológicas que regem o mundo social.*"<sup>66</sup>

Ainda no discurso de P. Motta, o pensador francês nos adverte sobre a produção dessa ciência social. Segundo a

quele autor Proudhon denuncia os dois erros que "*levam às convulsões históricas: o aristocratismo científico — acreditar que alguma parcela da sociedade detém o monopólio de ciência e da razão sociais e a demagogia ideológica — que prega que o povo, ator da prática social, é capaz, por procedimentos elementares e anticientíficos, de exprimir adequadamente a lei que lhe é inerente...*" <sup>67</sup>

Sem esclarecer em qual dos dois grupos (acima) ele próprio se incluiria, o filósofo da autogestão indica as suas leis de funcionamento da sociedade regidas pelo princípio da pluralidade (que não ignora os antagonismos internos que promovem o desenvolvimento).

São portanto antinômicas as leis fundamentais do universo social de Proudhon:

- . O antagonismo competitivo (competição) e o
- . equilíbrio mútuo (cooperação).

Por sua vez, a base da democracia econômica de Proudhon repousa no contrato. Nessa sociedade, "*cada indivíduo, cada grupo social, cada companhia operária tem sua própria soberania, se autogoverna e relaciona-se livremente com os outros indivíduos e agrupamentos, através do contrato; é o denominado mutualismo econômico.*" <sup>68</sup> Assim, mais uma vez a influência rousseauiana se revela no pensamento de Proudhon.

Finalizando este resumo do pensamento proudhoniano, que intentamos com vistas exclusivamente a suportaçãõ do modelo autogestionário, que estudaremos no próximo capítulo, analisaremos brevemente a sua sociedade econômica, mutualista e federativa, paradigma da sociedade autogerida.

A Figura 2 (na página seguinte), é uma tentativa de sintetizar graficamente a estruturação da sociedade autogestionária proudhoniana.

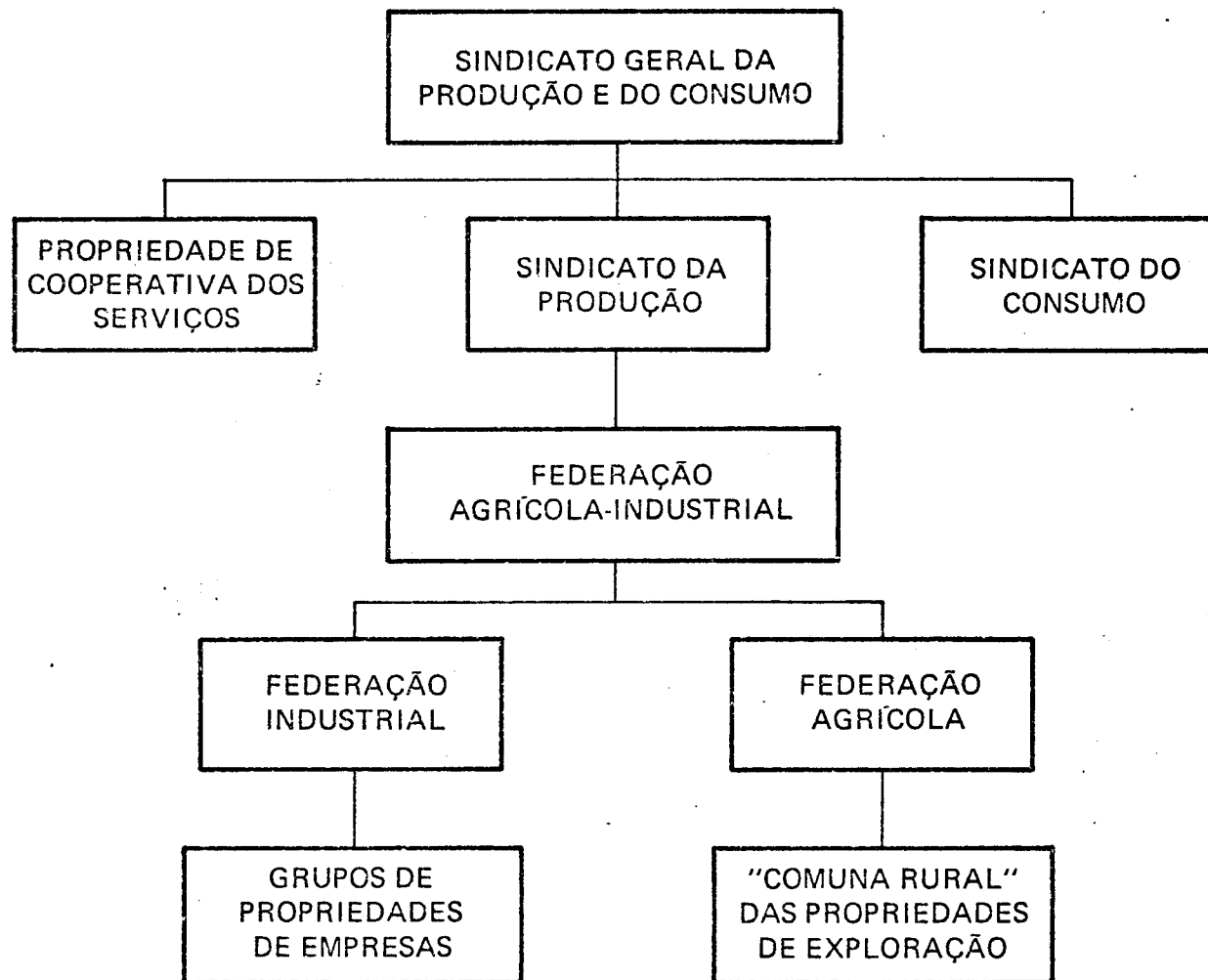
Com base no trabalho de Fernando Prestes Motta, He-loisa de Almeida identifica quatro estruturas que suportam a teoria de Proudhon:

- "a mutualização federativa da agricultura;*
- . a socialização federativa da indústria;*
- . a federação agrícola-industrial e o*
- . sindicato da produção e do consumo."*<sup>69</sup>

Os grupos de propriedades de empresas formariam, na sociedade mutualista, uma federação: federação industrial. Por outro lado, as comunas rurais das propriedades de exploração reunir-se-iam também em uma federação: federação agrícola. Essas duas unidades comporiam uma federação agrícola-industrial controlada pelo sindicato da produção; sindicato este que estaria ligado a um sindicato geral da produção e do consumo - órgão central da sociedade mutualista. Além desse sindicato da produção, também a propriedade de cooperativa dos serviços (o setor terciário da economia) e o sindicato do consumo, formariam os três organismos maiores de divisão do modelo econômico de sua república mutualista-federativa.

## 5 - A outra face da moeda

Ao estudarmos as teorias da igualdade das pessoas, o contrato social e o pensamento socialista (em especial o de Proudhon), tentamos colocar a idéia da autogestão como a an



LIBERALISMO SOCIALISTA OU COLETIVISMO LIBERAL

FIGURA 2

títese da heterogestão e, conseqüentemente, a organização so  
cialista como o par antinômico do modo de produção capitalis  
ta.

Como vimos, não só os socialistas utópicos (principalmente Proudhon) como também o socialismo científico baseiam  
a possibilidade de desalienação do trabalho e, portanto,  
de sua dignificação, na extinção da propriedade privada dos  
meios de produção e de troca. Todavia, a onda revolucionária  
que este pensamento iria desencadear a partir da segunda meta  
de do século passado, por certo, haveria de encontrar resposta  
por parte daqueles que têm interesse na manutenção do  
'status quo', isto é, daqueles para os quais as idéias revolucion  
árias dos socialistas são uma ameaça. Assim, ainda no século  
XIX apareceriam duas correntes de pensamento político  
que, inspiradas no socialismo, divergiriam de suas concepções  
utópica e científica quando estas preconizam a chegada ao poder  
pela via revolucionária (como em Proudhon, Lenine Trotsky),  
e a transformação rápida e radical da estrutura de produção  
pela eliminação da propriedade privada dos meios fabris e comer  
ciais.

De fato, tanto o trabalhismo (especialmente o inglês)  
como a social-democracia, ainda que tenham suas raízes  
nas idéias de igualdade social e na denúncia da miséria e da  
exploração capitalistas, não comungam com as teses de eliminação  
compulsória da propriedade privada e da via revolucion  
ária como únicas formas de construção do socialismo. Em oposi  
ção ao marxismo-leninismo e ao anarquismo, esses movimentos  
— característicos das sociedades capitalistas mais desen

volvidas — postulam a sociedade igualitária pela transformação gradual do capitalismo, mantida a instituição da propriedade privada dos meios de produção e de troca, ainda que com um grau razoável de intervenção do Estado no domínio econômico e, portanto, no planejamento da vida social com um todo.

Além desses socialistas reformistas — em oposição aos revolucionários —, teria ainda grande influência na cunhagem da outra face da moeda dos modelos hodiernos de organização a doutrina social da Igreja que, analogamente ao pensamento socialista reformista, também iria pregar a idéia de amplas reformas sociais, respeitada a propriedade privada e substituindo a luta de classes pela harmonização dos interesses do capital e do trabalho.

Apoiados no tripé ideológico da social-democracia, do trabalhismo e da doutrina social da Igreja, surgiriam (principalmente a partir da Segunda Grande Guerra) modelos de organização que proporiam a substituição da heterogestão das organizações produtivas pela participação do trabalho no processo decisório, segundo um esquema co-gestionário com o capital.

Destarte, entre os pontos antipodais da esfera de possibilidades de organização da produção, isto é, entre a hetero e a autogestão, os socialistas reformistas proporiam diversos modelos de participação, mais conhecidos como de gestão participativa.

A seguir discorreremos brevemente sobre os princípios norteadores dessas correntes reformistas que vão desenhar o segundo modelo de organização (a co-gestão) estudado

no Capítulo IV desta monografia.

## .1 - O trabalhismo

Para Antonio Duarte dos Santos e Orlando Miranda, *"trabalhismo (é o) termo que designa um conjunto de idéias e formas de organização que porvêm das classes trabalhadoras. Constitui uma ideologia (por se tratar de idéias que os trabalhadores, espontaneamente, desenvolveram na sua revolta contra a ordem dominante capitalista) e se expressa, materializa-se, em formas próprias de organização como sindicatos e partidos."* E, complementando: *"a ênfase (do trabalhismo) é a relação entre os trabalhadores como classe e a forma de organização e a atuação que desenvolvem."*<sup>70</sup>

Segundo os mesmos autores, as origens do movimento trabalhista se situariam nos grêmios de trabalhadores da Idade Média, ainda que esses grêmios reunissem, não só os oficiiais empregados e aprendizes, como também os mestres do ofício (proprietários das oficinas).

Embora Santos e Miranda advirtam, que esses grêmios não devem ser considerados antepassados dos atuais sindicatos, já que os mesmos não eram órgãos de reivindicação dos trabalhadores, mas, tão-somente, corporações de proteção dos segredos do ofício e, portanto, de proteção contra a concorrência; aqueles autores, situam as raízes do trabalhismo nesses grêmios, uma vez que eles tinham o caráter de organizações para a defesa dos interesses do trabalho (no sentido lato), ainda que sob uma ética discutível.

Mesmo considerando que, já no século XVIII alguns trabalhadores haviam se organizado em agremiações exclusiva

mente de oficiais, portanto, sem a participação dos mes tres-proprietários, para Dillard <sup>71</sup>, o movimento operário só se iniciaria, como o concebemos hoje, em 1824 com a abo lição pelo Parlamento inglês dos "combination acts" (Conjunto de leis que proibia a livre-associação).

Ainda de acordo com aquele historiador (Dillard), o movimento trabalhista (inglês) se dividiria em três fases:

- . de surgimento - 1824 a 1850;
- . das associações profissionais de trabalhadores es pecializados (por ofício) - 1850 a 1890; e
- . dos sindicatos, organizados por ramos industriais - 1890 em diante.

Comentando o fato do movimento trabalhista só ter surgido no século passado (principalmente na sua segunda me tade), Santos e Miranda assinalam: *"a condição essecial para a existência do movimento é que os trabalhadores tenham perdido a sua con dição de produtores diretos, sejam em número suficientemente grande e te nham consciência de sua posição de assalariados. Portanto, é preciso pri meiro que o capitalismo se desenvolva, deixando clara a linha divisória da relação entre capital e trabalho, e que os assalariados, despossuídos dos meios de produção, tenham de vender sua força de trabalho aos capita listas. Assim, os assalariados, sendo homens livres, com capacidade de produzir, conhecendo esses fatos, tendem a começar a se organizar para proteger e defender seus interesses comuns."*<sup>72</sup>

A cronologia do trabalhismo inglês aponta as seguin tes principais etapas evolutivas, até alcançar o estágio a tual, quando o "labor-management joint committee" (a comissão de empresa britânica) passaria a realizar um tipo de adminisis

tração participativa:

- . 1824-1825 - As associações operárias começam a se organizar em federações ("trade unions"). Robert Owen (socialista utópico e industrial inglês, 1771-1858) lidera a formação da "Grand National Consolidated Trades Union" - GNCTU, uma espécie de CGT. Sobre o assunto é esclarecedor o comentário de Santos e Miranda:

*"A idéia organizatória (unir todos os trabalhadores, síndi  
catos, associações, cooperativas, associações beneficen  
tes e de trabalhadores rurais) perseguia objetivos imedia  
tos — como melhoria de salários e condições de vida — ,  
mas possuía também um fim político explícito — pretendia  
substituir o capitalismo e o sistema de concorrência pelo  
cooperativismo sob o controle da classe trabalhadora."* <sup>73</sup>

- . 1834 - Dissolução final da GNCTU, após incessan  
te combate pela classe patronal e a aprovação do  
voto censitário que marginalizaria do processo po  
lítico a classe operária.
- . 1838-1848 - Aparece o movimento cartista que pro  
punha a "People's Charter" - conjunto de reivindi  
cações apresentadas ao Parlamento e rejeitadas em  
1839, entre as quais destacamos:
  - 1 - distritos eleitorais de igual tamanho para e  
quiparar o peso das grandes aglomerações ope  
rárias com os despovoados núcleos da burgue  
sia;
  - 2 - remuneração das funções parlamentares para

viabilizar a candidatura dos representantes das classes pobres;

3 - voto secreto e

4 - fim do voto censitário e consagração do direi  
to universal de voto (ainda que não extensi  
vo às mulheres).

Após sua rejeição pelo Parlamento os cartistas se lançaram em atividades de protesto e manifestações contestatórias, tendo sido esmagados em 1848 pelas tropas do duque de Wellington.

. 1851 - É constituída a "Amalgamated Society of Engineers", espécie de associação reunindo vários sindicatos de metalúrgicos.

Conforme Santos e Miranda: "*Os trabalhadores especiali*  
*zados trataram de não cometer os mesmos erros das organizações anterio*  
*res. Ou seja, evitaram uma grande organização, uma central única, onde*  
*existissem muitos trabalhadores, massa heterogênea e com objetivos revo*  
*lucionários que chamavam a si o ódio da burguesia, patrões e classe mé*  
*dia...*

"*Os acordos coletivos começavam a substituir os acertos indi*  
*viduais. Os sindicatos de trabalhadores especializados dedicaram-se tam*  
*bém a funcionar como caixa de auxílio, cuidando dos interesses dos traba*  
*lhadores no que dizia respeito aos problemas de saúde, doença e invalidez.*  
*Para fazer face a tais compromissos, trataram de montar uma estrutura e*  
*conômica própria, sem pleitear que o Estado assumisse diretamente uma res*  
*ponsabilidade maior na questão de ajuda social. Com os sindicatos acei*  
*tando preencher essa função social, seus recursos acabaram protegidos por*  
*leis votadas no Parlamento, cujo objetivo principal era proteger as finan*

ças sindicais de malversação.

"Com essa nova relação entre os sindicatos e o Estado, parte da plataforma cartista voltou à baila, e o Parlamento desta vez concedeu o direito de voto aos homens, de acordo com lei de reforma de 1867. Essa conquista, mesmo limitada, fortaleceu ainda mais a posição dos sindicatos dentro do sistema jurídico.

"Em seguida foram votadas leis, nos anos de 1871 e 1875, que davam aos sindicatos direitos de pessoa jurídica. Foi também assegurado o direito de greve e de outras ações realizadas a partir de decisões coletivas dos trabalhadores. Declarou-se no Parlamento que todas essas atividades de origem sindical não eram passíveis de penalidades. Até os piquetes de greve passaram a ser considerados meios legais de luta, acatados e protegidos pela lei. A lei assegurou as negociações coletivas, institucionalizando os movimentos reivindicatórios.

"Todas essas conquistas do movimento sindical pareciam levar, contudo, a uma compatibilidade cada vez maior entre o capital e o trabalho, isto é, parecia que cada vez mais o sindicato deixava de contestar o capitalismo e o aceitava, passando a procurar dentro dele uma perspectiva melhor para os trabalhadores (...)

"Considerando-se, entretanto, que o sindicalismo inglês implicava a associação quase tão-somente de especializados, para explicar o abandono das posições revolucionárias, um grande marxista, Engels, começou a desenvolver a tese da 'aristocracia operária'.

"Para ele, a partir da divisão em camadas do operariado, observa-se que a parte em melhor situação profissional e econômica é precisamente aquela que vai gerir e controlar o sindicato. Por sua própria prosperidade relativa, sua tendência é desenvolver propostas de coexistência com o capitalismo, que não precisaria ser abolido, mas apenas refor-

mado (de onde o termo 'reformistas', que lhes é atribuído).

"Em outras palavras, e na visão marxista, os próprios sind  
catos se estariam carregando de ideologia burguesa e passando a operar co  
mo formas de controle sobre o conjunto da classe trabalhadora.

"Mais tarde, outro teórico marxista, Lenin, ao desenvolver a  
teoria do imperialismo, diria que a exploração internacional, ao propor  
cionar superlucros aos empresários das potências européias, criara a pos  
sibilidade de uma negociação mais flexível com os operários, favorecendo  
a 'aristocracia operária', beneficiando o surgimento do 'reformismo' e do  
'revisionismo' (termo que designa no marxismo o abandono das teses de re  
volução armada)." 74

- . 1893 - Organiza-se o "Independent Labour Party",  
reconhecido em seguida pelo "Trades Union Con  
gress"
- . 1945 - O partido trabalhista inglês alcançaria a  
maioria na Câmara dos comuns conquistando enfim  
o governo que alternaria com o partido conserva  
dor a partir de então.

Sem dúvida, a Inglaterra que havia sido o berço da  
Revolução Industrial no século XVIII e, portanto, do grande  
desenvolvimento capitalista, seria também o palco privilegia  
do para encenação do movimento trabalhista, influenciador e  
influenciado pelas doutrinas e idéias político-econômicos que  
fariam desses três últimos séculos do milênio o momento de  
grandes transformações sociais da História. E é precisamente  
nas tendências que manifestaria o trabalhismo inglês, isto é,  
na não confrontação do trabalho com o capital, mas, pelo con  
trário, na luta incessante pela harmonização desses interes

ses irreconciliáveis, através da negociação, que se estruturaria o modelo britânico de participação na gestão: um tipo de gestão participativa.

## .2 - A social-democracia

O verbete "social democracy" está assim definido na "Encyclopaedia Britannica":

*"social democracy, political ideology that advocates a peaceful, evolutionary transition of society from capitalism to Socialism using established political processes. Based on 19th-century Socialism and the tenets of Karl Marx and Friedrich Engels, social democracy shares common ideological roots with Communism. Social democracy was originally known as revisionism because it represented a change in basic Marxist doctrine, primarily in its repudiation of the use of revolution to establish a Socialist society."*<sup>75</sup>

Para diversos autores (entre eles a própria Enciclopédia Britânica) a social-democracia é uma segunda manifestação da mesma inspiração ideológica do trabalhismo. De fato, à medida em que ambos os movimentos têm como princípios básicos:

- . melhoria das condições do trabalhador através da organização da classe,
- . harmonização da relação capital-trabalho através da negociação e
- . conquista do poder pela via eleitoral isto é, posta de lado a hipótese revolucionária;

pode-se afirmar que essas correntes se diferenciam, principalmente, nas classes sociais onde originalmente surgem, ou, co

mo declaram Santos e Miranda:

*"Na social-democracia, o essencial é o pensamento, a proposta política, e, portanto, a ênfase está nas relações entre o partido e o Estado. (...)*

*"Se o trabalhismo nasce como uma proposta de organização, a través da qual os trabalhadores reagem a uma situação concreta de exploração pela busca de canais de atuação políticos, práticos e concretos, a social-democracia é uma resposta intelectual, teórica, ao mesmo problema da exploração e se expressa em muitos movimentos sociais, desde as cooperativas de pequenos produtores até os movimentos de defesa do consumidor." <sup>76</sup> E, concluindo:*

*"Para entender bem as diferenças, devemos encarar o trabalhismo e a social democracia como reações de diferentes classes ao desafio colocado pela sociedade capitalista exploradora.*

*"A resposta trabalhista é a organização dos trabalhadores, enquanto da perspectiva social-democrata trata-se principalmente de formular teorias políticas alternativas à gestão do Estado. Por isto, historicamente, a social-democracia surge fora do movimento trabalhista, como característica dos círculos intelectuais..." <sup>77</sup>*

Ainda de acordo com a Enciclopédia Britânica:

*"The social democratic movement grew out of the efforts of August Bebel, who founded the German Social Democratic Workers' Party in 1869 and then effected the merger of his party with the German General Workers' Union in 1875 to form the Social Democratic Party (Sozialdemokratische Partei). Bebel imbued social democracy with the belief that Socialism must be installed through lawful means rather than force. Beginning with the election of two Social Democrats to the Reichstag in 1871, the party grew in political strength until in 1912 it became the largest*

single party in power, with 110 out of 397 seats in the Reichstag. The success of the Social Democratic Party in Germany encouraged the spread of social democracy to other countries in Europe.

"The growth of German social democracy owed much to the influence of the German political theorist Eduard Bernstein. In his Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie (1899; 'The Preconditions of Socialism and the Tasks of Social Democracy'; Eng. trans. Evolutionary Socialism), Bernstein challenged the Marxist orthodoxy that capitalism was doomed, pointing out that it was overcoming many of its weaknesses, such as unemployment, overproduction, and disparate distribution of wealth. Ownership of industry was becoming more widely diffused, rather than more concentrated in the hands of a few. Whereas Marx had declared that the subjugation of the working people would inevitably culminate in Socialist revolution, Bernstein argued that success for Socialism depended not on the continuing misery of the working class but rather on eliminating that misery. He further noted that social conditions were improving and that with universal suffrage the working class could establish Socialism by electing Socialist representatives. The violence of the Russian Revolution in 1917 and its aftermath precipitated the final schism between the Social Democratic parties and the Communist parties.

"After World War II, Social Democratic parties came to power in several countries — including West Germany, Sweden, and Great Britain (in the Labour Party) — and laid the foundations for modern European social welfare programs. With its ascendancy, social democracy changed gradually, most notably in West Germany. These changes generally reflected a moderation of the 19th-century Socialist doctrine of wholesale nationalization of business and industry. Although the principles of the various Social Democratic parties began to diverge somewhat, certain common fun

*damental principles emerged. In addition to abandoning violence and revolution as tools of social change, social democracy took a stand in opposition to totalitarianism. The Marxist view of democracy as a 'bourgeois' facade for class rule was abandoned, and democracy was proclaimed essential for Socialist ideals. Increasingly, social democracy adopted the goal of state control, not state ownership, of business and industry as sufficient to further economic growth and equitable income."*<sup>78</sup>

Como vimos, os movimentos trabalhista e social-democrata convergem para os mesmos objetivos das propostas anarquista e socialista no que concerne a não-aceitação da exploração do homem pelo homem. Todavia, o trabalhismo e a social-democracia divergem da idéia anarquista-socialista da revolução como única forma de superação da exploração capitalista. Dito de outro modo, enquanto a tese marxista preconiza a completa subjugação da fase histórica do capitalismo, como condição para se atingir a nova etapa socialista(ou comunista), os argumentos de Bernstein e Karl Kautsky(teóricos da social-democracia) proclamam a construção do socialismo através de uma política pragmática de reformas do capitalismo, nos moldes do pensamento trabalhista.

Se, por um lado, a ideologia socialista é apresentada neste ensaio como uma face da "moeda" da sociedade igualitária, a outra face dessa mesma "moeda" seria o pensamento reformista. Quiçá o comunista sueco Jorn Svenson tenha apontado a síntese dessa dialética ao proclamar a tese de que "a questão de 'reforma' ou 'revolução' é absurda, pois uma coisa não elimina e nem substitui a outra. As reformas podem ajudar, encaminhar a revolução, que assim poderia se constituir simplesmente em um produto, um

*desfecho de um processo reformista. Em outras palavras, a revolução não seria um ato de vontade de um grupo, de uma classe, de um partido, mas um processo social prolongado, do qual o reformismo seria uma parte importante."*<sup>79</sup>

Antes de fecharmos o estudo deste mosaico de idéias que suportam os modelos de administração que trataremos no próximo capítulo, veremos, a seguir, a influência que a doutrina social da Igreja iria exercer na construção do arcabouço ideológico inspirador das formas de organizações dos nossos dias.

### .3 - A doutrina social da Igreja

Sem dúvida, o pensamento de Cristo — que nos seria dado conhecer através da palavra de seus evangelistas —, está completamente comprometido com a idéia de uma fraternidade universal diante da qual, todos os homens, na condição de irmãos — filhos de Deus — se igualariam. Assim, no discurso e no exemplo de vida e morte de Jesus localizamos uma das mais fortes inspirações na busca da sociedade igualitária.

Todavia, como bem assinala o Papa Pio XI na sua carta encíclica "*Divini Redemptoris*" ("Sobre o comunismo ateu"): "*Com relação à ordem econômico-social, foram os princípios diretivos expostos na Encíclica social de Leão XIII, sobre a questão do trabalho (Enc. Rerum Novarum, 15 maio 1891) e em nossa Encíclica sobre a restauração social (Enc. Quadragésimo anno, 15 maio 1931) foram adaptados às exigências dos tempos atuais. Posteriormente, insistindo outra vez na doutrina secular da Igreja acerca do caráter individual e social da propriedade privada, temos fixado o direito e dignidade do trabalho, as relações de mútuo apoio e auxílio que devem existir entre os detentores de capital e os*

trabalhadores, o salário por estrita justiça devido ao operário, para ele e para a família.

"Mostramos, na mesma Encíclica, que os meios para salvar o mundo atual da lastimável ruína em que o liberalismo amoral o fez cair, não se encontram na luta de classes e no terror, nem no abuso autocrático do poder do Estado, mas na penetração da justiça social e do sentimento do amor cristão, na ordem econômico-social. Mostramos como a sã prosperidade deve ser reconstruída de conformidade com os verdadeiros princípios de sadio cooperativismo, que respeite a devida hierarquia social, e como todas as corporações devem unir-se em harmônica unidade, inspirando-se no princípio do bem comum da sociedade. E a principal e mais genuína missão do poder público e civil consiste precisamente em promover, com eficácia, essa harmonia e coordenação de todas as forças sociais." <sup>80</sup>

Desse modo, ao reafirmar o direito à propriedade privada (inclusive dos meios de produção); ao ratificar a ideia da possível harmonização dos interesses do trabalho com os do capital e, finalmente, ao condenar a teoria da luta de classes como motor da História, Pio XI deixaria bem claro que a crítica que a Igreja Católica vinha fazendo ao liberalismo, desde a Carta pontifícia de Leão XIII, não passava pela aceitação da tese comunista (no sentido marxista-leninista), nem tampouco pelos postulados revolucionários dos anarquistas.

A Doutrina social da Igreja que iria assim se construir (com Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI) estava fadada pois a acompanhar a mesma linha de pensamento do movimento trabalhista (em especial do inglês) e da social-democracia. Isto é: organização e fortalecimento do trabalho na sociedade capitalista.

Para Prestes Motta: "Leão XIII foi um observador atento

*dos males sociais. (...) Tão logo foi eleito papa, decidiu enfrentar a questão social com o peso de seu alto posto. Ele concebeu a idéia da primeira encíclica social."*<sup>81</sup>

De fato, Vincenzo Gioacchino Pecci foi coroado papa em 20 de fevereiro de 1878 tendo reinado até 20 de julho de 1903. Se considerarmos que a primeira edição do Manifesto comunista de Marx e Engels data de fevereiro de 1848; que o primeiro livro de O capital foi publicado por Karl Marx em 1867; que os dois livros seguintes foram editados por Engels, após a morte de Marx, em 1885 e 1894 e, finalmente, que o quarto livro, A teoria da mais-valia, foi publicado por Karl Kautsky já neste século (1905); perceberemos que o pontificado de Leão XIII coincide com o momento de surgimento e difusão do pensamento comunista. Ora, se a doutrina comunista, ao propor o materialismo histórico nega o idealismo — primado do espírito e do ideal sobre a matéria —, parece conseqüente que a Igreja, embora preocupada com a questão social, se pronunciasse em condenação ao marxismo logo na sua "gênesis". E essa nos parece ser a ênfase maior da nova doutrina que a Igreja iria pregar a partir da Encíclica de Leão XIII.

Por outro lado, se o socialismo busca a construção de uma sociedade mais justa e, como já vimos, o pensamento de Cristo é o marco histórico inicial dessa mesma demanda; resulta óbvio que, congruentes nos seus fins, o marxismo e o catolicismo só poderiam divergir nas metodologias que adotam. E assim parece ser quando a Igreja refuta a hipótese revolucionária de construção do socialismo; nega a teoria da luta de classes e se posiciona filosoficamente ao lado da corrente i

dealista. Portanto, a denominada Doutrina Social da Igreja seria mais uma corrente que iria juntar forças aos movimentos trabalhista e social-democrata na formulação de novos modelos de organização do trabalho; modelos estes que renegam a hipótese marxista do conflito de interesses entre o proletariado e a burguesia; classes sociais que detêm o que Marx denominou de as forças produtivas da sociedade. Desse modo, para essa corrente de pensadores só restaria a possibilidade da co-decisão, isto é, da participação do trabalho no processo de gestão das empresas, naturalmente subordinado ao capital. Como aliás parece ser o que de fato ocorre nas organizações participativas contemporâneas, à exceção talvez das autogeridas.

Vejamos, a seguir, como o discurso oficial da Igreja, a partir de sua nova doutrina (social) iria simultaneamente ratificar a sua antiga posição em defesa da propriedade privada (como um direito natural) e a necessidade premente de participação do trabalho na administração das empresas, como garantia da humanização de seu ambiente, de suas funções e de dignificação de sua remuneração; necessidades estas, sem dúvida, decorrentes da visão de uma fraternidade de todos os humanos – postulado fundamental do cristianismo e pensamento inaugural das teorias sobre a igualdade das pessoas:

. Em Leão XIII (1878-1903), introduzindo sua Encíclica "Sobre a Condição dos Operários" ("Rerum Novarum"):

*"... estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das*

*classes inferiores, atendendo a que êles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida.*

*"O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para êles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio a gravar ainda mais o mal. Condenada muitas vêzes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo que se servil à imensa multidão dos proletários" <sup>82</sup>*

E, ainda:

*"... é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem suas forças e sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dêle como entender. Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que êsse campo não é outra coisa senão o salário transformado: o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito*

de propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socia  
lismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação."<sup>83</sup>

Ratificando a posição da Igreja em defesa do pensamento liberal:

"A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha.

"É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: 'Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois, quando cair, não terá ninguém que o levante' (Eccl 4, 9-12). E estoutra: 'O irmão que é ajudado por seu irmão é como uma cidade forte' (Prov. 18,19). Desta propensão natural, como dum único germe, nasce, primeiro, a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades que, por serem restritas e imperfeitas, não deixam de ser sociedades verdadeiras.

"Entre as pequenas sociedades e a grande, há profundas diferenças, que resultam do seu fim próximo. O fim da sociedade civil abrange universalmente todos os cidadãos, pois este fim está no bem comum, isto é, num bem do qual todos e cada um têm o direito de participar em medida proporcional. Por isso se chama público, porque 'reúne os homens para formarem uma nação' (S. Tomás, Contra impug., II, 8). Ao contrário, as sociedades que se constituem no seu seio são frágeis porque são particulares, e o são com efeito, pois a sua razão de ser imediata é a utilidade

particular e exclusiva dos seus membros: 'A sociedade particular, é aquela que se forma com um fim particular, como quando dois ou três indivíduos se associam para exercerem em comum o comércio' (Ib.).

"Ora, pelo fato de as sociedades particulares não terem existência senão no seio da sociedade civil, da qual são como outras tantas partes, não se segue, falando em geral e considerando apenas a sua natureza, que o Estado possa negar-lhes a existência. O direito de existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar. Por esta razão, uma sociedade civil que proibisse as sociedades públicas e particulares, atacar-se-ia a si mesmas, pois tôdas as sociedades públicas e particulares tiram a sua origem dum mesmo princípio: a natural sociabilidade do homem. Certamente se dão conjuturas que autorizam as leis a o por-se à fundação duma sociedade dêste genero. Se uma sociedade, em virtude mesmo dos seus estatutos orgânicos, trabalhasse para um fim em oposição flagrante com a probidade, com a justiça, com a segurança do Estado, os poderes públicos teriam o direito de lhe impedir a formação, ou de a dissolver, se já estivesse formada. Mas deviam em tudo isto proceder com grande circunspecção para evitar usurpação dos direitos dos cidadãos, e para não estatuir, sob a côr de utilidade pública, alguma coisa que a razão houvesse de desaprovar. Pois uma lei não merece obediência, senão enquanto é conforme com a reta razão e a lei eterna de Deus (Suma, I, II, q. 93, a 3, ad 2)." <sup>84</sup>

. Em Pio XI (1922-1939), na "Quadragesimo Anno" em comemoração do quadragésimo aniversário da Encíclica de seu predecessor (Leão XIII); sobre o caráter social da propriedade privada:

"Para vir agora ao particular, começamos pelo direito de propriedade. Sabeis, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, que Leão XIII de feliz memória defendeu tenazmente o direito de propriedade contra as aberrações dos socialistas do seu tempo, mostrando que a destruição do domínio particular reverteria, não em vantagem, mas em ruína da classe operária. Mas, como não falta quem, com flagrante injustiça, calunie o Sumo Pontífice e a Igreja de ter zelado e zelar somente os interesses dos ricos contra os proletários, e os mesmos católicos não concordam na interpretação do genuíno e verdadeiro modo de pensar de Leão XIII, pareceu-Nos bem vingar de tais calúnias a sua doutrina que é a católica e defendê-la de falsas interpretações.

(...)

"Primeiramente, tenha-se por certo que nem Leão XIII, nem os teólogos, que ensinaram seguindo a doutrina e direção da Igreja, negaram jamais ou puseram em dúvida a dupla espécie de domínio, que chamam individual e social, segundo diz respeito aos particulares ou ao bem comum; pelo contrário, foram unânimes em afirmar que a natureza ou o próprio Criador deram ao homem o direito do domínio particular, não só para êle prover às necessidades próprias e da família, mas para que sirvam verdadeiramente ao seu fim os bens destinados pelo Criador a toda a família humana: ora nada disto se pode obter, se não se observa uma ordem certa e bem determinada.

"Deve, portanto, evitar-se cuidadosamente um duplo erro, em que se pode cair. Pois, como negar ou cercear o direito de propriedade social e pública precipita no chamado 'individualismo' ou dêle muito a proxima, assim, também, rejeitar ou atenuar o direito de propriedade privada ou individual leva rapidamente ao 'coletivismo' ou pelo menos à necessidade de admitir-lhes os princípios." 85

Reafirmando a idéia de harmonização das forças produtivas (capital e trabalho) em contraposição à tese marxista da luta de classes:

*"Ninguém ignora que nunca um país se ergueu da miséria e pobreza a uma fortuna melhor e mais elevada sem a colaboração ingente de todos os cidadãos, tanto dos que dirigem o trabalho, como dos que o executam. Não é, porém, menos certo que êsses grandes esforços seriam inúteis e vãos, que nem sequer poderiam tentar-se, se Deus Criador do universo não tivesse na sua bondade fornecido antes as matérias-primas e as forças da natureza. Pois que é trabalhar, senão aplicar ou exercer as forças do corpo e do espírito nestas mesmas coisas ou por meio delas? Exige, porém, a lei natural, ou a vontade de Deus por ela promulgada, que se mantenha a devida ordem na aplicação dos bens naturais aos usos humanos: ora semelhante ordem consiste em ter cada coisa o seu dono. Daqui vem que, a não ser que alguém trabalhe no que é seu, deverão aliar-se as forças de uns com as coisas dos outros; pois que umas sem as outras nada produzem. Isto precisamente tinha em vista Leão XIII, quando escrevia: 'de nada vale o capital sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital' (Enc. Rerum novarum, § 28). Por conseguinte, é inteiramente falso atribuir, ou só ao capital ou só ao trabalho, o produto do concurso de ambos; e é injustíssimo que um dêles, negando a eficácia do outro, se arroge a si todos os frutos."*<sup>26</sup>

Denunciando o caráter perverso do capitalismo liberal individualista:

*"É coisa manifesta que em nossos tempos não só se amontoam riquezas, mas se acumula um poder imenso e um verdadeiro despotismo econômico nas mãos de poucos, que as mais das vezes não são senhores, mas simples depositários e administradores de capitais alheios com que negociam a seu talante.*

"Este despotismo torna-se intolerável naqueles que, tendo nas suas mãos o dinheiro, são também senhores absolutos do crédito e por isso dispõem do sangue de que vive t<sup>o</sup>da a economia, e de tal maneira a manejam, que ninguém pode respirar sem sua licença.

"Este acumular de poderio e recursos, nota característica da economia atual, é consequência lógica da concorrência desenfreada, à qual s<sup>o</sup> podem sobreviver ordinariamente os mais fortes, isto é, os mais violentos competidores e que menos sofrem de escrúpulos de consciência.

"Por outra parte, êste mesmo acumular de poderio gera três espécies de luta pelo predomínio: primeiro luta-se por alcançar o predomínio econômico, depois combate-se renhidamente por obter o predomínio no govêrno da nação, a fim de poder abusar do seu nome, fôrças e autoridade nas lutas econômicas; enfim, lutam os Estados entre si, empregando cada um dêles a força e influência política para promover as vantagens econômicas dos seus cidadãos, ou ao contrário empregando as forças e predomínio econômico para resolver as questões políticas que surgem entre as nações.

(...)

"As últimas consequências dêste espírito individualista no campo econômico são essas que vós, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, vêdes e lamentais: a livre concorrência matou-se a si própria; à liberdade do mercado sucedeu a ditadura econômica; à avidez do lucro seguiu-se a desenfreada ambição de predomínio; t<sup>o</sup>da a economia se tornou horrendamente dura, cruel, atroz." <sup>87</sup>

Na mesma linha de combate ao socialismo que caracteriza o Documento Pontifício de Leão XIII, a Encíclica de Pio XI, entretanto, ao estabelecer a diferença entre o pensamento comunista e o socialista, parece tangenciar a ideologia

social-democrata e trabalhista. Vejamos como:

*"Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou-se no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta ou solapadamente, mas à luz do dia, francamente e por todos os meios ainda os mais violentos: guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na prossecução destes objetivos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra." 88*

*"Mais moderada é a outra facção, que conservou o nome de socialismo: porque não só professa abster-se da violência, mas abrande e limita de algum modo, embora não as suprima de todo, a luta de classes e a extinção da propriedade particular. Dir-se-ia que o socialismo, aterrado com as conseqüências que o comunismo deduziu de seus próprios princípios, tende para as verdades que a tradição cristã sempre solenemente ensinou, e delas em certa maneira se aproxima: porquanto é inegável que as suas reivindicações concordam às vezes muitíssimo com as reclamações dos católicos que trabalham na reforma social." 89*

. Em Pio XII (1939-1958), sucessor do autor da "Quadragesimo Anno", a questão social volta à baila em uma série de pronunciamentos, entre eles a alocução comemorativa do 50º aniversário da Encíclica de Leão XIII ("Rerum Novarum") - "La Solennita della Pentecost" (1 de junho de 1941) -, na qual está claramente colocada a participação do trabalhador no processo de organização da produção coletiva:

*"...notai que tal dever<sup>90</sup> e o relativo ao trabalho é imposto e concedido ao indivíduo em primeira instância pela natureza e não pela sociedade, como se o homem não fosse outra coisa senão um simples servo*

*ou funcionário da comunidade. Donde se segue que o dever e o direito de organizar o trabalho do povo pertence primeiro que tudo aos imediatamente interessados: dadores de trabalho e operários. E se eles não cumprem a sua obrigação ou não o podem fazer por contingências especiais e extraordinárias, então entra no ofício do Estado intervir no campo e na divisão e distribuição do trabalho, pela forma e medida exigidas pelo bem comum retamente entendido."*<sup>91</sup>

Já em sua alocução "La vostra gradita presenza", sobre a paz no mundo e a colaboração das classes, o Sumo Pontífice romano reforça mais uma vez o anticomunismo ou, pelo menos, o preceito da revolução social, ao mesmo tempo que defende a justiça social e a "participação de todos" nas riquezas nacionais:

*"Não, não está na revolução, amados filhos e filhas, a vossa salvação; e é contrário à genuína e sincera profissão cristã o tender — pensando só no proveito próprio, exclusivo e material, sempre incerto — para uma revolução que proceda da injustiça e da insubordinação civil, e o tornar-se tristemente culpável do sangue dos compatriotas e da destruição dos bens comuns. Ai de quem esquece que uma verdadeira sociedade nacional inclui a justiça social e exige uma equitativa e conveniente participação de todos nos bens do País! Porque de outro modo, já vedes que a Nação acabaria por ser uma ficção sentimental, um pretexto fátuo, paliativo de grupos particulares para subtrair-se aos sacrifícios indispensáveis a conseguir o equilíbrio e a tranqüilidade pública: E descobrireis então como, menosprezando no conceito da sociedade nacional a nobreza que Deus lhe outorgou, as rivalidades e lutas intestinas se converteriam numa temível ameaça para todos."*<sup>92</sup>

. Em João XXIII (1958-1963), a questão social é tra

tada de forma clara e objetiva ao preconizar a participação do trabalho na vida das empresas:

*"Seguindo na direção indicada pelos Nossos Predecessores, também Nós consideramos que é legítima nos trabalhadores a aspiração a participarem ativamente na vida das empresas, em que estão inscritos e trabalham. Não é possível determinar antecipadamente o modo e o grau dessa participação, dependendo eles do estado concreto que apresenta cada empresa. Esta situação pode variar de empresa para empresa, e, dentro de cada empresa, está sujeita a alterações muitas vezes rápidas e fundamentais. Julgamos contudo útil chamar a atenção para a continuidade da presença ativa dos trabalhadores, tanto na empresa particular como na pública; deve-se tender sempre para que a empresa se torne uma comunidade de pessoas, nas relações, nas funções e na situação de todo o seu pessoal."*<sup>93</sup>

E, mais adiante, com base no discurso de seu antecessor:

*"Ora, isto exige que as relações entre empresários e dirigentes, por um lado, e trabalhadores, por outro, sejam caracterizadas pelo respeito, pela estima e compreensão, pela colaboração leal e ativa, e pelo amor da obra comum; e que o trabalho seja considerado e vivido por todos os membros da empresa, não só como fonte de lucros, mas também como cumprimento dum dever e prestação dum serviço. O que supõe, também, poderem os trabalhadores fazer ouvir a sua voz e contribuir para o bom funcionamento e o progresso da empresa. Observava o Nosso Predecessor Pio XII: A função econômica e social, que todo o homem aspira a desempenhar, exige que a atividade de cada um não se encontre submetida totalmente à vontade alheia (Alocução de 8 de outubro de 1956; cf. AAS XLVIII, 1956, pp. 799-800). Uma concepção humana da empresa, deve sem dúvida salvar a autoridade e a eficiência necessária da unidade de direção; mas não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e si*

*lenciosos executores, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões que os dirigem."*<sup>94</sup>

Ainda que considerado um Papa de discurso progressista, João XXIII reafirmaria em sua Encíclica "Mater et Magistra" o direito de propriedade, inclusive dos meios de produção:

*"O direito de propriedade privada, mesmo sobre bens produtivos, tem valor permanente, pela simples razão de ser um direito natural fundado sobre a prioridade ontológica e final de cada ser humano em relação à sociedade. Seria aliás inútil insistir na livre disposição dos meios indispensáveis para se afirmar. Além disso, a história e a experiência provam que, nos regimes políticos que não conhecem o direito de propriedade privada sobre os bens produtivos, são oprimidas ou sufocadas as expressões fundamentais da liberdade; é legítimo, portanto, concluir que estas encontram naquele direito garantia e incentivo."*<sup>95</sup>

Todavia, seguindo a mesma linha de seus predecessores, Angelo Giuseppe Roncalli destacaria a função social da propriedade privada:

*"Outro ponto de doutrina, proposto constantemente pelos Nossos Predecessores, é que o direito de propriedade privada sobre os bens possui intrinsecamente uma função social. No plano da criação, os bens da terra são primordialmente destinados à subsistência digna de todos os seres humanos, como ensina sãbiamente o Nosso Predecessor Leão XIII na Encíclica Rerum Novarum: Quem recebeu da liberdade divina maior abundância de bens, ou externos e corporais ou espirituais, recebeu-os para os fazer servir ao aperfeiçoamento próprio e, simultaneamente, como ministro da divina Providência, à utilidade dos outros: quem tiver talento, trate de o*

não esconder; quem tiver abundância de riquezas, não seja avaro no exercício da misericórdia; quem souber um ofício para viver, faça participar o seu próximo da utilidade e proveito do mesmo (*Acta Leonis XIII, XI, 1891, p. 114*). " <sup>96</sup>

. Em Paulo VI (1963-1978), mais uma vez o discurso Pontifício reafirmaria o direito de participação do trabalhador na direção da empresa e também na de seu País:

*"Nas empresas econômicas associam-se pessoas, isto é, homens livres e responsáveis, criados à imagem de Deus. Por isso, consideradas as tarefas de cada um, proprietários ou empregadores, dirigentes ou operários, e resguardada a necessária unidade de direção do empreendimento, promova-se de maneira a ser devidamente determinada a participação ativa de todos na gestão das empresas. Contudo, como muitas vezes se decide, não já na própria empresa, mas em instâncias superiores, sobre as condições sociais e econômicas, das quais depende a sorte futura dos trabalhadores e de seus filhos, participem também nestas deliberações, por si mesmos ou por meio de representantes livremente eleitos."* <sup>97</sup>

. Em João Paulo II (1978 em diante), na sua Carta Encíclica "Laborem Exercens" em comemoração ao 90º aniversário da "Rerum Novarum", o discurso pontifício é atualizado, reafirmando, simultaneamente, os preceitos da doutrina cristã. Vejamos como:

1 - "Resolvendo" o conflito potencial entre o trabalho e o capital pela priorização do primeiro em relação ao segundo:

*"Princípio da prioridade do trabalho"*

*"Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente"*

te primária, enquanto que o 'capital', sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente, que resulta de toda a experiência histórica do homem." 98

## 2 - Argumentando o Princípio antes exposto:

"É preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. E tudo aquilo que está contido no conceito de 'capital', num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas. Ao passo que o homem, como sujeito do trabalho, independentemente do trabalho que faz, o homem, e só ele, é uma pessoa. Esta verdade contém em si conseqüências importantes e decisivas." 99

E, ainda, ao reforçar a tese católica da solidariedade natural entre o capital e o trabalho, em oposição à postulação marxista do irreconciliável conflito entre essas forças produtivas; sugere literalmente a participação do trabalho "em todo o processo de produção":

"À luz de tal verdade vê-se claramente, antes de mais nada, que não se pode separar o 'capital' do trabalho e que de maneira nenhuma se pode contrapor o trabalho ao capital e o capital ao trabalho e, menos ainda - como adiante se verá - se podem contrapor uns aos outros os homens concretos, que estão por detrás destes conceitos. Pode ser reto, quer dizer, em conformidade com a própria essência do problema, e reto ainda, porque intrinsecamente verdadeiro e ao mesmo tempo moralmente legítimo, aquele sistema de trabalho que nos seus fundamentos, supera a antinomia entre trabalho e capital, procurando estruturar-se de acordo com o princípio em precedência enunciado: o princípio da prioridade substancial e efetiva do trabalho, da subjetividade do mesmo trabalho humano e da sua participação eficiente em todo o processo de produção, e isto in

*dependentemente da natureza dos serviços prestados pelo trabalhador.*"<sup>100</sup>

3 - Mais uma vez se evidencia no discurso papal a defesa da propriedade privada, ainda que, nos tempos contemporâneos, abrandada pela idéia do "direito ao uso comum" dessa propriedade:

*"A Encíclica Rerum Novarum, que tem por tema a questão social, põe em realce também este problema (da sociedade), recordando e continuando a doutrina da Igreja sobre a propriedade e sobre o direito de propriedade privada, mesmo quando se trata dos meios de produção. E a Encíclica Mater et Magistra fez a mesma coisa.*

*"O princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua a ser ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo, nos decênios que se seguiram à publicação da Encíclica de Leão XIII. E ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo. Neste segundo caso, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade, precisamente. A tradição cristã nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos a utilizarem os bens da criação inteira: o direito à propriedade privada está subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens."*<sup>101</sup>

4 - De modo mais explícito, a questão da socialização do capital produtivo entre as forças de produção e, principalmente (senão conseqüentemente), o direito do trabalho de participar no processo decisório da empresa e nos seus lucros, está posto no texto da mais nova Encíclica Pontifícia sobre a questão social:

"...numerosas proposições enunciadas pelos peritos da doutrina social católica e também pelo supremo Magistério da Igreja adquirem um significado de particular relevo. Trata-se de proposições que dizem respeito à propriedade dos meios de trabalho, à participação dos trabalhadores na gestão e/ou nos lucros das empresas, o chamado 'acionariado' do trabalho, e coisas semelhantes. Independentemente da aplicabilidade concreta destas diversas proposições, permanece algo evidente que o reconhecimento da posição justa do trabalho e do homem do trabalho no processo de produção exige várias adaptações, mesmo no âmbito do direito da propriedade dos meios de produção."<sup>102</sup>

5 - A argumentação da tese da ampla participação do trabalho no processo produtivo, do ponto-de-vista oficial do Vaticano, coincide com a crítica à excessiva centralização das organizações burocráticas:

"... o homem que trabalha deseja não só receber a remuneração devida pelo seu trabalho, mas deseja também que seja tomada em consideração, no mesmo processo de produção, a possibilidade de que ele, ao trabalhar, ainda que seja numa propriedade comum, esteja cõscio de trabalhar 'por sua conta'. Esta consciência fica nela abafada, ao encontrar-se num sistema de centralização burocrática excessiva, na qual o trabalhador se vê sobretudo como peça duma engrenagem num grande mecanismo movido de cima; e ainda - por várias razões - mais como um simples instrumento de produção do que como um verdadeiro sujeito do trabalho, dotado de iniciativa própria."<sup>103</sup>

Assim posto, percebe-se claramente, a evolução do discurso da Igreja Romana, partindo de uma posição de defesa dos interesses do trabalho conservadora, para uma mais progressista, ainda que igualmente definida no estrito respeito às postulações fundamentais da doutrina católica, tais como

o "direito natural" de propriedade privada.

Parece assim congruente o pensamento atual da Igreja com a ideologia do trabalhismo e da social-democracia, no que concerne à humanização do trabalho, em sentido amplo, (o que passa, necessariamente, pela sua cumplicidade na formulação da decisão) preservado, todavia, o postulado da propriedade privada e o direito de livre empresa, como seu corolário natural. Daí porque visualizamos essas três grandes linhas de pensamento como sendo as doutrinas que inspiram os modelos de participação na gestão (como a co-gestão), que estudaremos a seguir.

## 6 - Síntese do Capítulo III

Neste capítulo tratamos do referencial teórico-ideológico que suporta os modelos participativos de gestão, isto é, aqueles nos quais o trabalho também seria ator — em algum grau — no processo decisório organizacional. Assim, concentramos nosso estudo, ainda que sem maior aprofundamento, no pensamento anarquista de Proudhon e, no socialismo (científico) de Marx e Engels.

Por outro lado, nossa curiosidade sobre os princípios fundamentais que embasam as organizações onde o trabalho é partícipe do processo de decisão, nos conduziu às diversas visões sobre a questão da igualdade das pessoas, visões estas que, nas suas diversas concepções teóricas ao longo da História (aqui delimitada de Cristo a Sartre), registramos como o postulado fundamental a iluminar os modelos de participação na gestão.

A Figura 3 (página 148) esboça, em linhas gerais, a tese que pretendemos sustentar ao longo deste capítulo, qual seja: os modelos clássicos de gestão contemplam dois casos limites: a heterogestão e a autogestão (os quais classificamos como "puros", tendo em vista a homogeneidade dos conceitos que os embasam) e um caso híbrido (que se manifesta de diversas formas, entre elas a co-gestão) porque intenta a síntese entre os pensamentos que inspiram os anteriores.

De acordo com essa mesma tese, assim como encontramos o princípio básico do modelo da autogestão nas teorias da

igualdade das pessoas, identificamos como princípio fundamental de heterogestão o preceito da propriedade privada como direito natural.

Finalmente, as diversas formas de gestão participativa que as organizações hodiernas apresentam, por se basearem no reconhecimento da propriedade privada dos meios de produção e, simultaneamente, no direito do trabalho à participação no processo decisório da vida organizacional, por certo, constituiriam uma forma não homogênea (ideologicamente eclética) de organização. Daí a nossa classificação como modelo híbrido.

No capítulo seguinte estudaremos os principais casos de organizações participativas, com base nas experiências universalmente consideradas como mais relevantes, a saber:

- . O modelo da autogestão da Iugoslávia e
- . O modelo da co-gestão da R.F.A.

# O PENSAMENTO, AS DOCTRINAS E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO

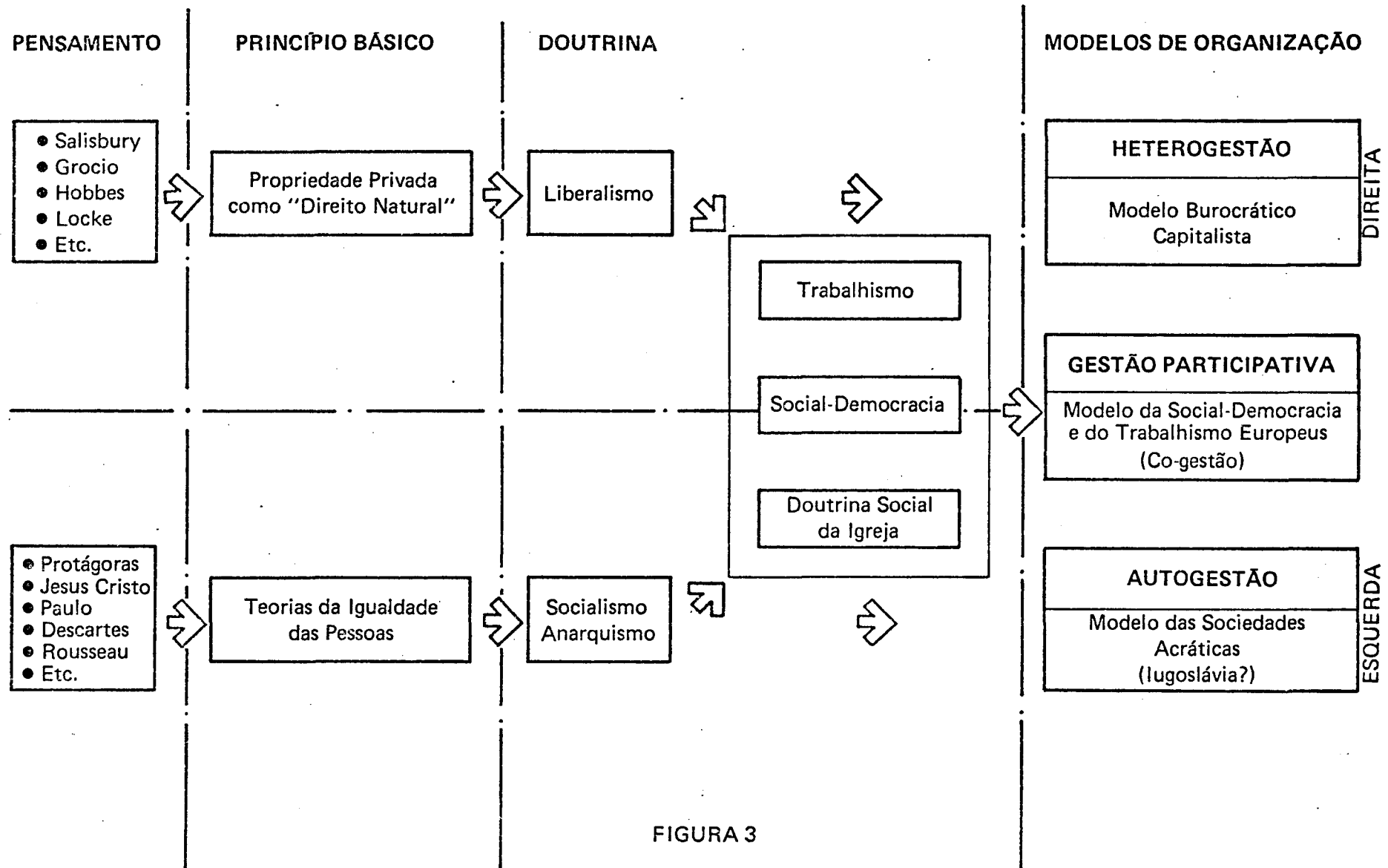


FIGURA 3

## NOTAS DO CAPÍTULO III

- 1 GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon, 1976, p. 46 (grifo dos autores).
- 2 GUILLERM e BOURDET, Op. cit., p. 47 (grifos deste ensaísta).
- 3 DESCARTES, René. "Oeuvres", 1949. Ap. GUILLERM e BOURDET. Op. cit., p. 48-9 (grifos dos autores).
- 4 GUILLERM e BOURDET, Op. cit. p. 48-9.
- 5 Id. p. 49 (grifos dos autores).
- 6 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, 1976, p. 241.
- 7 ROUSSEAU. Op. cit. p. 283.
- 8 Id. p. 288.
- 9 Referindo-se à Descartes.
- 10 SARTRE, Jean-Paul. "Descartes, Introduction et choix" (de textes), 1946. Ap. GUILLERM e BOURDET. Op. cit. p.50.
- 11 SARTRE, Jean-Paul, 1964, p. 213.
- 12 ROUSSEAU, 1976. Op. cit. p. 265 (grifo do autor).
- 13 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípio do direito político, 1976, p. 28.
- 14 ROUSSEAU, 1976. Op. cit. p. 28 (nota do autor da Introdução à Obra).
- 15 Id. p. 37.
- 16 Id. p. 37-8.
- 17 Id. p. 38 (grifos deste ensaísta).
- 18 Id. p. 38 (grifos deste ensaísta).
- 19 Id. p. 39 (grifos deste ensaísta).
- 20 Id. p. 39 (grifos deste ensaísta).
- 21 Id. p. 39-40 (grifos do autor).
- 22 GUILLERM e BOURDET, Op. cit. p. 52-3.
- 23 MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. 1844. Ap. NIELSON NETTO, Henrique, 1985, p. 188.

- 24 ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Ap. GUILLERM e BOURDET. Op. cit. p. 98.
- 25 GUILLERM e BOURDET. Op. cit. p. 99.
- 26 RAMOS, Alberto Guerreiro, 1981, p. 173 (grifos deste ensaísta).
- 27 RAMOS, Op. cit. p. 173.
- 28 SINGER, Paul, 1983, p. 19.
- 29 SINGER, Op. cit. 19.
- 30 Id. p. 22 (grifos deste ensaísta).
- 31 Id. p. 24.
- 32 Id. p. 27.
- 33 MARX, Karl, O Capital, 1968, p. 881-2.
- 34 SINGER, Op. cit. p. 26.
- 35 Id. p. 27-8.
- 36 BURNS, Edward McNall, 1983, p. 698 (grifos e ? deste ensaísta).
- 37 BURNS, Op. cit. p. 698.
- 38 MOTTA, Fernando Prestes, s.d., p. 168.
- 39 GUILLERM e BOURDET, Op. cit. p. 56-7.
- 40 BANCAL, Jean, 1984 p. 23-4.
- 41 PROUDHON, Pierre-Joseph. "Qu'est-ce que la propriété? 1920, p. 215.  
Ap. MOTTA, Op. cit. p. 53.
- 42 BANCAL, Op. cit. p. 30.
- 43 Id. p. 30.
- 44 Id. p. 30.
- 45 MOTTA, Op. cit. p. 53.
- 46 SCHILLING, Kurt. História das Idéias Sociais, p. 311.
- 47 PROUDHON, Ap. BANCAL, Op. cit. 108.
- 48 BANCAL, Op. cit. 108.
- 49 ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de, 1983, p. 38.
- 50 PROUDHON, Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 37.

51. Pierre-Joseph Proudhon.
52. Karl Marx.
53. MOTTA, Fernando Prestes, 1981, Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 38.
54. MOTTA, Op. cit. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 38.
55. PROUDHON. "Système de contradictions économiques: philosophie de la misère" 1923. Ap. MOTTA, Fernando Prestes. s.d. p. 85.
56. Id. p. 89.
57. ALMEIDA, Op. cit. 38.
58. BANCAL, Op. cit. p. 60.
59. Id. p. 62-4.
60. ALMEIDA, Op. cit. p. 39(parafraseando MOTTA, F.Prestes,),grifos deste ensaísta.
61. MOTTA, 1981, Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 39 (grifos deste ensaísta).
62. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 39.
63. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 39.
64. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 39.
65. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 39.
66. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 41.
67. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 41 (grifos deste ensaísta).
68. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 41.
69. Id. Ap. ALMEIDA, Op. cit. p. 41.
70. SANTOS, Antonio e MIRANDA, Orlando, 1985, p. 7.
71. Ap.SANTOS e MIRANDA, Op. cit. p. 11.
72. SANTOS e MIRANDA, Op. cit. p. 11.
73. Id. p. 13.
74. Id. p. 16.
75. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, v. 10, p. 920.
76. SANTOS e MIRANDA, Op. cit. p. 8.

- 77 Id. p. 8.
- 78 ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. V. 10 p. 920.
- 79 Ap. SANTOS e MIRANDA Op. cit. p. 44.
- 80 PIO, Papa XI, 1937, p. 16-7. (grifos deste ensaísta).
- 81 MOTTA, 1982, p. 51. (grifos deste ensaísta).
- 82 LEÃO, Papa XIII, 1959, p. 4.
- 83 Id. p. 5-6.
- 84 Id. p. 31-2. (grifo deste ensaísta).
- 85 PIO, Pápa XI, 1959, p. 18-9.
- 86 Id. p. 22-3.
- 87 Id. p. 38-9.
- 88 Id. p. 41.
- 89 Id. p. 41-2.
- 90 O Pontífice refere-se ao "dever natural, grave e individual de manuten  
ção da vida".
- 91 PIO, Papa XII, 1980, p. 35 (grifo deste ensaísta).
- 92 Id. p. 37. (grifo deste ensaísta).
- 93 JOÃO, Papa XXIII. 1962, p. 22-3. (grifo deste ensaísta).
- 94 Id. p. 23. (grifo do autor).
- 95 Id. p. 26.
- 96 Id. p. 29. (grifos do autor).
- 97 PAULO, Papa VI, 1965, p. 85-6.
- 98 JOÃO PAULO, Papa II, 1981, p. 3.
- 99 Id. p. 3.
- 100 Id. p. 3. (grifos do autor).
- 101 Id. p. 3. (grifos do autor).
- 102 Id. p. 3. (grifos do autor).
- 103 Id. p. 3.

## **CAPÍTULO IV**

### **MODELOS DE PARTICIPAÇÃO**

## 1 - Prólogo

A Figura 3 (página 148) com a qual pretendemos resumir (com as limitações da linguagem gráfica) o pensamento, os princípios básicos e as doutrinas que suportam os modelos das organizações contemporâneas, como vimos, nos aponta a possibilidade de ocorrência de dois tipos de organizações que, na falta de melhor categorização, chamamos de "puras" e um terceiro "híbrido", na medida em que resulta dos primeiros ao intentar conciliar os princípios básicos que os norteiam.

Com efeito, o modelo organizacional da heterogestão, tendo como princípio fundamental a propriedade privada e, em função de tal princípio, impondo a subordinação dos detentores da força de trabalho ao procurador do capital, se evidencia, assim, como "puro" (no sentido de que não é misturado), já que, no nosso entender, não poderia haver igualdade entre os humanos divididos em classes, como por exemplo, a dos proprietários e a dos despossuídos.

De modo análogo, categorizamos o modelo da autogestão como sendo também uma organização "pura" (fundamentado no princípio da igualdade das pessoas).

Em consequência, visualizamos os modelos genericamente denominados como de participação na gestão, como constituindo casos de organizações híbridas, na medida em que tentam conciliar os dois princípios básicos e antipodais, norteadores dos modelos anteriores.

Estudaremos, a seguir o modelo autogestionário tomando por base a experiência iugoslava.

Não discutiremos as formas que a heterogestão pode

assumir porque: 1 - quase toda a literatura sobre administração estuda o fenômeno dessas organizações antinaturais; 2 - porque estaríamos fugindo ao tema deste trabalho (participação).

Finalmente, na seção 3 deste Capítulo cuidaremos de expor sobre o modelo da Co-gestão, da R.F.A., talvez, o exemplo mais desenvolvido de gestão participativa.

## 2 - A autogestão

Derivando do pensamento dos socialistas utópicos e, como vimos no capítulo anterior, principalmente do de Proudhon, a primeira tentativa de construção de uma sociedade autogerida (excluídas as hordas pré-históricas de trabalho sem série - às quais já nos referimos - e as comunas medievais da Europa, de organização feudal) parece ter sido tentada nos breves quarenta dias de vida da Comuna de Paris, instituída pelos vitoriosos da insurreição popular de 18 de março de 1871 e considerada a primeira república proletária da história.

À essa heróica e fugaz aventura revolucionária do povo parisiense da segunda metade do século passado, diversas outras tentativas de experiências autogestionárias se sucederiam. Entre elas destacamos:

- . o modelo da Guerra Civil espanhola (1936-39);
- . a autogestão iugoslava (1950 em diante);
- . a autogestão húngara;

- . a autogestão da Tchecoslováquia;
- . a recente e não vivenciada proposta do sindicato "Solidarinosci" (solidariedade) polonês (1981);
- . etc.

De todas essas experiências autogestionárias, a mais duradoura e única ainda em curso é a que vem se realizando na Iugoslávia há já mais de três décadas. Assim, seguindo a tendência da maioria dos autores sobre o tema, descreveremos em linhas gerais o modelo autogestionário com base nessa experiência.

Como bem assinala o professor Paulo Roberto Motta: *"A compreensão da autogestão empresarial (...) depende, primordialmente, do entendimento dos sistemas político, social e econômico existentes no país e que servem de premissas para a definição dos critérios de autogestão."*<sup>1</sup>

Na mesma linha do pensamento do mestre citado, cremos que esses sistemas (político, social e econômico) decorrem, por sua vez, de condicionantes geográficos, culturais e, principalmente, da história dos povos que habitam a região, no caso, os Bálcãs.

A seguir resumimos esses fatores condicionantes do modelo de organização da autogestão iugoslava.

A Iugoslávia é um Estado recente. Está localizado no Sudeste Europeu e é limitado por uma série de países. Banha-se a oeste pelo Mar Adriático, limita-se ao sul pelas Albânia e Grécia, a leste pelas Bulgária e Romênia e ao norte pelas Hungria, Áustria e Itália.

Esse Estado surge em consequência da Primeira Guerra Mundial, à qual ele é também uma das causas. De fato, o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo (1914) é considerado historicamente o ponto de partida do primeiro conflito de proporções universais que a humanidade iria viver.

Organiza-se o Estado iugoslavo sob a forma monárquica (1929), e este sistema vigirá na Iugoslávia até 1945, quando o falecido Marechal Josip Broz Tito, liderando um grupo de revoltosos, proclama a República Popular da Iugoslávia, uma república que surge sob inspiração socialista e com a proposta de construção de uma sociedade igualitária.

De 1945 a 1950, a Iugoslávia experimenta uma organização econômica inspirada no modelo soviético, isto é, um sistema de planificação central, sistema esse que, parece, encontrou grandes dificuldades de implementação devido, principalmente, à enorme diversidade cultural dos povos de nacionalidade iugoslava. Com efeito, três são as línguas oficiais na Iugoslávia: o servo-croata, que é a língua coloquial, o esloveno e o macedônio. Se professam no seu território vários credos. A população está mais ou menos assim distribuída (dados de 1986): 41% são ortodoxos, 32% católicos romanos, 12% mulçumanos, 15% praticam outros credos ou não são crentes.

A organização do Estado é formada por seis Repúblicas e duas Províncias<sup>2</sup>. A etnia desse povo é basicamente sérvia, croata, eslovena, macedônica, albanesa e mulçumana. Além de dezessete outras minorias, entre as quais, as mais importantes, são os montenegrinos, os húngaros, turcos etc. A Iu

goslândia nasce assim uma federação forte, porque, na verdade, ela é uma federação de Estados autônomos.

Quando reunimos povos que falam vários idiomas e que seguem falando seus idiomas, com variadas etnias, e que professam diferentes credos religiosos etc., parece ser por demais arbitrária a adoção de qualquer sistema social globalizante, como o é, certamente, o modelo de planificação centralizada.

Por outro lado, no interessante estudo de caso que o professor Roberto Venosa nos apresenta sob o título geral de "A institucionalização de tipologias organizacionais", o eminente mestre busca as raízes históricas da organização autogestionária iugoslava nas suas formas primitivas e mais de cinco vezes centenárias: as "zadrugas".

Vejamos como o mestre da EAESP/FGV se pronuncia:

*"Logo que iniciamos o estudo das práticas organizacionais na Iugoslândia do pré-II Guerra Mundial, constatamos a presença freqüente de uma situação social da vida camponesa - a 'zadruga' - a saber, a família comunitária extensiva, unidade de base da comunidade rural.*

*"Não é possível obter-se uma definição única que abranja todas as variantes de 'zadrugas', no entanto, se nos ativermos aos elementos essenciais, podemos considerá-la como: uma comunidade constituída por uma ou várias famílias consangüíneas ou com relações de parentesco, possuindo em comum os meios de produção, consumindo e regulando em conjunto a propriedade e a vida da comunidade.*

*"A rigor podemos distinguir três grandes regiões onde as 'zadrugas' foram particularmente numerosas. A primeira região cobre o Monte negro e o norte da Albânia, portanto, a região sul da Iugoslândia. Nesta*

região, a 'zadruga', como organização familiar predominante, teve um pa  
pel fundamental, mas por volta de 1938 seus vestígios já eram raros.

"A segunda região engloba as montanhas da Bósnia-Herzegovina, o oeste da Croácia e o norte da Macedônia, portanto, o centro-oeste da Iugoslávia. Nesta região, bem maior que a primeira, cuja economia era mar  
cadamente rural — criação de gado —, as 'zadrugas' subsistiram durante uma boa parte do século XX.

"A terceira região se estende pelas planícies e vales cro  
tas, Sérvia e centro-oeste búlgaro, portanto, o leste da Iugoslávia. Po  
dia-se encontrar nesta região, até os anos 40, uma vida comunitária do gê  
nero 'zadruga'." <sup>3</sup>

Mais adiante, Venosa esclarece sobre a estrutura e o funcionamento das "zadrugas":

"As 'zadrugas', ou comunidades domésticas do campo, identi  
ficas como o modelo de organização social na Iugoslávia agrária, apresen  
tavam um modo de funcionamento e uma organização interna que possuíam co  
mo características principais a regularidade e a semelhança, as quais e  
ram independentes de fatores étnicos ou religiosos.

"Quaisquer que fossem as regiões, a estrutura formal das 'za  
drugas' permanecia a mesma. No cume da hierarquia encontrávamos o chefe da família — 'domacin' ou 'staresina' — que executava funções bem defini  
das.

"Este chefe representava a comunidade no diálogo com as auto  
ridades da república e era o responsável pela compra e venda de bens da 'zadruga'. Os casamentos eram acertados entre os chefes, que também se incumbiam da escolha dos padrinhos. Tanto interna quanto externamente à 'zadruga', eles arbitravam as disputas e as querelas." <sup>4</sup>

E ainda:

"Como a autoridade do chefe era delegada, ele conservava seu posto enquanto gozasse da confiança e do respeito da comunidade. Seu poder era instável e sempre inferior ao do 'pater-famílias'. O chefe da comunidade tinha muito menos autoridade que um chefe de família, o qual, segundo a lei, era o único proprietário de suas terras e o único responsável pela sua família. Nos negócios, por exemplo, o chefe de uma 'zadruga' consultava todos os homens casados da comunidade. No caso de dissolução da 'zadruga' a divisão do patrimônio era decidida pelo conselho da família e as decisões eram tomadas por unanimidade absoluta." <sup>5</sup>

Prosseguindo, o autor assim descreve o processo de cisório nas "zadrugas":

"O conselho era a instância máxima de decisão. Os membros do conselho deveriam ser homens com mais de 15 anos e casados. Mesmo quando as famílias eram menores e mesmo quando as mulheres tiveram uma influência maior na comunidade, o homem continuou a ser a autoridade suprema. Em todas as consultas anteriores à efetivação dos negócios e em todas as eleições somente os homens intervinham. Era raro que uma mulher ascendesse à chefia da 'zadruga' e jamais uma mulher sucedeu outra mulher no posto de 'domacin'.

"As mulheres e especialmente a chefe do grupo feminino — a 'domacica' — tinham também papéis bem definidos. A função da chefe do grupo feminino era definida à semelhança da função de 'domacin' e os fundamentos de sua autoridade sobre as outras mulheres eram também econômico-religiosos." <sup>6</sup>

Comentando a originalidade da estrutura de poder da "zadruga", Roberto Venosa afirma:

"Dentro das 'zadrugas' se superpunham uma estrutura executiva e uma estrutura legislativa eminentemente participativa, o que tornava a organização das comunidades agrárias radicalmente original. Este ti

po de organização social era essencialmente democrático, toda autoridade era delegada e o poder máximo ficava com o conselho. O chefe não era em realidade mais que um 'executivo' das decisões do conselho. Ele era responsável pela 'planificação' do trabalho, pela 'execução' das tarefas diárias e pelo 'controle' de tudo. Ele representava também a comunidade nas assembléias do vilarejo e perante o governo. Ele recebia os hóspedes. Entretanto, todas as decisões importantes eram amadurecidas no conselho; assim, por exemplo, o chefe não podia decidir sozinho a compra ou venda de terras. Os outros itens de igual importância, isto é, a compra de gado, as novas construções, a exclusão de um membro, eram, segundo os costumes, 'ruminadas' durante longas e numerosas consultas ao conselho." <sup>7</sup>

É também deveras esclarecedor o discurso do autor, ao analisar alguns aspectos culturais dos membros das "zadrugas":

"Na vida cotidiana, as práticas ritualescas eram preservadas para consolidar o espírito de grupo. As refeições eram feitas em comum, habitava-se uma única casa (Kuca), a comida era servida num prato único (sinja) que circulava na mesa. Era comum não haver utensílios de cozinha suficientes e vários se servirem dos mesmos. Os utensílios de mesa (facas, colheres, garfos, etc.) não eram nunca suficientes, o que, segundo Vucinich, não é passível de entendimento, a não ser que admitamos uma vontade expressa de manutenção da vida comum, pois os camponeses eram hábeis artesãos e poderiam facilmente suprir esta falta de utensílios." <sup>8</sup>

Finalizando o seu extraordinário estudo, do qual apresentamos os excertos acima, o professor Roberto Venosa, apoiando-se na tese marxista, assim se refere à passagem dessa sociedade rural que se organizava em "zadrugas" para a sociedade urbana e industrial organizada com base nas OBTAs (organizações básicas do trabalho associado), que trataremos a se

guir:

*"A habilidade de Tito e do Partido talvez tenha sido a de transformar em escolha o que era em realidade uma imposição social.*

*"O que confirma mais uma vez a frase de Marx no 18 Brumário de Luís Bonaparte:*

*" 'Les hommes font leur propre histoire, mais ils ne la font pas arbitrairement, dans les conditions choisies par eux, mais dans des conditions directement données et héritées du passé. La tradition de toutes les générations mortes pèse d'un poids très lourd sur le cerveau des vivants. Et même quand ils semblent occupés à se transformer eux et les choses, à créer quelque chose de tout à fait nouveau, c'est précisément à ces époques de crises révolutionnaires qu'ils évoquent craintivement les esprits du passé, qu'ils leur empruntent leurs noms, leurs mots d'ordre, leurs costumes, pour apparaître sur la nouvelle scène de l'histoire sous ce déguisement respectable et avec ce langage emprunté.'*

*"Assim, se a sociedade é um produto humano, os mortos governam o mundo." 9*

Em seu artigo "Autogestão: a experiência empresarial iugoslava", o professor Paulo Roberto Motta assim descreve a estrutura do sistema empresarial daquele Estado socialista:

*"O Sistema empresarial iugoslavo tem como base a unidade produtiva denominada Organização Básica do Trabalho Associado (OBTA) que, numa analogia aproximada, constitui a terminologia iugoslava para empresa. Chama-se OBTA porque significa que trabalhadores associam seu trabalho, organizado por autogerência, para desempenhar tarefas econômicas com recursos sociais. As OBTA's são entidades legais, independentes, que detêm autonomia para decisões empresariais e, como empresas ou unidades produ*

tivas, possuem as mais variadas formas e tamanhos. No sistema de planejamento social iugoslavo, a OBTA se constitui não só no ponto de partida, como no objetivo último do processo decisório baseado na autogerência, pois é nela que se passa a luta pela maior produtividade e se fixam os critérios de distribuição de renda. Em suma, a OBTA pode: a) gerenciar todos os meios de produção de que dispõe; b) tomar todas as decisões relacionadas ao planejamento organizacional para a aquisição da receita empresarial; c) fixar os critérios de distribuição de renda interna. Em contrapartida ao poder das OBTA's para adquirir e distribuir recursos, existe a sua responsabilidade para com a sociedade. É da sua receita que advêm as contribuições para a manutenção das outras organizações sociais e políticas do país como as comunidades de interesse (escolas, hospitais, etc.), as organizações políticas e órgãos estatais.

"As OBTA's, como unidades produtivas, podem associar-se a um todo integrado maior chamado Organização de Trabalho (OT) e esse em unidades mais amplas chamadas Organizações Compósitas (OC). As OCs e as OTs são também organizadas segundo uma imensa pluralidade de formas e tamANHOS, de acordo com as próprias características do negócio ou atividade econômica que exercem. Assim, o número de empregados de uma OBTA ou de uma Organização de Trabalho ou Organização Compósita é extremamente variável, quer seja a atividade econômica um hotel, uma empresa de construção civil ou um grande banco." (Figura 4).

"As organizações de trabalho e as organizações compósitas são formas associativas e cooperativas que se reúnem livremente para união de interesses e cooperação mútua. Lembrem, muitas vezes, empresas holding, com subsidiárias, que seriam as OBTA's. A comparação é feita simplesmente como analogia porque, na verdade, a relação de poder é inversa à relação de poder comum holding-subsidiária.

## ORGANIZAÇÃO COMPÓSITA DO TRABALHO ASSOCIADO (OC)

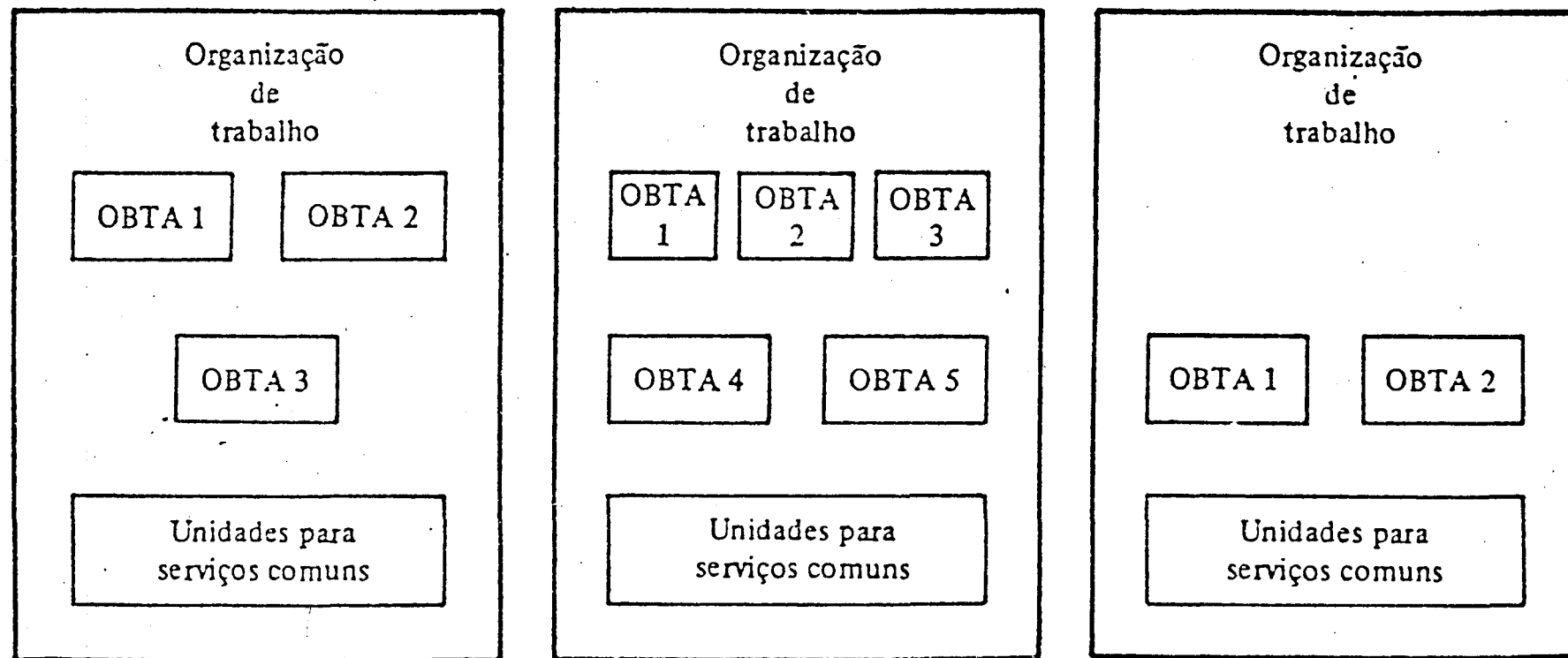


FIGURA 4

(Ap. MOTTA, P. Roberto, 1980, p. 13)

"No caso iugoslavo, o poder formal, bem como o desejo de co operação, continuam a ser exercidos pela unidade elementar de trabalho associado que é a OBTA. As OTs e as OCs não possuem receita, mesmo cons tituídas por uma associação de OBTA's, e a renda adquirida pertence a ca da OBTA. Essas, porém, devem arcar com as despesas dos serviços comuns e cooperativos.

"Em muitos casos, no entanto, as OBTA's associadas a uma Orga nização de trabalho decidem não só compartilhar as decisões sobre plane jamento empresarial e aquisição da receita, mas também a renda bruta do trabalho coletivo. As OTs e as OCs constituem, de fato, formas mais am plas de associações empresariais. Assim, numa simples analogia, ressalva das as diferenças fundamentais, as OTs seriam comparáveis a uma holding de empresas do mesmo ramo; as OCs seriam comparáveis à holding de OTs em ramos correlatos. Existe, ainda, no sistema iugoslavo, uma associação mais ampla, denominada Ramo Econômico, constituído por associações nacio nais de grupos empresariais (normalmente OCs) que exercem a mesma ativi dade econômica no país.

"A terminologia empresarial iugoslava, conforme foi visto, tende a retratar diferenças no sentido de amplitude, a partir da base do sistema que é a Organização Básica do Trabalho Associado. No entanto, de vido às próprias peculiaridades do sistema empresarial, inerentes às ati vidades econômicas que exercem, ou por outros fatores de ordem política, os critérios de definição de uma OBTA ou OT são, na prática, bastante va riáveis. Algumas OBTA's são muito maiores que muitas OTs. Subdivisões ad ministrativas, por vezes, criam dentro das OBTA's centros de decisão por autogerência tão importantes que parecem retratar outras OBTA's internas. Esta complexidade, porém, pode ser perfeitamente compreendida se, na de vida proporção, se fizer comparações com sistemas empresariais de outros países." <sup>10</sup>

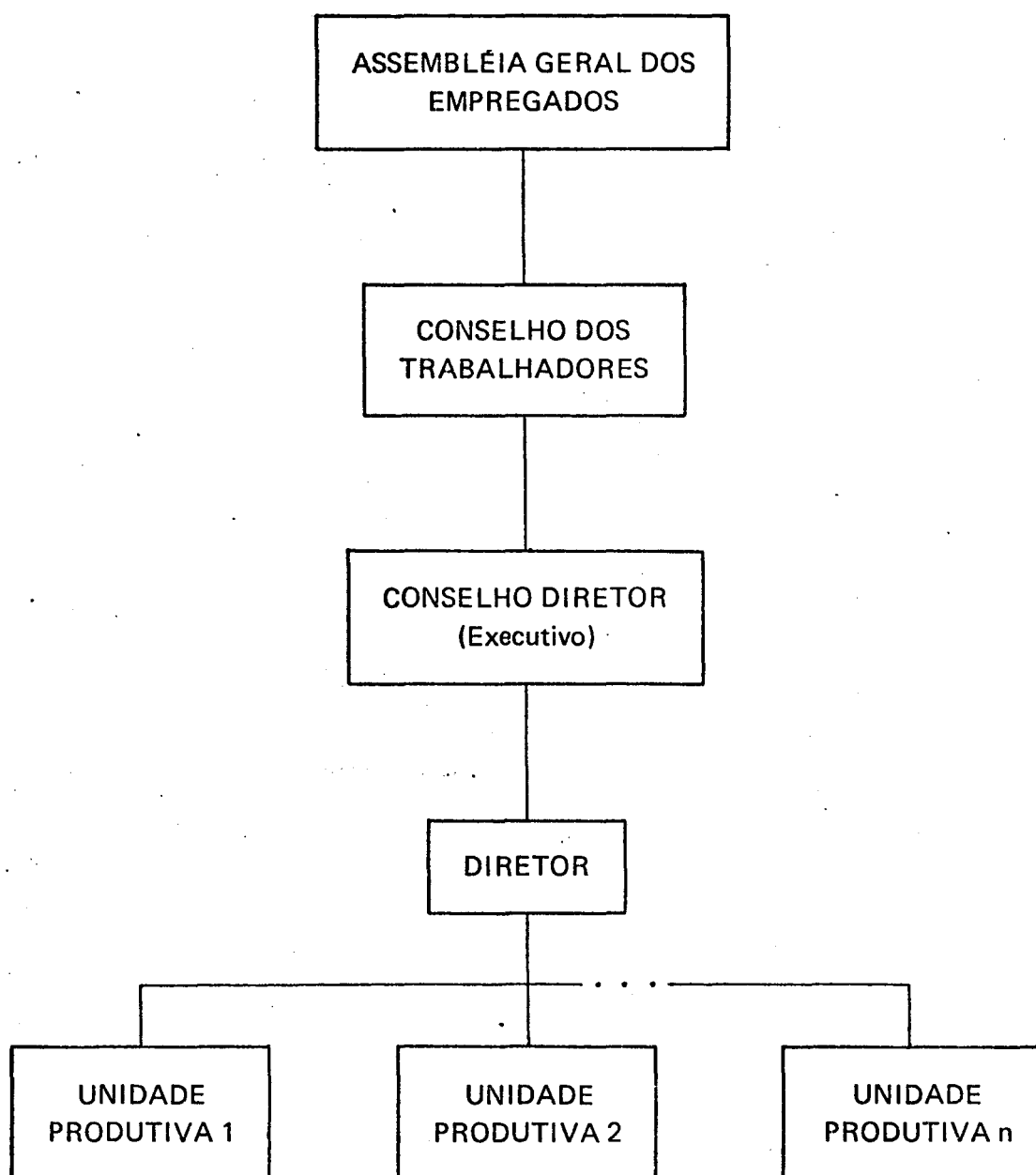
A Figura 4, também baseada no mesmo trabalho de Paulo Motta, resume didaticamente a organização do sistema empresarial iugoslavo.

Vejamos a seguir a estrutura interna de organização das OBTA's, OT's e como estas se relacionam com o Estado. Para tanto trabalharemos mais uma vez com o artigo de P. Motta (citado) e com o trabalho "A Autogestão iugoslava" de Bertino de Queiroz.<sup>11</sup>

A Figura 5 apresenta a organização interna de uma OBTA. Nela podemos observar que o órgão deliberativo maior é a Assembléia Geral dos Empregados a qual elege o Conselho dos Trabalhadores. O órgão executivo máximo é o Conselho Diretor, eleito para um mandato de 4 anos reconduzível. Subordinado ao Conselho Diretor está o Diretor da OBTA que coordena o trabalho das unidades de produção; tantas quantas existirem na OBTA.

É interessante ressaltar que os diretores não são partes integrantes do Conselho de Trabalhadores, embora participem regularmente dessas reuniões. O Conselho de Trabalhadores é eleito pela Assembléia Geral e os diretores participam deles como ouvintes, mas não como membros com direito a voto.

De modo análogo à estrutura das OBTA's, a Figura 6 representa a estrutura interna de uma Organização de Trabalho (OT), ou seja, as unidades que congregam várias OBTA's. Neste caso, o Conselho de Trabalhadores, eleito pelas OBTA's associadas, é o órgão colegiado maior.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL TÍPICA DE UMA OBTA****FIGURA 5**

*(Baseado em esquema de MOTTA, Paulo Roberto, 1980, Op. cit.)*

## ESTRUTURA TÍPICA DE UM OT

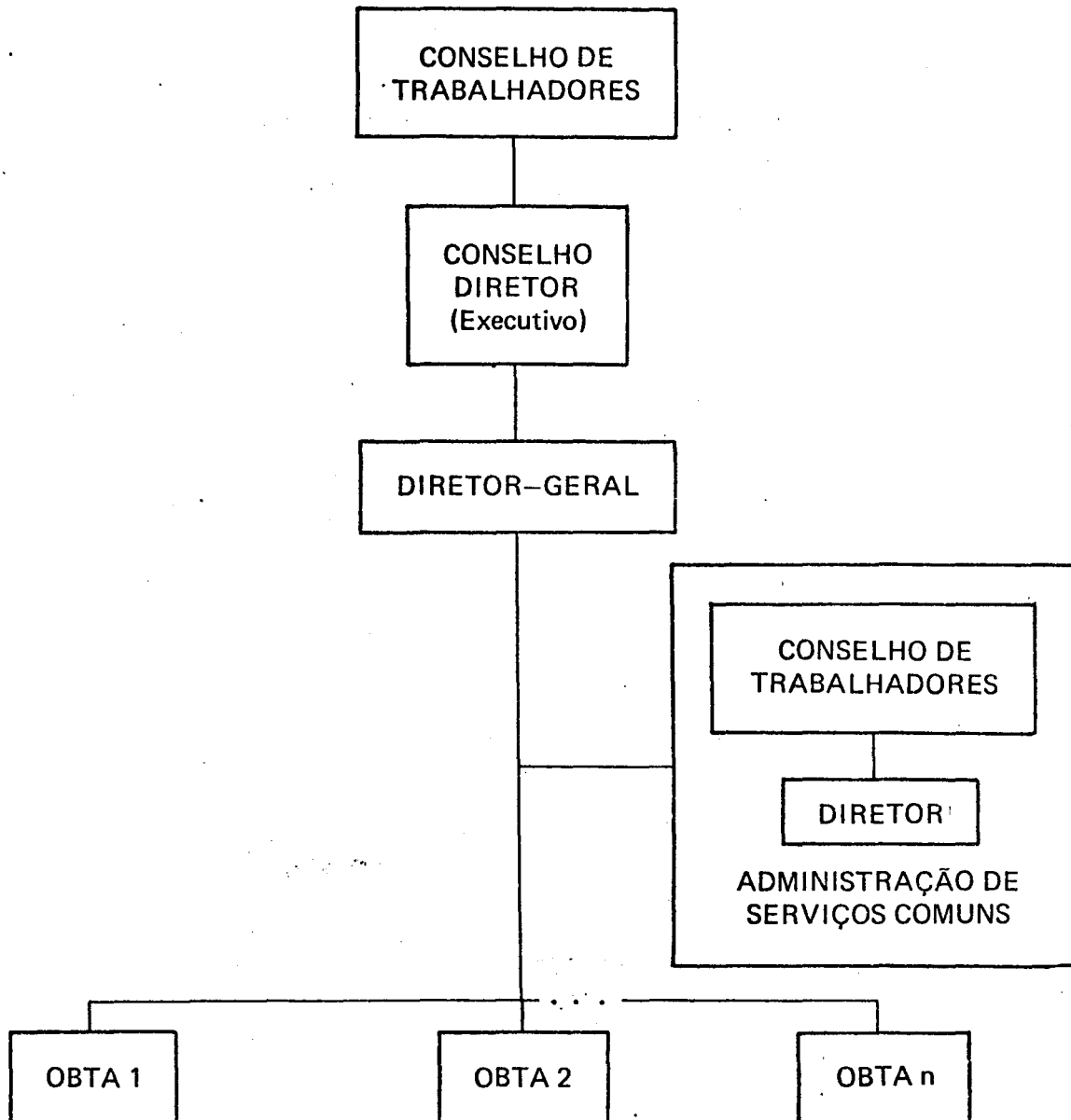


FIGURA 6

(Baseado em esquema de MOTTA, Paulo Roberto, 1980, Op. cit.)

O restante da estrutura reproduz a organização de uma OBTA, estando, todavia, as unidades para serviços comuns aqui também representadas.

Cada uma das OBTAs que formam a OT elege um representante de sua OBTA junto ao Conselho de Trabalhadores da OT. Este Conselho tem abaixo de si um Conselho Diretor (executivo) ao qual se subordina o Diretor-Geral, Diretor esse que tem abaixo de si as OBTAs. As chamadas Unidades para Serviços Comuns, têm também um Conselho de Trabalhadores ao qual se subordina o seu Diretor.

Assim, na empresa iugoslava, a característica marcante é a decisão colegiada, a participação direta. Nela, as assembléias gerais são muito fortes, porque efetivamente escolhem a diretoria, os dirigentes de cada uma dessas organizações produtivas. E, mesmo quando elas se reúnem para formar unidades maiores, seguem mantendo viva a questão da descentralização, da participação direta. O que se pode dizer, portanto, é que o modelo iugoslavo é na realidade participativo. Nele, o trabalhador participa diretamente do processo decisório.

Simetricamente à organização autogestionária de suas unidades empresariais, a administração governamental, a nível das Comunas, das Repúblicas/Províncias e do Estado nacional iugoslavo também se faz com a participação direta dos seus cidadãos.

De acordo com Bertino Nóbrega de Queiroz:

*"O Sistema de delegação que é o fundamento da autogestão iugoslava funciona através das assembléias. Como se pode ver pelo gráfico,*

(Figura 7), de baixo para cima, as organizações sócio-políticas (a LCI, a Aliança Socialista, os sindicatos, a União da Juventude e a União dos Ex-combatentes) elegem suas delegações a nível municipal, o mesmo fazem as organizações autogestoras de base e as comunidades locais. Formam-se assim três conselhos, o Sócio-político, o do Trabalho Associado e o das Comunidades Locais, que compõem, por sua vez, a Assembléia da Comuna. Esta elege um Comitê Executivo Municipal, órgãos administrativos da comuna e também seus órgãos judiciários.

"As Assembléias das Comunas participam da eleição, através de delegados, do Conselho Federal, uma das câmaras da Assembléia da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Mas, elegem também os Conselhos das Comunas, uma das três câmaras da Assembléia de cada república ou província autônoma. As outras duas são os Conselhos Sócios-políticos da Repúblicas e Províncias Autônomas, eleitos pelos Conselhos de mesmo nome nas comunas, e os Conselhos do Trabalho Associado das Repúblicas e Províncias Autônomas, eleitos pelos Conselhos do Trabalho Associado das Comunas. As Assembléias das Repúblicas e Províncias Autônomas elegem seu presidente da República ou Província, além do Conselho Executivo, órgãos administrativos e judiciários.

"A Assembléia da Federação é formada por dois Conselhos: o Federal e o das Repúblicas e Províncias Autônomas, o primeiro eleito pelas Assembléias comunais, como foi dito, e o segundo, pelas Assembléias das Repúblicas e Províncias Autônomas. A Presidência da Iugoslávia é eleita pela Assembléia. Trata-se de órgão colegiado que escolhe anualmente o seu presidente, fazendo rodízio, por representante da república ou província autônoma. A Assembléia Federal forma ainda seu órgão executivo - o Conselho Executivo Federal, além dos órgãos administrativos federais e dos órgãos judiciários federais." <sup>12</sup>

A Figura 7 ilustra o relato de Bertino Queiroz que transcrevemos.

## ESTRUTURA DO SISTEMA DE ASSEMBLÉIAS NA IUGOSLÁVIA

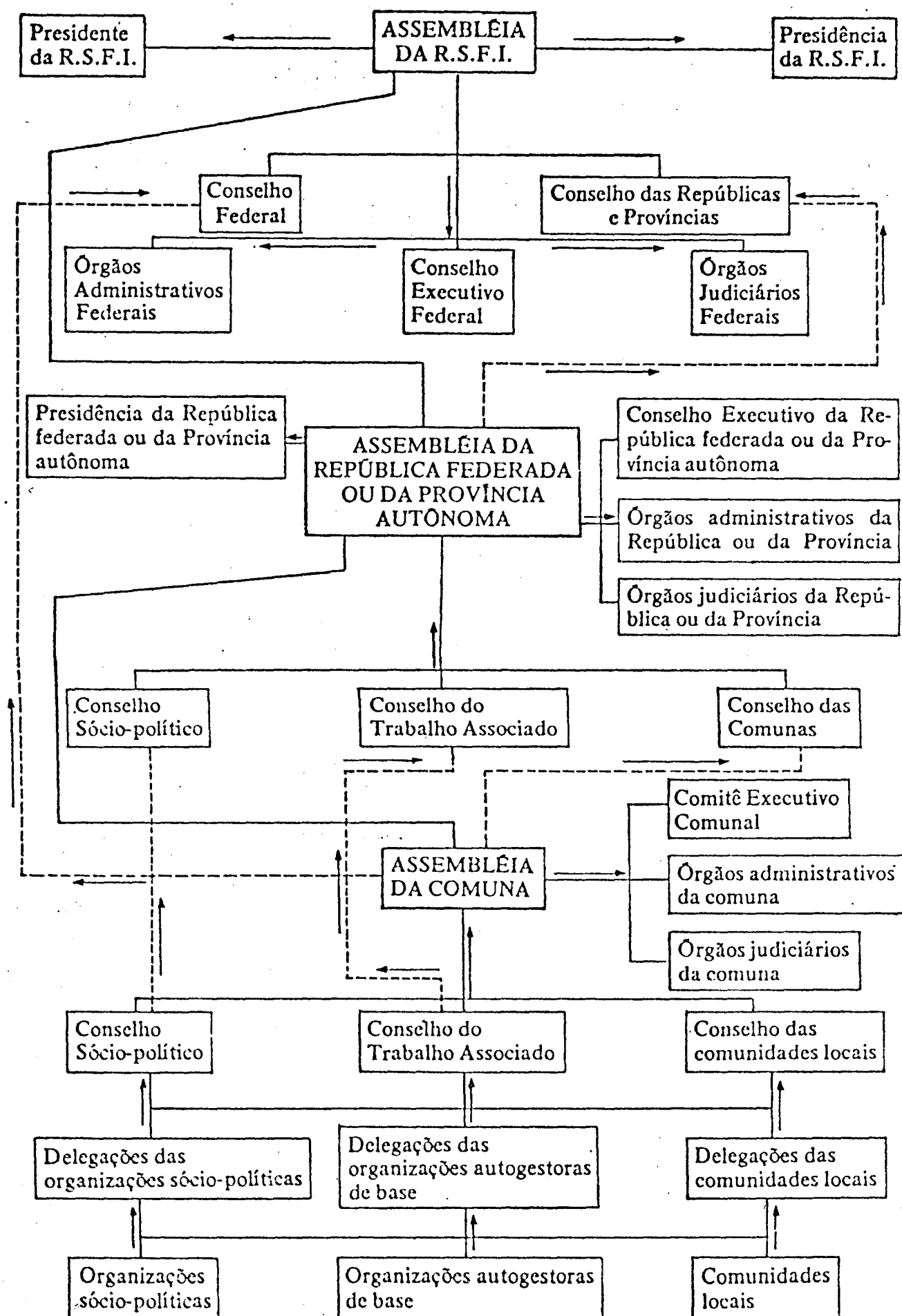


FIGURA 7

Já Heloisa de Almeida, apoiando-se em um dos teóri  
cos do modelo iugoslavo, indica:

*"Segundo Hunnius, são três os princípios que fundamentam o or  
ganismo econômico na Iugoslávia:*

- . autogerência das empresas pelos trabalhadores;*
- . planejamento social, que consiste de uma complexa interli  
gação entre os planos empresariais, planos das comunas e  
planos indicados pelos órgãos da federação e da república;*
- . mecanismo de mercado." <sup>13</sup>*

O Sistema de Assembléias na Iugoslávia, que reproduzimos na Figura 7 do trabalho de Bertino de Queiroz (conforme concepção de Miodrag Zecevic), demonstra a complexidade desse planejamento social que vai se tecendo nas suas três vertentes básicas, isto é, as organizações sócio-políticas, as organizações gestoras de base e as comunidades locais, através das três esferas de governo da Federação iugoslava, quais sejam: a Comuna, a República/Província e finalmente o Estado federal. Como está bem claro no esquema de Zecevic, em sentido ascendente.

Sem dúvida, para nós, protagonistas de uma economia capitalista, o mecanismo de mercado se evidencia no cotidiano de nossa vida econômica. Talvez até mais eloqüentemente através de suas imperfeições. Todavia, o planejamento social, enquanto muito distante de nossa já longa experiência de modelos de planejamento centralizados, tecnocráticos e autoritários, por certo, apresenta todo um sabor de novidade que se intensifica na nossa esperança de mudança.

Mais uma vez o discurso do professor Paulo Roberto

Motta, apoiado em Edvard Kardelj, no artigo já citado, é bastante esclarecedor:

*"O sistema de planejamento social na Iugoslávia, instituído formalmente no início da década de 70, apesar de divergir acentuadamente das primeiras experiências históricas do país com o planejamento, é fruto da evolução da idéia de planejamento nacional normativo iniciado em 1946. Na época, por um período de cinco anos, adotou-se um planejamento centralizado, compulsório, nos moldes do planejamento adotado pela URSS. Aos poucos esse sistema foi sendo modificado, adquirindo dimensão mais flexível. Assim, introduziu-se em 1950 a autogestão e, no período de 1950-55, o sistema de mercado e o sistema de descentralização por equilíbrios regionais através do plano de proporções básicas. No período de 1955-70, o planejamento perdeu as suas dimensões de compulsoriedade, admitindo-se o planejamento indicativo já inspirado nos modelos escandinavo, francês e alemão. Na década de 70, o processo de planejamento foi aperfeiçoado, no sentido de se enfatizar e ampliar as dimensões da autogestão por meio do hoje denominado Sistema de Planejamento Social. As características estruturais do sistema de planejamento social e autogestão são as seguintes:*

1. Planejamento descentralizado — o planejamento não constitui um fim em si próprio, mas um instrumento de relações democráticas e autogerência; somente mediante um sistema de relações de dependência mútua e responsabilidade entre trabalhadores, pode-se gerenciar e controlar os meios de produção, no sentido de se atingir as necessidades econômicas e sociais do país. O planejamento deve possuir alguns aspectos de centralização, mas sem um alto grau de centralização, pois corre o risco de se tornar um instrumento nas mãos de um aparato estatal ou de uma tecnocracia e transformar-se, em pouco tempo, num monopólio de centros alienados de poder econômico e social.

2. *Planejamento opcional e indicativo* — o planejamento normativo e compulsório para toda a sociedade é rejeitado segundo a premissa de que a imposição de obrigações, de cima para baixo, significaria a monopolização do capital social e destruiria rapidamente o sistema de autogestão. Se o planejamento fosse produzido de forma burocrática ou tecnocrática, monopolizado por um centro estatal, mesmo que elaborado pelos mais eminentes especialistas, não deixaria de ser um construto subjetivista e falível. Retiraria não só a iniciativa e a criatividade dos trabalhadores de encontrar novas soluções e corrigir seus próprios erros, mas também poderia causar prejuízos econômicos, pois os erros se multiplicariam e perpetuariam, não sendo facilmente detectáveis e reparados, pela inexistência de mecanismos simples de correção.

"Por outro lado, tornar-se-ia inviável a autogerência, retornando os trabalhadores a simples assalariados do Estado. A esse respeito o sistema de planejamento social, atualmente em vigor, define dois requisitos: a) o planejamento deve expressar toda a gama de relações políticas, sociais e econômicas, baseada na autogerência; b) as obrigações do planejamento devem ser estabelecidas pelos trabalhadores, por meio de acordos de autogestão e pactos sociais e as decisões compulsórias do Estado devem ser tomadas somente quando necessárias para garantir a autogestão, em conformidade com as regras estabelecidas pelas demais assembleias constitucionais. Assim, o planejamento não deve ser uma lei estatal ou documento mandatário do Estado, mas simplesmente o resultado de um conjunto de acordos de autogerência e de pactos sociais.

3. *O planejamento como um prognóstico* — o planejamento baseia-se na tese de que a intervenção estatal deve-se reduzir ao propósito de consolidar o desenvolvimento do sistema de autogerência da sociedade. O sistema de planejamento não se deve subordinar ao auto-interesse de órgãos governa

mentais ou ser dominado pelo aparato estatal. A intervenção do Estado de  
ve variar em intensidade de acordo com as condições de desenvolvimento re  
gional, sempre no sentido de guiar para a adoção da autogestão. De for  
ma alguma deve restringir o direito inalienável dos trabalhadores de ge  
renciar a renda, os meios e os resultados do trabalho. O planejamento,  
 portanto, deve-se constituir não em uma ação do Estado, mas, promordial  
mente, num prognóstico derivado de análises de tendências espontâneas es  
tabelecidas por autogerência e pactos sociais, e por políticas econômi  
cas desenvolvidas a nível descentralizado das unidades federadas. O pla  
nejamento nacional deve apenas harmonizar e guiar essas tendências espon  
tâneas.

4. O planejamento como uma função de relações mútuas — o sistema de pla  
nejamento deve ser estabelecido no sentido de eliminar a concepção, por  
 vezes ressaltada, de que sua eficácia depende da coerção do Estado, agin  
do na defesa de interesses sociais, ou da tecnocracia, em função dos co  
nhecimentos especializados de que dispõe. A eficiência do planejamento,  
 no entanto, depende primordialmente da institucionalização de um sistema  
 de relações mútuas, obrigações e responsabilidades recíprocas estabeleci  
das em todos os níveis da organização social, ou seja, nas organizações  
 de trabalho, sociais, comunitárias, políticas, etc., bem como em todos  
 os níveis políticos — federal, provincial e local. O planejamento, assim,  
 deve refletir toda a interação e harmonização de acordos de autogerência  
 e pactos sociais realizados em todos os níveis políticos e sociais.

5. Planejamento como consolidação de autogerência — o planejamento, na  
 maioria das vezes, tende a ser visto somente como um instrumento de poli  
tica econômica de desenvolvimento. Ressalta-se que a dimensão econômica  
 do planejamento e sua concretização é entendida como o alcance de objeti  
vos e metas econômicas. Esse enfoque do planejamento é considerado capaz  
 de estimular a subordinação do interesse político dos trabalhadores aos

interesses econômicos do Estado, e facilitar a restauração do monopólio estatal sobre o capital social. O planejamento não pode retirar dos trabalhadores o direito de decidir sobre a utilização dos meios de produção e resultados do trabalho, mas sim ajudar a consolidar esse direito. O trabalhador é um fator criativo e independente no sistema de planejamento.

### "Princípios do planejamento social

Para se compreender o sistema empresarial iugoslavo é necessário ter-se em mente que seu sistema de planejamento social é baseado em quatro princípios:

1. Propriedade social dos meios de produção — a propriedade não é estatal ou privada, pertencendo a empresa aos indivíduos que nela trabalham. A propriedade privada na Iugoslávia é admitida apenas na agricultura, totalmente privada, e em trabalhos autônomos, em algumas profissões liberais, como artistas e artesãos. Na prática, no entanto, existem pequenas empresas de até cinco empregados que operam como empresas privadas.
2. Autogerência — aplicada não só à empresa ou organização produtiva, mas a toda forma de associação ou organização, seja cultural, educativa, comunitária, política e de serviços públicos. Na organização produtiva lucrativa a autogerência é aplicada no sentido de autonomia total de decisão para as pessoas que nela trabalham. Em outras organizações, a autogestão é feita em conjunto com representantes de usuários do serviço ou outros interessados diretos na ação da organização.
3. Combinação de mecanismos de planejamento e de mercado — a vida econômica é formalmente regulada no sentido de tirar vantagens dos mecanismos dos sistemas econômicos de mercado competitivo e dos sistemas de economia planificada.
4. Solidariedade econômica — a atividade deve ser exercida segundo um sistema de direitos, obrigações e responsabilidades mútuas entre os que trabalham.

balham, de forma tal a assegurar não só uma equidade qualitativa e quantitativa na distribuição dos resultados do trabalho, mas, também, de solidariedade econômica a outras repúblicas e regiões da federação, que possuem menor renda." <sup>14</sup>

Finalizando estas notas sobre o modelo autogestivo, com base na experiência da organização do Estado e da empresa iugoslavos, cremos que o pensamento de José Henrique de Faria consegue expressar com tal objetividade e poder de síntese a idéia da autogestão, que qualquer esforço no mesmo sentido poderia resultar repetitivo e perdulário. Vejamos o que o autor diz:

"A autogestão (...) deve ser entendida como uma transformação completa da sociedade em todos os planos (econômico, político e social) e, desta forma, trata-se também (e não apenas) de uma outra forma de administração porque a autogestão reconhece a necessidade de um planejamento, embora não delegue o encargo (e seus privilégios) a uma minoria de especialistas. Sua função é ser uma analisadora no campo histórico e crítico dos sistemas capitalista e burocrático, no sentido de demonstrar que não existem leis universais para toda a economia, todos os regimes políticos e toda a administração que possam depender, por conseguinte, da ciência dos especialistas.

"Autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos, ou seja, autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis aos homens e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro da classe proprietária ou o poder do Estado centralizado. Com efeito, 'a planificação autogerida não consiste apenas em planejar diferentemente, mas em planejar outra coisa' de maneira a mudar a forma dos equipamentos e as finalidades dos produtos." <sup>15</sup>

E, concluindo, ainda com o mesmo autor:

*"A autogestão é da ordem de contradição, de onde surge, trazendo em si mesma a sua própria negação, o que lhe confere uma constante necessidade de mudança, como de resto, qualquer forma de gestão. A autogestão não é uma doutrina formada, um dogma estabelecido, antes é a negação absoluta do autoritarismo, o que não implica perfeição, mas outra negação, na medida em que é um modo de gestão histórico (transitório)."*<sup>16</sup>

### 3 - A co-gestão

De acordo com a tese formulada (resumida na Figura 3) o universo de possibilidades de desenho organizacional (no que concerne à localização do(s) centro(s) de decisão) contemplaria dois casos limites, certamente inexistentes na prática em estado integral, e que denominamos de organizações "puras"; recapitulando: o modelo da heterogestão - que concentra quase todo o poder decisório no topo da pirâmide hierárquica, local dos grupos dirigentes representantes do capital -, e o modelo da autogestão - que esparge o processo decisório no seio e - em princípio - entre todos os participantes da organização, pela atuação direta nos conselhos e assembleias onde se formulam as decisões.

Parece estar claro que esse modo de entender as organizações associa diretamente o paradigma da heterogestão ao princípio da propriedade privada como um direito natural, assim como o modelo autogestionário derivaria, fundamentalmente, do princípio da igualdade entre as pessoas.

Da sistematização de idéias assim feita resultaria ainda uma forma "híbrida" de organização (divisão) do poder de

cisório. De fato, na medida em que algumas organizações, em decorrência do processo histórico das sociedades nas quais se inserem, vieram a conceber modelos organizacionais onde parte do poder de decisão é cedido ao trabalho, enquanto que, mantido o instituto da propriedade privada, o centro decisório principal permanece como um privilégio do detentor do capital {ou de seu(s) representante(s)}, parece coerente induzir a existência de uma terceira forma de organização, forma essa miscigenada, genericamente denominada de participação na gestão e que parece assumir a sua expressão mais relevante na Co-gestão da R.F.A.

Para Carreira: *"Las experiencias de participación de los trabajadores en la empresa, podrían ser clasificadas en tres apartados, aunque (...), el último requiere algunas matizaciones. Esta clasificación es:*

*"a) Experiencias de control obrero, realizadas por órganos como los comités de empresa, comités de representantes, etc., que no asumen un compromiso de corresponsabilidad con los titulares de la empresa.*

*"b) Experiencias de cogestión. - Estrecha colaboración entre capital y trabajo, participando sus representantes en la dirección de las actividades de la empresa.*

*"c) Experiencias de autogestión, - A través de comités de distintos niveles, todos los trabajadores participan en las decisiones de la empresa."*<sup>17</sup>

Como bem assinala o autor, o terceiro grupo de experiências de participação do trabalho na gestão das empresas (a autogestão), por se tratar de caso singular (para nós limite) requer tratamento especial (na categorização proposta constitui-se em caso de modelo organizacional ideologicamente

"puro").

Em seu trabalho "Participación y autogestión" Leonardo Tomasetta<sup>18</sup> aponta as seguintes principais experiências de gestão participativa:

- . "comités d'entreprise", na França;
- . "mitbestimmung" (co-gestão) e "betriebsrat" (Conselho de estabelecimento) na Alemanha (RFA);
- . "labour-management production committees" e "joint-committees" na Inglaterra;
- . "jurados de empresa" na Espanha;
- . "histadrut" Em Israel;
- . "consigli di gestione", experiência da Itália do pós-guerra hoje abandonada.

A essa relação de Tomasetta acrescentaríamos ainda (com base nos trabalhos de Fernando Prestes Motta e Paulo R. Motta)<sup>19</sup>:

- . "bedriftsutvalg" (conselhos operários) e, mais recentemente, os conselhos de representantes na No ruega, derivados do que Einar Thorsrud e Fred Trist denominam de "*a primeira onda de discussões e ações políticas relacionadas com a democracia industrial*"<sup>20</sup> (de 1914 a 1918).
- . comitês de estabelecimento na Suécia, derivados de convenções coletivas entre a confederação do patronato e os órgãos de representação dos traba lhadores;
- . "shop-stewards" (representações não-oficiais, pa ralela à estrutura sindical legal que são tipos

de comitês de empresa de grande força nas negociações sobre as condições de trabalho) na Grã-Bretanha.

- . comitês de participação na empresa, versão italiana atual de participação operária na gestão; inspirada no modelo francês;
- . conselho de comissários, comitês de empresa e câmara de empresas, na Holanda; sistema de participação considerado bem mais limitado do que o alemão;
- . "samarbejdsuvalg" (conselhos de trabalho) na Dinamarca;
- . câmaras de operários e empregados (provinciais) e seu órgão central: Conferência da Câmara de Trabalhadores e a Câmara Mista de Salários e Preços (de nível federal), além dos comitês de empresa da Áustria, que formam um sistema similar ao da Alemanha Federal;
- . comitês de consulta recíproca (formais) e conselhos de trabalho (informais) na Bélgica;
- . círculos de controle de qualidade (CCQs), experiência participativa do Japão do pós-Guerra (janeiro de 1949 em diante) e que é estudada por William Ouchi na sua "Teoria Z". É interessante ressaltar que os CCQs japoneses representam caso singular de participação dos trabalhadores, principalmente (mas não exclusivamente), no desenvolvimento tecnológico do produto; sem dúvida, com excelentes resultados práticos e com a consequen

te melhoria das condições ambientais de trabalho e melhor distribuição do excedente econômico as sim gerado.

Conforme assinala Prestes Motta: *"De todas (essas) ex* periências, *porém, a da Alemanha Ocidental é a mais ambiciosa. Ali os con* selhos *fazem parte de um sistema administrativo bastante bem articulado que recebe o nome de co-gestão."*<sup>21</sup>

Corroborando o pensamento de Fernando Prestes Mot ta, José Antonio Carreira Obelleiro aponta:

*"La cogestión como experiencia participativa alcanza su máxi* mo *grado en la Alemania Federal de la posguerra; sin embargo, el proceso* ha *sido muy largo, pues ya en Frankfurt em 1849 se discutió un proyecto* de *legislación laboral que incluía la creación de comités de fábrica. En* 1920 *se promulgó la ley de consejos de empresa, en la que se regulaba la* creación *de esos comités en todas las empresas con 20 o más trabajadores,* poseyendo *derechos de colaboración y cogestión en diversos temas sociales* y *económicos.*

*"En 1946, después de la segunda guerra mundial, los vencido* res *aliados volvieron a crear los comités de empresa, promulgándose em* 1951 *la legislación sobre la cogestión que se completó en 1956"*<sup>22</sup>

Conforme adverte Prestes Motta, fundamentando-se em Blumberg: *"Do ponto de vista histórico (...) o comportamento da e* lite *empresarial, dando suporte financeiro a Hitler, colocou esse grupo* em *desgraça tanto diante de amplos setores do público alemão, quanto dian* te *de partidos políticos de esquerda e de direita, em face dos aliados* vencedores *e do movimento sindical reconstituído imediatamente após a Se* gunda *Guerra Mundial. Esse repúdio geral da legitimidade dessa elite te* ria *fornecido uma base sólida para o triunfo parcial da ideologia então*

adormecida da co-gestão. O que Blumberg coloca, embora possa ser discutido, sugere que a classe trabalhadora exigiu o controle ainda que parcial da administração, já que os antigos detentores do poder administrativo o usaram de forma irresponsável e catastrófica."<sup>23</sup>

Ainda parafraseando Prestes Motta, agora com base no argumento de Adolf Sturmthal, encontramos uma segunda linha de possibilidade de compreensão do fenômeno co-gestionário que eclodiria na Alemanha Federal dos pós-Guerra (1945):

"A questão da oportunidade histórica é bem lembrada por Adolf Sturmthal, que se reporta à ocupação do que atualmente é a Alemanha Ocidental pelas grandes potências ocidentais. Essas grandes potências trabalharam muito no sentido de descentralizar a autoridade na indústria alemã, especialmente na indústria pesada. A relação entre a burguesia que dominava esses setores e o nazismo era patente e clara, como também aponta Blumberg. A indústria pesada estava principalmente concentrada na região do Ruhr, e foi submetida a um governo provisório, onde as organizações operárias se fizeram representar de modo forte e decisivo. Isto parece ter sido facilitado pelo fato de que a Grã-Bretanha, que administrava essa região, estava sob um governo trabalhista. Os operários eram um grupo confiável, em virtude de sua ideologia antinazista. A cooperação estabeleceu-se com facilidade. Quando a indústria voltou às mãos alemãs, os operários já haviam conquistado uma posição que souberam não perder."<sup>24</sup>

Esses dois fatores, coligidos por Prestes Motta, isto é, de um lado o fortalecimento dos sindicatos numa linha trabalhista sob inspiração de movimento operário inglês e de outro, um certo enfraquecimento das elites detentoras do poder econômico pelo patrocínio da aventura da Guerra, teriam criado o clima favorável para que aparecesse uma nova forma

de organização empresarial no lado ocidental da Alemanha.

Portanto, assim originado, o modelo co-gestionário alemão supõe a conciliação dos interesses do capital com os do trabalho. Todo o discurso sindical alemão reconhece o direito do capital sobre o lucro oriundo do trabalho societariado. Entretanto, o ideário da Confederação Sindical Alemã(DGB) não reconhece o controle do capital sobre as pessoas, como ocorre nos modelos burocráticos mais autoritários(heterogestão), nos quais o homem não passa de mais um insumo da produção.

Assim, o pensamento suporte do modelo co-gestionário da R.F.A. admite o direito do capital controlar o próprio capital, porém, não reconhece o direito ao controle dos homens envolvidos no processo produtivo pelo capital.

A organização co-gestionária se fundamenta na Lei Constitucional do Trabalho da Alemanha, e na Lei de Co-gestão do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, que preconiza como seus objetivos:

*"Crear una regulación jurídica por la cual los representantes de los trabajadores participen como socios, en principio con igualdad de derechos y responsabilidad, en los procesos de planificación y de decisión en las grandes empresas de todos los sectores económicos. (Mitbestiming. Bonn, Mayo 1976)." <sup>25</sup>*

O órgão de representação dos trabalhadores dentro das empresas alemãs é o Conselho de Estabelecimento "Betriebsrat" que é formado exclusivamente pelos representantes dos trabalhadores, que podem ou não ser sindicalizados. Na prática 80% deles o são, embora não haja nenhuma exigência, legal para que o sejam. Esses Conselhos se organizam de acordo com o tamanho da empresa. Assim, se a empresa tem de 5 a 20

trabalhadores com direito a voto o Conselho se limitará a um membro. Neste caso ele é chamado Delegado do Estabelecimento e representa os trabalhadores. De vinte e um a cinquenta em empregados o Conselho será de três membros. De 51 a 150 empregados o "betriebsrat" se comporá de 5 membros e assim por diante, até chegarmos às empresas com 9000 ou mais trabalhadores quando o conselho terá de 25 a 35 membros. A partir de 9000 empregados, qualquer que seja o tamanho do estabelecimento, o conselho terá 35 membros. Um detalhe importante desses Conselhos é que eles deverão ser constituídos de forma a representar proporcionalmente a relação que existe entre trabalhadores produtivos e burocratas (pessoal de apoio). A lei que rege o instituto de co-gestão alemã reconhece, assim, a existência de um conflito potencial entre o pessoal "fim" e o pessoal "meio" da produção, ou, como denominam os autores norte-americanos, entre os "blue-collars" e os "white-collars".

Dito de outro modo, o modelo co-gestionário alemão assim se protege da dominação do capital, via seus representantes ("white-collars"), nos conselhos de estabelecimento. Em conseqüência, se em uma empresa o pessoal de apoio (burocratas) e de supervisão representam 10% dos assalariados do estabelecimento, eles se farão representar no Conselho com 10% do número total de representantes.

Outro detalhe importante do modelo da Alemanha Federal: Se a empresa tem vários estabelecimentos, ela pode organizar um Conselho Comum de Estabelecimentos, formado por dois representantes de cada estabelecimento (indicados pelos próprios trabalhadores). Esse Conselho teria por função princi

pal decidir sobre as questões relativas ao pessoal e as que dizem respeito à movimentação desse pessoal entre estabelecimentos. Sabemos que, muitas vezes, o uso dos homens por parte das empresas, deslocando-os de lugar para lugar, região para região, e muitas vezes até de país para país, pode ser muito interessante para o capital, mas é também, freqüentemente, nocivo ao trabalhador. Há casos, inclusive, de famílias que são forçadas a se dissolverem em função desse poder que a empresa heterogerida tem sobre os seus membros.

Sem dúvida, a área principal de atuação dos Conselhos operários da co-gestão alemã é a que se relaciona às questões de pessoal. Embora esses conselhos "acompanhem" (são informados sobre) o processo de formulação das políticas globais da empresa, é na área de pessoal que se localiza o seu maior campo de participação. Questões como: ingresso de novos empregados na organização, redistribuição, transferências e dispensa de trabalhadores, bem como, horário de trabalho, programação de férias, etc., devem ser discutidos no âmbito dos conselhos.

Nas questões econômicas os conselhos só se manifestam quando há uma ameaça patente à segurança do emprego. Nas questões administrativas o órgão de representação dos assalariados tem o direito de solicitar informações sobre decisões importantes que envolvam o setor financeiro e o processo de produção. Essas informações são fornecidas no âmbito das comissões econômicas que são órgãos consultivo paritários, composto de quatro a oito membros, existentes nas empresas com mais de cem trabalhadores. A comissão econômica não é órgão

de controle, mas de cooperação. Tem função de aconselhamento à direção; leva à diretoria as reações dos trabalhadores às medidas patronais, servindo, assim, como sinal de retro-alimentação do processo decisório a nível dos representantes do capital. Por outro lado, a direção da empresa deve comunicar à comissão econômica, os cálculos, estatísticas e os balanços comercial e fiscal.

Na realidade, muitas comissões econômicas existem só no papel já que, segundo a maioria dos autores, os trabalhadores só se interessam pela vida econômica da empresa quando seus empregos estão ameaçados.

Portanto, é bastante comum na Alemanha a co-decisão, por exemplo, na definição do horário de trabalho das empresas, na fixação da jornada de trabalho e na suspensão do trabalho durante a jornada. Essas questões são claramente de competência do conselho de estabelecimento que, em conjunto com o representante do capital, decidem sobre essas questões.

Por outro lado, é também comum a atuação dos conselhos de estabelecimento na determinação da data e do local do pagamento dos salários, na definição dos planos de férias, nos programas de aperfeiçoamento e treinamento da mão-de-obra e na formação de aprendizes e iniciantes, bem como na sugestão de novas obras assistenciais e na definição do destino das já existentes. Todavia, no que diz respeito à definição dos salários, esses conselhos não têm nenhum poder de co-decisão, sendo esta questão objeto de negociação direta com os sindicatos.

É interessante ressaltar que os conselhos de esta

belecimento não podem iniciar a greve (assunto a ser tratado nos sindicatos), nem a restrição à produção. Ao contrário, de acordo com a filosofia que embasa a co-gestão alemã devem procurar harmonizar os interesses do capital com os do trabalho. Nos casos em que esses limites não forem respeitados, o empregador pode solicitar a dissolução do conselho de estabelecimento e ainda exigir que o conselho indenize o patrão nos prejuízos decorrentes da interrupção da produção.

A greve é um direito trabalhista reconhecido na Alemanha, entretanto, se ela sair da esfera sindical para a dos Conselhos; se for proposta por eles; ou se eles a ela aderirem, estarão passíveis de condenação pela Justiça do Trabalho.

Quanto à mudança na estrutura de trabalho, a lei alemã exige que seja submetida à aprovação pelo conselho de estabelecimento da empresa.

Como se organizam as sociedades anônimas alemãs?

Como todas as S/A, elas também têm um órgão deliberativo máximo: as assembléias de acionistas. Essas assembléias elegem os conselhos de supervisão, nos quais os trabalhadores também estão representados. É interessante assinalar que a nova Lei da Co-gestão preconiza a participação paritária do trabalho e do capital nos conselhos fiscais ou de supervisão para todas as empresas com, pelo menos, 2000 empregados.

Comentando sobre a estrutura da empresa alemã, assim se refere Santiago Garcia Echevarria, catedrático da Uni

versidad Complutense de Madrid: "... dentro de la ley de Sociedades Anónimas, se distingue claramente, de derecho y de hecho, una separación clave en los órganos responsables de la empresa. Precisamente, esta estructura es una de las condiciones a mi entender sine qua non para la introducción de la cogestión en la empresa. Los órganos directivos de la empresa alemana son:

a) Junta General de Accionistas, la cual es fundamentalmente competente para las funciones siguientes:

- elevación o disminución del capital,
- transformación, fusión o liquidación,
- modificación de los estatutos,
- modificación del objeto de la sociedad,
- elección y destitución de los miembros del 'Consejo de Supervisión',
- distribución de los beneficios,
- aprobación de las actuaciones del 'Consejo de Supervisión' y del 'Comité Ejecutivo'.

b) El 'Aufsichtsrat' (Consejo de Supervisión), cuyas funciones fundamentales son:

- nombramiento y destitución de los miembros del 'Comité Ejecutivo' o 'Comité de Dirección';
- supervisión de la gestión de la empresa;
- además, según las empresas, se vinculan a una decisión de este 'Consejo de Supervisión', determinadas decisiones, tales como inversiones importantes, así como decisiones financieras de transcendencia, problemas de alto personal directivo, entre otras;
- la frecuencia de sus sesiones oscila entre 2 y 4 veces al año.

c) El 'Vorstand' ('Comité Ejecutivo') que es el órgano propiamente directivo de la empresa, es el que realiza la actividad empresarial bajo su propia responsabilidad, realizando las funciones empresariales en su más estricto sentido y actúa como 'empresario' en cuanto se refiere a las relaciones con las personas empleadas. Dentro de este 'Comité de Dirección' se reparten las distintas funciones entre los distintos miembros del 'Vorstand'. Aparte de sus funciones individuales cada miembro del 'Comité de Dirección' es responsable de la política empresarial en su conjunto frente a la empresa y frente a terceros.

La distinción entre el 'Consejo de Supervisión' y el 'Comité de Dirección' constituye la base jurídica que permite compaginar la participación de los representantes del trabajo sin incidir en la gestión continuada o 'diaria' de la empresa, no interfiriendo en su marcha. Quizá la representación más simbólica a este respecto la dio en 1949 Erich Hessing al señalar: 'En un tren en marcha no puede jugar todo el mundo a ser maquinista. Lo cual no quita que, de vez en cuando, se puede tener un intercambio y entendimiento sobre la dirección a seguir'." <sup>26</sup>

Em seu artigo "Análisis de la experiencia alemana en torno a la cogestión empresarial" o professor madrileno esclarece sobre os aspectos legais da nova (1977) legislação sobre a co-gestão alemã. Transcrevemos a seguir o resumo feito pelo autor:

"Los objetivos perseguidos por el legislador alemán pueden recogerse en los siguientes:

- a) participación del trabajador en las decisiones empresariales que afectan a sus intereses vitales;
- b) humanización del trabajo como objetivo empresarial;
- c) elemento estabilizador del orden Económico y de Sociedad,

considerando que es el instrumento para lograr una colaboración fair entre trabajadores, sindicatos y empresas.

"Como puede verse inciden tanto en la esfera interna de la empresa como en su interdependencia con los otros subsistemas económico y de Sociedad. El problema se centra en que la estabilidad se consiga en las interdependencias con los dos subsistemas, pues si se consigue el objetivo de que la cogestión contribuya a una estabilidad del Orden de Sociedad, a costa de un empeoramiento de la contribución de la empresa al sistema económico, llevaría a continuación a una inestabilidad consecuente en el sistema de Sociedad. La interdependencia entre empresa-orden económico y orden de Sociedad constituye el triángulo básico del planteamiento de la cogestión.

"Pero antes de analizar esta problemática analicemos a grandes rasgos cual es la estructura de la nueva ley de cogestión.

"La nueva ley de cogestión comprende 41 artículos clasificados en cinco partes, que son:

1. Campo de aplicación.
2. Consejo de Supervisión. Formación y Composición. Nombramiento de los Consejeros representantes del capital y del trabajo.
3. Órgano de representación legal.
4. Empresas de navegación.
5. Cláusulas transitorias.

"Los componentes más destacables a nuestros efectos de la nueva ley de cogestión son los siguientes:

- su campo de aplicación se extiende a todas las empresas con personalidad jurídica propia con más de 2.000 personas ocupadas abarcando a distintas forma jurídicas;

- por lo que respecta a las empresas con menos de 2.000 per  
sonas sigue siendo de aplicación la 'ley de empresa' que  
regula la participación en 1/3 de los trabajadores en el  
Consejo de Supervisión;
- se estima que la nueva ley de cogestión afecta a unas 650  
empresas;
- la composición del 'Consejo de Supervisión' se realizará en  
la misma proporción de representantes del capital y repre  
sentantes del trabajo. Las relaciones son las siguientes:
  - empresas hasta 10.000 personas 6:6
  - empresas entre 10.000 y 20.000 personas 8:8
  - empresas con más de 20.000 personas 10:10
 pudiendo ampliarse estatutariamente en los primeros casos  
a 20 personas.

"La innovación más peculiar de la nueva ley de cogestión es, a este respecto, que se reservan varios puestos en el 'Consejo de Supervisión' a representantes de los sindicatos representados en la empresa o Konzern. Se trata de 2 ó 3 puestos, según se componga el Consejo de 12-16 o de 20 personas. Los restantes puestos se repartirán entre los representantes de trabajadores, empleados y altos directivos, de acuerdo con su participación en el total de personal, estando representado cada uno de estos grupos al menos con un puesto.

"La elección de los representantes de los trabajadores se realizará:

- bien en forma de elección directa,
- bien mediante compromisarios.

"La primera forma de elección se impone a las empresas de hasta 8.000 personas ocupadas, pudiendo utilizarse la segunda cuando lo soo

solicite 1/20 parte y participe 1/50 en la elección. La segunda forma será utilizada en empresas con más de 8.000 personas pudiendo, sin embargo, realizarse por elección directa cuando lo solicite 1/20 parte y participen al menos el 50% de los electores:

- los obreros y los empleados (incluyendo los altos directivos) realizan por separado sus elecciones para cubrir los puestos que les corresponden, pudiendo realizarse, sin embargo, conjuntamente cuando participen igualmente el 50% y lo solicite 1/20 partes de cada grupo;
- en la elección directa cada 100 votantes o bien 1/5 de trabajadores o de empleados pueden proponer un candidato, siendo, en cuanto a los altos directivos, el candidato elegido previamente por éstos. Los altos directivos propondrán un candidato por cada 50 ó 1/20;
- en cuanto a la elección de los representantes sindicales, se realizará en una votación conjunta realizándose las propuestas solamente por parte de los sindicatos representados en la empresa;
- con lo que la elección de los miembros representantes del trabajo se realiza en cuatro procesos de elección:
  - el primero de los trabajadores,
  - el segundo de los empleados,
  - el tercero de los altos directivos,
  - el cuarto de los representantes sindicales;
- cuando la elección se realiza en base de compromisarios la técnica de elección es la siguiente:
  - por cada 60 obreros hay un compromisario,
  - los puestos de compromisario se reparten entre obreros,

empleados y altos directivos de acuerdo con su relación numérica en la empresa, considerando una protección de minorías.

"Por su parte, los compromisarios de los obreros eligen los representantes de los obreros y lo mismo los representantes de los empleados, pudiendo sin embargo realizar conjuntamente la elección cuando participan el 50% de los compromisarios de cada grupo y que lo hayan solicitado 1/20 parte de los compromisarios de cada grupo:

- la elección del presidente y vicepresidente del 'Consejo de Supervisión' se realiza por el Consejo con una mayoría de 2/3. Si no se alcanza esta mayoría para cualquiera de ambos puestos, entonces los miembros del 'Consejo de Supervisión' representantes del capital eligen el Presidente, y los representantes del trabajo eligen el Vicepresidente de entre sus representantes, con lo que por lo general será presidente un representante del capital;
- en caso de empate en las votaciones primera y segunda el presidente personalmente dispone de dos votos;
- el 'Comité de Dirección' lo elige el 'Consejo de Supervisión' con una mayoría de 2/3, y si no se alcanza se creará un 'comité de negociación', que quedará constituido dentro del 'Consejo de Supervisión' y que se compone del Presidente, Vicepresidente, un representante del capital y otro del trabajo. La propuesta de este 'comité' podrá aprobarse por mayoría simple;
- la figura del 'Arbeitsdirektor', Director de Asuntos Sociales, se incluirá en el 'Comité de Dirección', recogiendo lo legislado en 1956.

*Se elegirá de la misma manera que los restantes componentes del 'Comité de Dirección' y será responsable de los aspectos de Personal y Social debiendo ocupar tal puesto una persona que 'goce de la confianza de los trabajadores; - por último, se bien la ley entra en vigor a partir del 1 de julio de 1976, se ha previsto su aplicación en el plazo de dos años, debiendo en este plazo examinar el 'Comité de Dirección' si la empresa cae dentro de esta ley; si así fuera darlo a conocer, debiéndose modificar el 'Consejo de Supervisión', lo más tarde en la segunda junta general (30-6-1978)." <sup>27</sup>*

Dos relatos de Fernando P. Motta, Paulo R. Motta, Santiago Garcia e José A. Carreira organizamos a cronologia da co-gestão na legislação alemã, a qual resumimos na Figura 8. As sucessivas conquistas do movimento operário naquele País parecem indicar um quadro claramente evolutivo a partir dos Conselhos de Estabelecimento ("betriebsrät") até a participação paritária nos Conselhos de Supervisão ("aufsichtsrat").

Por outro lado, na Figura 9, ilustramos uma organização co-gestionária baseada no modelo da República Federal da Alemanha.

Muitos são os autores que propõem críticas à co-gestão, quase sempre na linha de que tal modelo de organização teria na realidade o papel de obstaculizar os avanços sociais no sentido da construção das organizações verdadeiramente igualitárias. David Jenkins, por exemplo, adverte: "... ceder um pouco de poder aos trabalhadores pode ser um dos melhores meios de aumentar

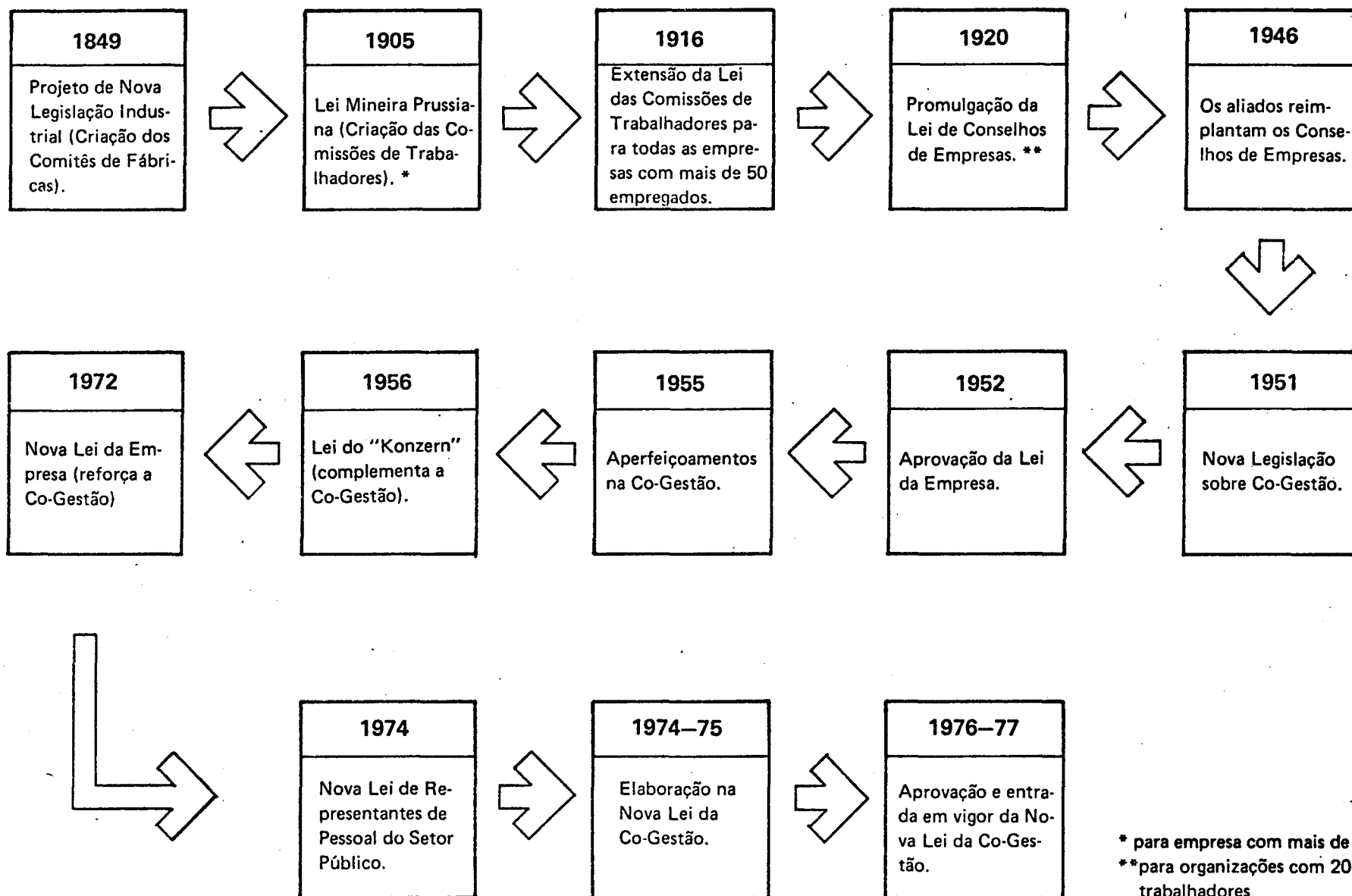
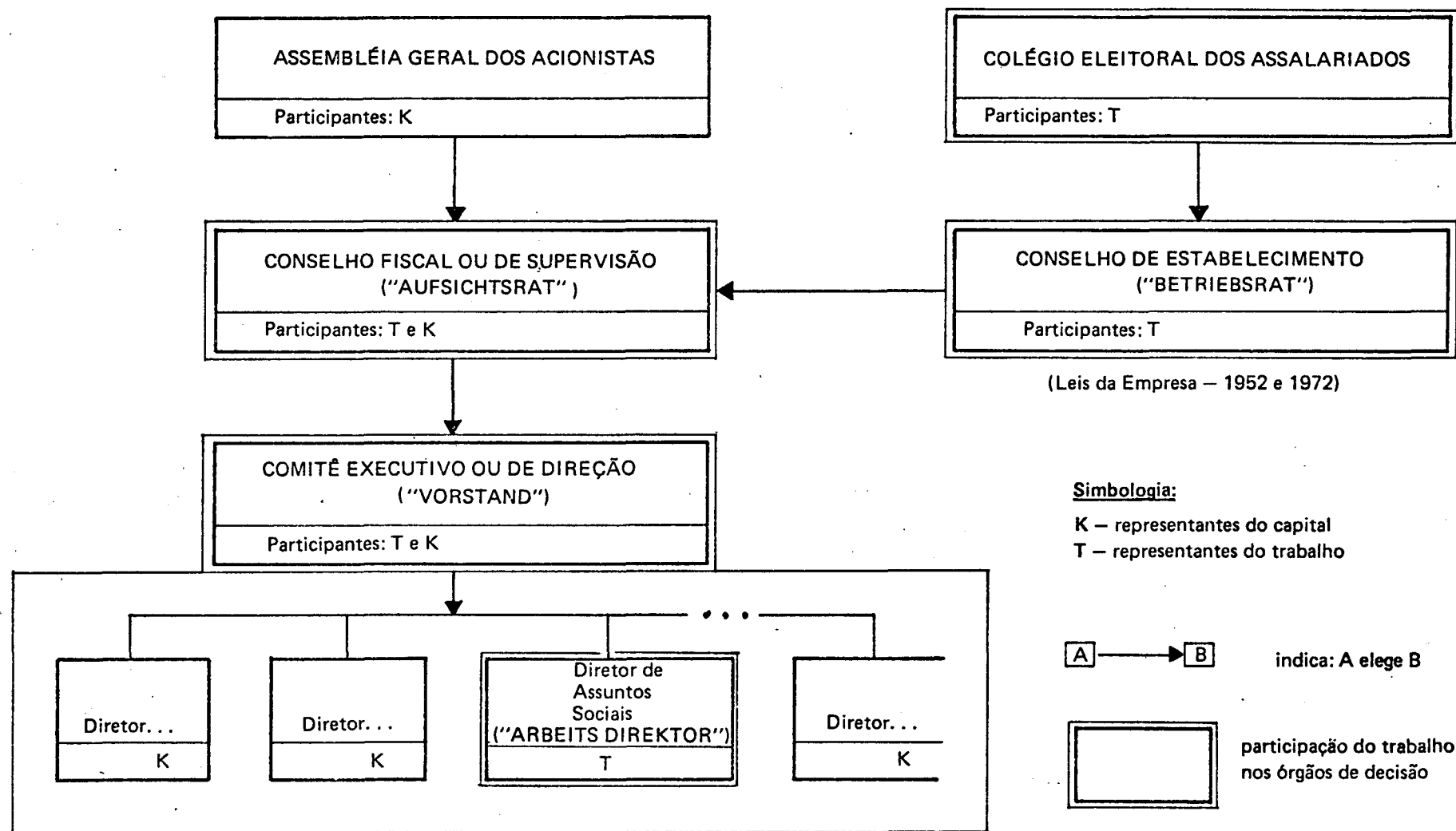


FIGURA 8

# ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO CO-GESTIONÁRIA DA R.F.A.



(Nova Lei da Co-Gestão — 1976–77)

FIGURA 9

mentar sua sujeição, se essa lhes dá a impressão de influir sobre as coisas".<sup>28</sup>

Já para José Henrique de Faria, "...a cogestão não elimina o autoritarismo organizacional, mas tem o efeito de mascará-lo, constituindo-se em um logro astucioso da classe dirigente"<sup>29</sup> (sic) E ainda:

"A cogestão, tal como a praticada atualmente na Alemanha, traz em si o estigma do autoritarismo na medida em que tolhe as liberdades individuais, fixando uma série de controles burocráticos que conferem à cúpula dirigente todas as prerrogativas nas grandes decisões"<sup>30</sup> (sic) E finalizando:

"Na realidade, a cogestão não elimina e sequer transfere para outra nação dependente o conflito capital-trabalho, pois o conflito é inerente onde quer que ambos, capital e trabalho, subsistam: negar o conflito é simplificar demais a natureza das coisas. A cogestão não elimina o conflito e nem a exploração pois, o capitalismo expressa em si mesmo uma relação de exploração.

(...)

"As relações de poder que se estabelecem sob a cogestão estão assentadas nas diversas estratégias de cooptação e de envolvimento dos trabalhadores nos mecanismos da gestão capitalista do processo de produção. De forma alguma trata-se de uma gestão democrática, embora as implicações imediatas da gestão autoritária (heterogestão) sejam amplamente atenuadas, garantindo, às empresas, a reprodução das relações capitalistas de produção, o processo de geração de excedentes e a acumulação de capital."<sup>31</sup> (sic).

#### 4 - Síntese do Capítulo IV

O Quadro 3 (Modelos de organizações participativas), a seguir, resume os tópicos mais importantes deste capítulo. Nele adotamos a classificação proposta por Carreira<sup>33</sup>, isto é, reservamos ao modelo co-gestionário uma classe própria, isolando-o dos demais casos de participação do trabalho na gestão das organizações. Óbvio é que esse tratamento especial da do à co-gestão, tem sua justificativa no fato de que, entre as diversas formas de participação, a co-gestão destaca-se pelo compromisso de co-responsabilidade capital-trabalho a ela inerente.

Por outro lado, o mesmo Quadro 3, estuda comparativamente os fundamentos, as doutrinas inspiradoras, as raízes históricas, as formas de atuação, o controle e o grau de institucionalização dos principais modelos de participação do trabalho na gestão das empresas.

# MODELOS DE ORGANIZAÇÕES PARTICIPATIVAS

| FORMA                | MODELO                              | FUNDAMENTOS   | DOCTRINA BÁSICA                  | RAIZ HISTÓRICA   | FORMA DE PARTICIPAÇÃO        | CONTROLE DO PROCESSO DE CISÓRIO | INSTITUCIONALIZAÇÃO                              |
|----------------------|-------------------------------------|---|----------------------------------|--|------------------------------|---------------------------------|--|
| GESTÃO PARTICIPATIVA | ECONOMIAS CAPITALISTAS AVANÇADAS(*) | . PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.<br>. DEMOCRATIZAÇÃO DO TRABALHO. | LIBERALISMO DEMOCRÁTICO          | . TRABALHISMO INGLÊS.<br>. SOCIAL-DEMOCRACIA.<br>. DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.  | . CONSULTIVA<br>. NEGOCIAÇÃO | CAPITAL                         | . EM GERAL ATRAVÉS DE LEIS E ACORDOS.            |
| CO-GESTÃO            | REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA       | . PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.<br>. DEMOCRATIZAÇÃO DO TRABALHO. | ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO       | . LEGISLAÇÃO INDUSTRIAL DE FRANKFURT (1849).<br>. DESPRESTÍGIO DAS ELITES COM O FIM DO NAZISMO.<br>. FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL (**) | . CO-DETERMINAÇÃO            | CAPITAL                         | . PRECEITO CONSTITUCIONAL.<br>. LEIS ORDINÁRIAS. |
| AUTOGESTÃO           | IUGOSLÁVIA                          | . PROPRIEDADE SOCIAL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.                                   | SOCIALISMO ANÁRQUICO DE PROUDHON | . "ZADRUGA" - FAMÍLIA COMUNITÁRIA EXTENSIVA (MODELO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA DOS BÂLCAS).   | . AUTODETERMINAÇÃO           | TRABALHO                        | . PRECEITO CONSTITUCIONAL.<br>. LEIS ORDINÁRIAS. |

(\*) Europa Ocidental, Japão, etc.

(\*\*) Na Reconstrução da Alemanha.

## NOTAS DO CAPÍTULO IV

- 1 MOTTA, Paulo Roberto, 1980, p. 8.
- 2 Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia, esta última com duas províncias autônomas de origens albanesa e húngara, respectivamente.
- 3 VENOSA, Roberto, 1982, p. 25.
- 4 VENOSA, Op. cit. p. 27.
- 5 Id. p. 27.
- 6 Id. p. 28.
- 7 Id. p. 29.
- 8 Id. p. 32.
- 9 Id. p. 35.
- 10 MOTTA, Op. cit. p. 11-4.
- 11 QUEIROZ, Bertino Nóbrega de, 1982, p. 76-9.
- 12 QUEIROZ, Op. cit. p. 77.
- 13 ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de, 1983, p. 43.
- 14 MOTTA, Op. cit., p. 9-11.
- 15 FARIA, José Henrique de, 1985, p. 76.
- 16 FARIA, Op. cit. p. 79.
- 17 CARREIRA, José Antonio Obelleiro, 1982, p. 70 (grifos deste ensaísta). V. Obelleiro
- 18 TOMASETTA, Leonardo, 1972, p. 148 e seguintes.
- 19 Para aprofundamento do tema ver: MOTTA, Paulo Roberto, Participação na gerência: uma perspectiva comparada e MOTTA, Fernando C. Prestes, Participação e Co-gestão, novas formas de administração (referências completas na Bibliografia), além de TOMASETTA, Leonardo, "Participación y autogestión" (Id. sobre referência completa). Entre essas fontes merece destaque o trabalho de Paulo Roberto Motta como estudo de administração comparada.

- 20 Ap. MOTTA, Fernando C. Prestes, 1982, p. 60-1.
- 21 MOTTA, Fernando C. Prestes, 1982, p. 16.
- 22 CARREIRA, Op. cit., p. 72.
- 23 BLUMBERG, Paul. Industrial Democracy: The sociology of Participation, New York, Schocken Books, 1973. Ap. MOTTA, Fernando C. Prestes, Op. cit., p. 46-7.
- 24 STURMITHAL, Adolfo. La Participation Ouvrière à l'Est et à l'Ouest, Paris. Ap. MOTTA, Fernando C. Prestes, Op. cit. p. 47-8.
- 25 Ap. CARREIRA, Op. cit. p. 72.
- 26 GARCIA, Santiago Echevarria, 1977, p. 96-7. Ver Echevarria.
- 27 GARCIA, Op. cit., p. 99-102.
- 28 JENKIS, David. Job power, New York, 1973. Ap. TRATEMBERG, Mauricio, 1980, p. 19.
- 29 FARIA, Op. cit. P. 63.
- 30 Id. 64.
- 31 Id. 65.
- 32 Sem efeito.
- 33 Vide Capítulo IV, seção 3, p.179.

**CAPÍTULO V**

**CONCLUSÕES**

## CONCLUSÃO

A conclusão a que chegamos ao final deste estudo parece ser, ao mesmo tempo, óbvia e decepcionante. De fato, ao cotejarmos o discurso brasileiro (oficial) com os modelos e as experiências universais mais relevantes de participação do trabalho na gestão das organizações, ressaltam, para nós, duas inferências com relativa clareza:

1 - a retórica oficial pátria, ainda que muito mais progressista do que nossas práticas de vida social, é muito cuidadosa quando define o nível de participação do trabalho no processo decisório das organizações. Isto é, parece estar patente no nosso discurso (principalmente no constitucional) a nossa fé na subalternidade do trabalho em relação ao capital;

2 - embora o discurso oficial brasileiro se evidencie mais moderno do que nossas práticas de vida, parece que, a tese formulada na Introdução deste ensaio (relembrando: a do descompromisso da nossa retórica formal com a sua real concretização) pode ser considerada verdadeira.

A segunda inferência a que chegamos, na realidade, é muito mais uma ilação colateral ao estudo aqui desenvolvido, já que, não foi nossa pretensão cotejar o discurso nacional com nossas práticas sociais. Fica, assim, a nossa sugestão para novas pesquisas que poderão argumentar melhor ou negar esta idéia.

Por outro lado, nossa primeira inferência contém na

verdade duas afirmações, a saber:

1 - a relativa modernidade do discurso nacional. Devendo-se fazer a ressalva de que a expressão "modernidade" é aqui empregada no sentido de seu caráter progressista (até certo ponto) em direção às idéias sociais mais avançadas;

2 - a hierarquização do capital em posição de ascendência sobre o trabalho e, portanto, a condição de subalternidade deste àquele.

Analisemos a seguir cada uma dessas declarações nos documentos estudados:

a - o caráter progressista do discurso:

a.1 - no Texto de nossas Constituições:

O Quadro 1 (O Ordenamento Econômico e Social no Constitucionalismo Brasileiro) p. 47, resume (na sua coluna COMENTÁRIOS) a evolução de nossas conquistas trabalhistas, desde nossa carta liberal outorgada por Pedro I (1824)—que preconizava apenas a "liberdade de exercício de qualquer trabalho" (Art. 179, XXIV)—até a Carta vigente, outorgada pela ditadura militar (1969) que estatui: "A Constituição assegura aos trabalhadores (...) integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e excepcionalmente na gestão... (Art. 165, V).

Ora, malgrado o caráter de excepcionalidade com que o texto constitucional caracteriza o direito do trabalho de participar na gestão das empresas e apesar de tal preceito jamais ter sido legislado, forçoso é reconhecer que os dois Diplomas Magnos outorgados pela ditadura militar são, os mais avançados (e razoavelmente modernos) da história do nosso constitucionalismo no que concerne à relação trabalho-

capital.

a.2 - nos Programas dos Partidos políticos:

Mais uma vez a modernidade de nosso discurso político está patente nestes documentos. Com efeito, da amostra de cinco agremiações político-partidárias analisadas, a totalidade (100%), inclui a participação do trabalho na gestão das organizações como meta a ser alcançada. O Quadro 2 (A questão da participação do trabalho, nos Partidos políticos brasileiros) p. 64, resume as diversas formas de participação preconizadas pelas diferentes linhas de pensamento ideológico a iluminar o discurso político brasileiro oficial.

Como já fizemos no Capítulo II desta monografia, cumpre ressaltar mais uma vez o caráter genérico da proposta do PT; a abrangência da proposta do PDT; o caráter liberal das propostas do PDS e PMDB e, finalmente, a especificidade da proposta petebista, ao paradigmaticar o modelo social-democrata da co-gestão.

a.3 - no Plano de Governo do Estado do Rio de Janeiro (1984-1987):

No documento orientador da política de governo de Leonel Brizola, evidencia-se a aparente coerência do seu Programa de governo com o Programa de seu Partido. De fato, assim como o Programa do PDT explicita, textualmente as "co-gestão, autogestão, cooperativismo e formas mistas" como modelos de organização a serem perseguidas, o Plano de governo de Brizola defende "o reconhecimento de todas as formas de organização produtiva, desde a grande empresa (...), até à pequena e média empresas, o cooperativismo, a propriedade familiar..." enquan

to propõe um "planejamento que privilegie a descentralização e a participação das comunidades envolvidas na definição dos objetivos específicos".

Sobre este item cumpre ressaltar que, pelo menos em uma experiência patrocinada pelo Governo Brizola - o caso CI FERAL - parece que o discurso oficial brasileiro caminhou mais próximo à realidade dos fatos.

b - a subalternidade do trabalho ao capital:

b.1 - no Texto Constitucional:

Esta segunda declaração não aparece no discurso Constitucional de forma tão explícita como a primeira, podendo, entretanto, ser inferida do caráter econômico liberalista (ainda que reconhecedor da função social da propriedade), do Documento Magno. De fato, como estudamos no Capítulo III - Fundamentos do pensamento participacionista, as formas de organização que correspondem à doutrina liberal e, portanto, as que se embasam no princípio da propriedade privada como um "direito natural" (da heterogestão à co-gestão), pressupõem a ascendência do capital sobre o trabalho no processo decisório, se não claramente no seu discurso, mas, sem exceção, na prática.

b.2 - nos Programas Políticos:

Mais uma vez, esta segunda inferência de nossas conclusões é muito mais débil na retórica nacional do que a primeira.

Dos cinco Programas analisados, apenas o do PDS associa a participação do trabalho na gestão das empresas à "livre negociação entre patrões e empregados" (nesta ordem) e em troca de benefícios fiscais. Ora, num regime ca

pitalista como o modelo brasileiro, isto é, no qual os sindicatos e demais associações profissionais estão atrelados ao Estado e enfraquecidos pelo autoritarismo de nossos governos, fácil é concluir que tal postulação do Programa do PDS, é na realidade, vazio de conteúdo resultando numa falácia.

Por outro lado, ao propor a forma de participação do trabalho no processo decisório empresarial, o Programa do PMDB recomenda as "Comissões de empresas" que, historicamente, (com base na experiência universal das economias capitalistas avançadas sempre estiveram inferiorizadas em relação às assembléias representativas dos interesses do capital.

#### b.3 - no Plano do Governo do Rio de Janeiro:

Por certo, seria negar a ideologia socialista a aceitação da preponderância do capital sobre o trabalho na vida econômica de qualquer sociedade. O Plano de governo de Leonel Brizola (de proposta socialista) parece não ter incorrido neste pecado. Realmente, em todo o discurso do Programa da Administração pedetista do Rio de Janeiro não localizamos, uma só vez, referência, ainda que indireta, à subalteridade do trabalho em relação ao capital.

### Epílogo

Pensamos poder concluir deste estudo, que o discurso oficial brasileiro espelha, na sua modernidade, uma ideologia liberal-progressista, talvez melhor caracterizada no documento que mais recentemente produziu: o Anteprojeto de nossa futura Constituição, recém-elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (setembro de 1986).

A nova Carta Magna que esperamos conhecer brevemente, por certo, será um indicador muito forte da veracidade ou não da tese aqui postulada. Enquanto se travam os embates que definirão a expressão mais atual de nosso discurso oficial, juntemos nossas forças para que, rompendo a tradição de nossa História, não venhamos a ter mais uma "Carta pra inglês ver" mas que, pelo contrário, os movimentos sociais brasileiros, hoje muito mais organizados e amadurecidos, possam influir de fato, no sentido de que construamos enfim a Nação que tanto sonhamos e merecemos.

**BIBLIOGRAFIA**

## BIBLIOGRAFIA

### 1 - Prólogo

Ao organizarmos a bibliografia que se segue foi nossa intenção não apenas relacionar completamente as referências ilustrativas do texto desta monografia (o que foi feito, de modo simplificado, na seção final de cada capítulo), mas, principalmente, oferecer uma listagem básica de trabalhos sobre o tema.

Assim, o elenco de obras ora apresentado deve ser visto também como uma tentativa de socializar os resultados da pesquisa bibliográfica que empreendemos, junto aos mais importantes centros de documentação e bibliotecas especializados do Rio de Janeiro.

Como regra geral, a forma de apresentação das referências segue os preceitos da NB-66/1978 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salvo os casos em que, para melhor informar, julgamos conveniente acrescentar dados adicionais àqueles requeridos pela Norma brasileira.

Considerando que - dado à relativa novidade do assunto (principalmente na literatura técnica produzida em nosso País) -, um significativo número de trabalhos sobre o mesmo assume a forma de artigos em revistas e jornais especializados, decidimos classificar as referências em duas seções, a saber:

. Livros, folhetos, separatas, etc;

. Artigos em periódicos;

Com o esforço encetado fica a nossa esperança de poder colaborar com os colegas que se interessam pelo tema e que pelejam nas suas pesquisas tentando trazer novas reflexões.

## 2 - Livros, folhetos e separatas

- 1 - ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, VOZES, 1984, 362 p.
- 2 - ANTUNES, Ricardo e NOGUEIRA, Arnaldo. O que são comissões de fábrica. São Paulo, BRASILIENSE, 1981, 120 p. (coleção primeiros passos, 47).
- 3 - AVELLAR, Hélio de Alcântara, História administrativa e econômica do Brasil. 2a. ed., Rio de Janeiro, FENAME, 1976, 432 p.
- 4 - BANCAL, Jean. Proudhon: Pluralismo e autogestão - os fundamentos. Trad. Plínio Augusto Coelho. Brasília - DF, Novos Tempos, 1984, 188 p.
- 5 - BARBOSA, Leila Maria A. e MANGABEIRA, Wilma C. A incrível história dos homens e suas relações sociais. 5a. ed. Petrópolis, VOZES, 1986, 111 p.
- 6 - BLOCH EDITORES. História do Brasil. Rio de Janeiro, 1972, 768 p. (3 volumes).
- 7 - BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. 3a. ed., São Paulo, BRASILIENSE, 1985, 85 p. (coleção primeiros passos, 95).
- 8 - BRASIL. Constituições do Brasil. (Compilação e atualização dos textos, notas, revisão e índices: ADRIANO CAMPANHOLE e HILTON LOBO CAMPANHOLE). 8a. ed., São Paulo, ATLAS, 1985, 704 p.
- 9 - BURNS, Edward McNall. História da Civilização Ocidental. Trad. Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Valandro. 25a. ed., Porto Alegre, GLOBO, 1983, V. I e II, 1052 p.
- 10 - CAVALCANTI, Themistocles Brandão, et alli. Estudos sobre a Constituição de 1967 e sua emenda nº 1. 2a. ed., revista e aumentada, Rio de Janeiro, FGV, 1977, 264 p.
- 11 - CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros. Brasília, Editora Universidade Brasileira, 1981, 570 p. (Coleção Temas Brasileiros, 5).
- 12 - CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Obras completas de Orlando Bitar. Brasília, 1978, v.3, 380 p.

- 13 - COSTA, Caio Túlio. O que é anarquismo. 10a. ed., São Paulo, Abril Cultural: Brasiliense, 1985, 122 p. (coleção primeiros passos, 5).
- 14 - DESCARTES, René. Discurso do método. in: Os pensadores. 1a. ed., São Paulo, ABRIL, 1973, v. XV, p. 33-80.
- 15 - DESCARTES, René. Meditações. in: Os pensadores. 1a. ed., São Paulo, ABRIL, 1973, v. XV, p. 81-152.
- 16 - DESPONTIN, Luis A. Derecho del trabajo, Constitucionalismo social. Buenos Aires, Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1957.
- 17 - ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica Editores, 1973, v. 3.
- 18 - ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA/THE UNIVERSITY OF CHICAGO. Social democracy. in: The New Encyclopaedia Britannica. Chicago, 5a. ed., 1985, v. 10, p. 920.
- 19 - ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA/THE UNIVERSITY OF CHICAGO. Socialism. in: Encyclopaedia Britannica, A New Survey of Universal Knowledge, Chicago, 1949, v. 20, p. 888-97.
- 20 - ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA/THE UNIVERSITY OF CHICAGO. Social welfare program. in: The New Encyclopaedia Britannica. Chicago, 5a. ed., 1985, v. 10, p. 925-6.
- 21 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Eleições de 15 de novembro de 1982. Rio de Janeiro, Tribunal Regional Eleitoral, 1982, 35 p. (relatório de apuração).
- 22 - ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro para o período de 1984 a 1987 - Lei nº 705, de 21 de dezembro de 1983. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1983, 47 p.
- 23 - FARIA, José Henrique de. Relações de poder e formas de gestão. Curitiba, CRIAR, 1985, 87 p.
- 24 - FLEISCHER, David Verge (Org.). Os Partidos Políticos no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 596 p. 2 v. (Cadernos da UnB).
- 25 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Curso de Direito Constitucional Brasileiro. Rio de Janeiro, FORENSE, 1960, (v. II).
- 26 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Direito constitucional: teoria da Constituição; as Constituições do Brasil. 1a. ed., Rio de Janeiro, FORENSE, 1976, 186 p.
- 27 - GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro, Editora Delta, 1971, v. 3.
- 28 - GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. Autogestão: uma mudança radical. Trad. Hélio Pólvara, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976, 229 p.
- 29 - JOÃO PAPA XXIII. Sobre a recente evolução da questão social. ("Mater et Magistra"). V ed., Petrópolis, VOZES, 1962, '63 p. (Documentos Pontifícios nº 135).

- 30 - LEÃO PAPA XIII. Sobre a condição dos operários. ("Encíclica Rerum novarum"). V ed., Petrópolis, VOZES, 1959, 39 p. (Documentos Pontifícios nº 2).
- 31 - LEÃO PAPA XIII. Sobre a liberdade humana. ("Libertas Praestantissimum"). III ed., Petrópolis, VOZES, 1955, 35 p. (Documentos Pontifícios nº 9).
- 32 - MARTINS, Paulo Emílio Matos. A evolução da organização governamental brasileira nos últimos cinquenta anos: aspectos históricos, doutrinários, políticos, econômicos e sociais. (Ensaio apresentado à disciplina Organização Governamental Brasileira do Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP-FGV), Rio de Janeiro, 1982. 68 p.
- 33 - MARTINS, Paulo Emílio Matos. Modelo gerencial alfa: Uma alternativa à burocracia. Rio de Janeiro, 1982, 16 p. (Trabalho apresentado ao Seminário final da disciplina Teoria e Modelos de Gerência do Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP-FGV).
- 34 - MARTINS, Paulo Emílio Matos. Organizações, gestão e participação: análise comparada dos principais modelos. Belém, 1986, 100 p. (Notas taquigráficas das palestras apresentadas ao Seminário: Desenvolvimento de Recursos Humanos da SUDAM).
- 35 - MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1968, v. II, 924 p.
- 36 - MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo, s.d., 221 p. (Tese de doutoramento apresentada à EAESP-FGV).
- 37 - MOTTA, Fernando C. Prestes. Participação e co-gestão: novas formas de administração. São Paulo, BRASILIENSE, 1982, 82 p. (coleção primeiros vãos, 13).
- 38 - NIELSEN NETO, Henrique. Filosofia básica. 2a. ed. São Paulo, ATUAL, 1985, 319 p.
- 39 - OUCHI, William G. Teoria Z: como as empresas podem enfrentar o desafio japonês. Trad. Auriphebo Berrance Simões. 2a. ed., Rio de Janeiro, Fundo Educativo Brasileiro, 1982, 293 p.
- 40 - PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL. Programa - reforma e transformação. Brasília, 1980, 23 p.
- 41 - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Manifesto, programa, estatuto. Rio de Janeiro, s.d., 68 p.
- 42 - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Estatuto - Programa - Código de Ética. Brasília, 1984, 117 p.
- 43 - PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa, manifesto, estatuto e discurso da convenção de 81. São Paulo, 1986, 40 p.
- 44 - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Manifesto, programa, estatuto. Brasília, s.d., 20 p.
- 45 - PAULO PAPA VI. A igreja no mundo de hoje. ("Gaudium et Spes"). 4a. ed., Petrópolis, VOZES, 1967, 127 p. (Documentos Pontifícios

nº 155).

- 46 - PIO PAPA XI - Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social. ("Quadragesimo Anno"). V ed., Petrópolis, VOZES, 1959, 59 p. (Documentos Pontifícios nº 3).
- 47 - PIO PAPA XI. Sobre o comunismo ateu. ("Divini Redemptoris") VI ed., Petrópolis, VOZES, 1959, 39 p. (Documentos Pontifícios nº 1).
- 48 - PIO PAPA XII. O homem moderno face a Cristo. (Radiomensagem natalícia de 1955). Petrópolis, VOZES, 1956, 20 p. (Documentos Pontifícios nº 116).
- 49 - PIO PAPA XII - Radiomensagem do natal de 1942. (A paz na vida social). Trad. Afonso J. Rocha. Petrópolis, VOZES, 1951, 23 p. (Documentos Pontifícios nº 67).
- 50 - PIO PAPA XII - Radiomensagem do natal de 1943. (Natal de Guerra). Petrópolis, VOZES, 1951, 19 p. (Documentos Pontifícios nº 68).
- 51 - PIO PAPA XII - Radiomensagem do natal de 1944. (Sobre a democracia). Petrópolis, VOZES, 1951, 19 p. (Documentos Pontifícios nº 69).
- 52 - PIO PAPA XII. Sobre a dignidade e limites da natureza humana. (Mensagem natalícia de 1956). II ed., Petrópolis, VOZES, 1960, 24 p. (Documentos Pontifícios nº 118).
- 53 - PIO PAPA XII. Sobre a questão social. (Alocações e Carta). Petrópolis, VOZES, 1957, 24 p. (Documentos Pontifícios nº 122).
- 54 - PIO PAPA XII. Sobre a reforma social. (Radiomensagem "La Solennità" e Discurso "La vostra gradita presenza"). in *Textos & Documentos*. Rio de Janeiro, II (7): 31 - 39, 1980.
- 55 - PIO PAPA XII. Sobre os perigos do tecnicismo. (Radiomensagem do natal de 1953). Petrópolis, VOZES, 1954, 19 p. (Documentos Pontifícios nº 116).
- 56 - QUEIROZ, Bertino Nóbrega de. A autogestão iugoslava. São Paulo, BRASILIENSE, 1982, 84 p. (coleção tudo é história, 54).
- 57 - RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Trad. Mary Cardoso. Rio de Janeiro, FGV, 1981, 210 p.
- 58 - RIO, Eduardo del (Rius). MARX. Trad. Elisabeth Marie. São Paulo, PROPOSTA EDITORIAL, s/d, 158 p.
- 59 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. in: *Os pensadores*. Trad. Lourdes Santos Machado. 1a. ed., São Paulo, ABRIL, 1973, v. XXIV, p. 207-326.
- 60 - ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. in: *Os Pensadores*. Trad. Lourdes Santos Machado. 1a. ed., São Paulo, ABRIL, 1973, v. XXIV, p. 7-151.
- 61 - SANTOS, Antonio Duarte dos e MIRANDA, Orlando. O que todo cidadão precisa saber sobre trabalhismo e social-democracia. São Paulo, GLOBAL, 1985, 74 p. (cadernos de educação política: série ação política, 5).

- 62 - SARAIVA, Paulo Lopo. *Garantia constitucional dos direitos sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, FORENSE, 1983, 108 p.
- 63 - SARTRE, Jean-Paul. "Les mots". Paris, GALLINARD, 1964.
- 64 - SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. *Direito constitucional do trabalho*. São Paulo, LTr, 1977, 220 p.
- 65 - SINGER, Paul. *O que é socialismo, hoje*. 5a. ed., Petrópolis, VOZES, 1983, 72 p.
- 66 - SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, 6a. ed., Rio de Janeiro, PAZ e TERRA, 1979, 512 p.
- 67 - TOMASETTA, Leonardo. *Participación y autogestión*. Trad. para o espanhol Marino Ayerra Redín. Buenos Aires, AMORRORTU, 1972, 301 p.
- 68 - TRATEMBERG, Maurício. *A Co-Gestão e o participacionismo ou "Alice no país das maravilhas"*. in: *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo, MORAES, 1980, p. 19-73.
- 69 - TRIGUEIRO, Oswaldo. *Direito constitucional estadual*. 1a. ed., Rio de Janeiro, FORENSE, 1980, 330 p.
- 70 - VENÂNCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do Estado no domínio econômico; o direito público econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1968, 536 p.
- 71 - WROBEL, Vera e SOUZA, Isabel Gómez de. *Democracia e participação: Direito ou favor?* Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1985, 95 p. (Relatório final de pesquisa).

### 3 - Artigos em periódicos

- 1 - ALENIUS, Ele. Micro-and macro-theoretical starting-points of participation from the perspective of socialist strategy in a developed capitalist society. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 13-21, 1981.
- 2 - ALMEIDA, Heloisa Maria Mendes de. Autogestão: da idéia às práticas. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 23 (1): 37-57, 1983.
- 3 - AMARA, Hamid Ait. Les caractéristiques du secteur collectif de production de l'agriculture algérienne. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 54-69, 1981.
- 4 - AMMAR, Ali. Quesques exemples de démocratie socialiste en Algérie. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 107-12, 1981.
- 5 - AQUINO, Cléber. Aspectos empresariais do Japão de hoje. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 19 (4): 130-144, 1985.
- 6 - ARDANT, Philippe. A administração chinesa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 3 (2): 131-174, 1969.
- 7 - BARTRA, Roger. L'autogestion et le dépérissement de l'Etat. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 5-10, 1981.

- 8 - BAYER, Gustavo F. Considerações sobre a conceituação de autoridade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 5 (1): 99-116, 1971.
- 9 - BAYER, Gustavo Francisco. Democracia interna em organizações formais: modelos teóricos de análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 5 (2): 31-54, 1971.
- 10 - BEINSTEIN, Jorge. Self-management and the abolition of Capitalism. *Socialism in the World*, Beograd, 5 (24): 5-13, 1981.
- 11 - BERRADA, Abdelkader. Autogestion, participation et socialisme: le cas algérien. *Socialism in the World*, Beograd, 5 (24): 14-26, 1981.
- 12 - BLACKBURN, Robin. The labour process and class capacity: one material bases of self-management. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (26): 36-41, 1981.
- 13 - BLOCH EDITORES. A nova Constituição do Brasil. *Manchete*. Rio de Janeiro, 1986 (1795), 40 p. (suplemento).
- 14 - BOURDET, Yvon. Sartre et l'autogestion. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 22-35, 1981.
- 15 - BRAIBANT, Guy. Administration et Participation. *Revue Internationale des Sciences Administratives*. Bruxelas, XLIV (1-2): 159-165, 1978.
- 16 - BRUCE-BRIGGS, B. The dangerous folly called theory Z. *FORTUNE*. May. 17, 1982, 4 p.
- 17 - CAMPOS, Anna Maria. Repartindo tarefas e responsabilidades nas organizações: alguns dilemas enfrentados pela gerência. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 16 (2): 32-52, 1982.
- 18 - CANEV, Cvetan. The struggle of the working people in the capitalist countries for a democratic system of participation in the management of production. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 45-54, 1981.
- 19 - CAÑIBANO, Leandro. El futuro de la empresa en una España democrática. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1977 (71): 13-8.
- 20 - CASANOVA, Pablo González. Hegemony, autonomy, self-management (Some problems of the transition period). *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 36-60, 1981.
- 21 - CASTRO, Raul M. The strategic revolutionary perspectives of workers' participation in enterprises in the capitalist system. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 27-36, 1981.
- 22 - CHIL, Sin Hyon. On the socialist economic management and the mass line. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 70-8, 1981.
- 23 - COATES, Ken e TOPHAM Tony. Workers' control and self-management in Great-Britain. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 37-52, 1981.
- 24 - CONSTITUIÇÃO DA ALEMANHA DE 1919 (Weimar). *Textos & Documentos*, Rio de Janeiro, 2 (7): 51-67, 1980.

- 25 - CONTINO, Ronald e LORUSSO, Robert M. The theory 2 turnaround of a public agency. *Public Administration Review*. Washington, DC, 1982 (1): 66-72.
- 26 - COTTEN, Jean Pierre. L'autogestion: Le mot et la chose. Quelques remarques méthodologiques. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 61-4, 1981.
- 27 - DEMO, Pedro. Planejamento participativo - visão e revisão. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, 9 (2): 3-22, 1985.
- 28 - DEPPE, Frank. Participation, autonomy and democracy - elements of the struggle for socialism. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 25-40, 1981.
- 29 - DONNELLY, John F. Participative management at work. *Havard Business Review*, Greenwich, 1977 (1): 117-127.
- 30 - DRUCKER, Peter F. Behind Japan's success. *Havard Business Review*, Greenwich, 1981 (1): 83-90.
- 31 - DRUCKER, Peter. Por trás do sucesso do Japão. Trad. Adalberto da Silva Brito. *EXAME*, 7-4-1982, p. 57-62.
- 32 - DRULOVÍČ, Milojko. Participation, autogestion, socialisme. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 7-12, 1981.
- 33 - ECHEVARRÍA, Santiago García. Análisis de la experiencia alemana en torno a la cogestión empresarial. *Alta Dirección*, Barcelona, 1977 (74): 403-418.
- 34 - EDSTA, Björn. Descentralização administrativa e política regional - uma experiência sueca. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 15 (4): 58-65, 1981.
- 35 - FARIA, José Henrique de. Círculos de controle de qualidade - a estratégia recente da gestão capitalista de controle e modificação do processo técnico do trabalho. *Revista de Administração*, São Paulo, 19 (3): 9-16, 1984.
- 36 - FAY, Victor. La participation ou le contrôle ouvrier en régime capitaliste. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 65-78, 1981.
- 37 - FELDBERG, Roslyn L. Women, self-management and socialism. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 53-61, 1981.
- 38 - FIŠERA, Joseph. Autogestion et croyants (A la recherche d'un dénominateur commun). *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 79-91, 1981.
- 39 - FLOREA, Ion. Democracy and workers' self-management in Romania. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 82-91, 1981.
- 40 - FREYSSINET, Michel e HIRATA, Helena Sumiko. Mudanças tecnológicas e participação dos trabalhadores: os círculos de controle de qualidade no Japão. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 25 (3): 5-21, 1985.
- 41 - GADAWEYN, Hamza Mohamed. The concept of self-management and its value to the working class struggle for socialism. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 92-4, 1981.

- 42 - GAINO, Luciano S. Fatores da produtividade japonesa. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 24 (2): 41-42, 1984.
- 43 - GARCIA, Fernando Coutinho. Entregando a alma ao capital: a propósito da teoria Z de William Ouchi. *Revista de Administração*, São Paulo, 19 (3): 67-71, 1984.
- 44 - GARCIA, Ramon Moreira. A base de uma administração autodeterminada: o diagnóstico emancipador. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 18 (3): 120-39, 1984.
- 45 - GARGAND, Reinaldo. Les partis de la classe ouvrière et du peuple travailleur. La théorie et la pratique de la participation et de l'autogestion. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 125-36, 1981.
- 46 - GHOSH, Parimal. Participation, self-management and socialism in India. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 62-71, 1981.
- 47 - GIANNAROS, Grigoris. Self-management and economic crisis. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 79-85, 1981.
- 48 - GLIGOROV, Kiro. The socio-economic bases of socialist self-management (in Yugoslavia). *Socialism in the World*. Beograd, 5 (23): 5-21, 1981.
- 49 - GÓMEZ, Víctor Colmenarejo. De la teoría X a la teoría Z. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1985 (121): 157-162.
- 50 - GÓMEZ, Víctor Colmenarejo. Perspectiva Internacional. Los círculos de calidad japoneses en occidente. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1984 (115): 265-8.
- 51 - GOONEWARDENE, Leslie. The applicability of self-management to state owned productive enterprises in Sri Lanka. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 72-9, 1981.
- 52 - GREBO, Zdravko. Self-management and the state. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 11-24, 1981.
- 53 - GROZDANIĆ, Stanislav e GROBOVŠEK-SMOLE, Vesna. Workers' self-management and participation in developing countries. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 80-97, 1981.
- 54 - GUILERA, Jaime Tolrá. Círculos de control de calidad, CCC (QCC). *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1981 (100): 481-6.
- 55 - GUILLÉN, Abraham. Self-management as an alternative to a world in crisis. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 98-106, 1981.
- 56 - GYLLENHAMMAR, Pehr G. How Volvo adapts work to people. *Havard Business Review*, Greenwich, 1977 (4): 102-113.
- 57 - HADJIPAVLOU, Kostas. Participation, self-management and the class struggle. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 95-102, 1981.
- 58 - HALAY, Tibor. La démocratie au poste de travail - système de participation en Hongrie. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 107-115, 1981.

- 59 - HAYES, Robert H. Why japanese factories work. *Havard Business Review*, Greenwich, 1981 (4): 57-66.
- 60 - HEILMANN, Thomas. Democratic renewal, self-management and the political system of Switzerland. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 55-62, 1981.
- 61 - HUREAU, Pierre. Les positions de la CFDT sur l'autogestion et le socialisme. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22) : 103-111, 1981.
- 62 - JAIME, Joaquín Vergés. El funcionamiento de la empresa en los países del este tras las reformas económicas. *Alta Dirección*. Barcelona, 1981 (98): 343-353.
- 63 - JEŽ, Jiří. Evolution de l'activité de travail et participation des travailleurs à la gestion - exemple de la Tchécoslovaquie. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 116-128, 1981.
- 64 - JOÃO PAPA PAULO II. "Laborem exercens". in: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20.9.86, p. 1-5 (Caderno especial).
- 65 - JOBERT, Bruno e MULLER, Pierre. Participation, cogestion et changement social dans l'administration publique. *Revue Française d'Administration Publique*. Paris, 1983 (27): 45-51.
- 66 - JONCZYK, Jan. Principles and forms of workers' co-management in polish enterprises. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22) : 112-122, 1981.
- 67 - JOYE, Pierre. L'incidence de la crise et des mutations technologiques sur les perspectives autogestionnaires en Europe occidentale. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (26): 5-18, 1981.
- 68 - KARIKARI, Kwame. Neocolonialism, spontaneity and the workers' struggle for participation and self-management in Ghana. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 129-138, 1981.
- 69 - KERIMOV, Džangir A. La planification sociale en URSS: théorie, pratique, perspectives. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 22-30, 1981.
- 70 - KOSTOPOULOS, Petros. Autogestion, participation et transition au socialisme. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 139-148, 1981.
- 71 - KRASSIN, Yuri Andreevich. La participation à la gestion et le professionalismisme. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (26): 25-35, 1981.
- 72 - KREFETZ, Sharon Perlman e GOODMAN, Allan E. Participation for what or for whom? some considerations for research. *Journal of Comparative Administration*, 5 (3): 367-381, 1973.
- 73 - KUDO, Akira. Perspective for socialism in Japan. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 149-158, 1981.
- 74 - KVASNIČKA, Yan. Quelques questions relatives au développement et à la promotion de la démocratie socialiste en Tchécoslovaquie. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 70-81, 1981.
- 75 - LAWLER III, Edward E. and MOHRMAN, Susan A. Quality circles after the fad. *Havard Business Review*, Greenwich, 1985 (1): 65-71.

- 76 - LEDUC, Victor. Le marxisme et l'idée de l'autogestion. (Schéma). *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 123-5, 1981.
- 77 - LIMPRECT, Joseph A. and HAYES, Robert H. Germany's world-class manufacturers. *Havard Business Review*, Greenwich, 1982 (6): 137-145.
- 78 - LLANO, Eduardo del. La propriété sociale et la démocratie à Cuba. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 113-24, 1981.
- 79 - LUZ, Talita Ribeiro da. Organizações brasileiras e japonesas: uma tentativa de comparação. *Revista de Administração*, São Paulo, 20 (4): 77-84, 1985.
- 80 - MATHUR, Hari Mohan. Développement participatif et administration publique. *Revue Française d'Administration Publique*. Paris, 1986 (37): 89-109.
- 81 - MENDONÇA, Luis E. Carvalheira de. Participação na empresa: uma introdução às suas formas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 19 (4): 50-59, 1985.
- 82 - MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Processos de participação como meios não-institucionalizados de regulação de conflitos. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 24 (4): 11-18, 1984.
- 83 - MILLS, Ted. Europe's industrial democracy: an American response. *Havard Business Review*, Greenwich, 1978 (6): 143-152.
- 84 - MIRANGELS, E. Ribas. La gestión de la empresa y su control social. *Alta Dirección*, Barcelona, 1977 (71): 85-92.
- 85 - MUJYA, Max. Ujamaa and participation (Experiences and Perspectives). *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 126-136, 1981.
- 86 - MOUNTFORD, Bill. An historical perspective on the problems and prospects of the Australian labor movement. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 159-177, 1981.
- 87 - MONTGOMERY, John D. e ESMAN, Milton J. Popular participation in development administration. *Journal of Comparative Administration*. London, 1971 (11): 359-383.
- 88 - MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. A co-gestão alemã: as conciliações do inconciliável. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 23 (1): 23-36, 1983.
- 89 - MOTTA, Fernando C. Prestes. A teoria das organizações nos Estados Unidos e na União Soviética: introdução a uma análise comparativa. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 14 (2): 45-57, 1974.
- 90 - MOTTA, Fernando C. Prestes. Controle social nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 19 (3): 11-25, 1979.
- 91 - MOTTA, Paulo Roberto. A proposta de participação na teoria gerencial: a participação indireta. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 15 (3): 54-70, 1981.
- 92 - MOTTA, Paulo Roberto. Autogestão: a experiência empresarial iugoslava. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 14 (1):

7-24, 1980.

- 93 - MOTTA, Paulo Roberto. Participação na gerência: uma perspectiva comparada. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 15 (4): 4-33, 1981.
- 94 - MUNZADI, Babole. Quelles participation et autogestion en République du Zaïre. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 137-145, 1981.
- 95 - NAUMENKO, Lev Konstantinovič. Aspects méthodologiques de l'idée et de la pratique de l'autogestion. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 146-154, 1981.
- 96 - NELSON, Reed. Elliot. Reação sindical aos programas de gestão participativa: "insights" sobre método e unidade de análise de uma pesquisa de avaliação malograda. *Revista de Administração*, São Paulo, 19 (4): 7-13, 1984.
- 97 - NIK, Harry. National property and socialist democracy in economics. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 86-92, 1981.
- 98 - NIKOLIĆ, MILOŠ. The theoretical bases of the development of socialist self-management in Yugoslavia. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (23): 22-59, 1981.
- 99 - OBELLEIRO, José Antonio Carreira. La participación en la empresa. *Alta Dirección*. Barcelona, 1982 (106): 507 - 514.
- 100 - OLIVEIRA, Graziela de. A indústria alemã face ao bem-estar do trabalhador. *Revista de Administração*. São Paulo, 19 (2): 90-3, 1984.
- 101 - ORTIZ, Ariño. Una reforma pendiente: participación. *Revue Internationale de Sciences Administratives*. Bruxelles, XLIV (3): 259-272, 1978.
- 102 - OUCHI, William G. Teoria Z ou como enfrentar o desafio japonês. in: *Jornal do Brasil*. 25.10.81, p. 4 (Especial).
- 103 - OULARE, Aly. Participation, autogestion et socialisme en République Populaire Révolutionnaire de Guinée. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 178-184, 1981.
- 104 - PASCALE, Richard Tanner. Zen and the art of management. *Havard Business Review*, Greenwich, 1978 (2): 153-162.
- 105 - PATNAIK, Prabhat. Worker's participation under different social systems. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 45-53, 1981.
- 106 - PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. 1980/81: a revolução autogestionária na Polônia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 22 (3): 23-33, 1982.
- 107 - PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O modelo japonês segundo Barbosa Lima Sobrinho. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 15 (3): 63-68, 1975.
- 108 - PETERS, Helmut. Socialism and alliance in the GDR. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 63-69, 1981.
- 109 - PETKOV, Krstya. Problems of self-management in the contemporary organization of brigade labour. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (26): 54-65, 1981.

- 110 - PICKSHAUS, Klaus. The role of participation in the class struggle - the example of "mitbestimmung" in the Federal Republic of Germany. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 185-192, 1981.
- 111 - PRATES, Antônio Augusto P. Burocratização e controle organizacional: o contexto da grande empresa industrial. notas preliminares. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 15 (2): 112-128, 1981.
- 112 - PRATES, Antonio Augusto Pereira e ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. Notas sobre o modelo de planejamento participativo: O caso de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 19 (2): 132-152, 1985.
- 113 - QUINTELLA, Heitor Luiz Murat de Meirelles. Modelo Z3 - técnicas japonesas aplicadas à administração brasileira. *Revista de Administração*, São Paulo, 18 (3): 88-93, 1983.
- 114 - RAMON, Montserrat Casanovas. Experiencias de autogestión en la empresa española. *Alta Dirección*, Barcelona, 1984 (114): 137-148.
- 115 - ROBAQUIM, Antonio e QUINTAES, Roberto Antônio. Autogestão: alternativa socialista para o capitalismo. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 12 (3): 96-99, 1972.
- 116 - ROIG, Barto. Un método participativo para la concepción de una estrategia formal en la empresa. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1984 (115): 219-224.
- 117 - SALON, Serge. Fonction publique et participation. *Revue Française d'Administration Publique*. Paris, 1983 (26): 171-183.
- 118 - SÁNCHEZ, Dr. D. Esteban Fernández. Perspectiva Internacional. La administración de empresas en el Japón. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1984 (118): 465-472.
- 119 - SANTOS, Luis. Quelques aspects de l'expérience portugaise en ce qui concerne l'organisation ouvrière et populaire. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 193-204, 1981.
- 120 - SATO, Tsuneaki. Participation as a process and as a socialist perspective. A japanese view. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 205-209, 1981.
- 121 - SCHWARTZMAN, Simon. Estudo comparado de sistemas burocráticos: conceitos e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 4 (1): 79-100, 1970.
- 122 - SELSER, Jorge J. Participation and capitalism. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22): 158-162, 1981.
- 123 - SHAFIQ, Mounir. L'autogestion dans l'expérience historique des sociétés arabo-musulmanes. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 210-18, 1981.
- 124 - SHAOZHI, Su. Retrospects and prospects of China's. Socialist Economic Construction. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (27): 31-44, 1981.
- 125 - SZOBOSZLAI, György. The socialist state, interest representation and social control. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25):

101-6, 1981.

- 126 - TAKAYA, Sadakuni. Participation and self-management in the history of the Japanese socialist movement and thought. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (22) 155-157, 1981.
- 127 - THUILLIER, Guy. La "non-administration" sous la Commune. *La Revue Administrative*. Paris, 1983 (216): 551-55.
- 128 - TOMEI, Patrícia Amélia. Administração de recursos humanos no Japão. *Revista de Administração*, São Paulo, 19 (3): 34-45, 1984.
- 129 - URRIZA, Roberto Ángel. Correo de América. El uso del diagrama causa efecto y el análisis de Pareto en los círculos de calidad. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1985 (123): 395-400.
- 130 - URRIZA, Roberto Ángel. Perspectiva Internacional. Círculo de calidad, una realidad de alta dirección del siglo XX. *Alta Dirección*, (Editora Nauta), Barcelona, 1982 (106): 555-562.
- 131 - VACCARI, Vittorio. La lógica inadvertida de la participación. *Alta Dirección*, Barcelona, 1977 (74): 339-345.
- 132 - VANEK, Jaroslav. Yugoslavia as the pathbreaker for the global society. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (23): 60-77, 1981.
- 133 - VENOSA, Roberto. A evolução da participação nas organizações autogeridas iugoslavas. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 21 (1): 47-54, 1981.
- 134 - VENOSA, Roberto. A institucionalização de tipologias organizacionais. Um estudo de caso: a autogestão na Iugoslávia. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 22 (2): 23-36, 1982.
- 135 - VENOSA, Roberto. Organização e a panacéia participativa ou participação e a panacéia organizacional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 8 (4): 80-102, 1974.
- 136 - VIEIRA, Ana Rosa Bulcão, Prestes Motta, Fernando C. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, s.n.: 79-80, s.d. (resenha bibliográfica).
- 137 - VITELLO, Vincenzo. Participation, démocratie et gestion du système socio-économique. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 41-44, 1981.
- 138 - VOGEL, Ezra F. Guided free enterprise in Japan. *Havard Business Review*, Greenwich, 1978 (3): 161-170.
- 139 - VUSKOVIĆ, Pedro. Popular participation in the transitional stages to socialism. A Chilean experience. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 219-32, 1981.
- 140 - WAISS, Oscar. L'attraction actuelle de la conception de l'autogestion. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (23): 78-95, 1981.
- 141 - WAJDA, Augustin e SZYSZKO, Mieczyslaw. L'autogestion socialiste et le développement de la démocratie socialiste en Pologne. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (25): 92-100, 1981.

- 142 - WALRAVENS, Arnold. Workers' participation institutions and experiments the dutch case. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 233-246, 1981.
- 143 - WEISS, Andrew. Simple truths of japanese manufacturing. *Havard Business Review*, Greenwich, 1984 (4): 119-125.
- 144 - WHEELWRIGHT, Steven C. Japan - where operations really are strategic. *Havard Business Review*, Greenwich, 1981 (4): 67-74.
- 145 - WOOD, Robert E. Self-management in the US context: experiences and prospects. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 247-257, 1981.
- 146 - ZIEGLER, Jean. The anti-imperialistic struggle and self-management. *Socialism in the World*. Beograd, 5 (24): 258-63, 1981.